

**Contributos para a Salvaguarda e Proteção Sustentável do Património  
Palaciano em Portugal: o caso da Quinta e Palácio das Águias, em  
Lisboa**

**Salomé Pais Gonçalves Castro Pereira**

Dissertação de Mestrado em Património

**Janeiro de 2021**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Património, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Paula Ôchoa.

## **Agradecimentos**

O longo caminho percorrido até à conclusão de um trabalho de tão larga e complexa escala não teria sido possível sem o apoio de um conjunto de relações de ordem profissional e pessoal.

Começo por agradecer à orientadora desta dissertação, a Professora Doutora Paula Ôchoa pelo apoio e sugestões sempre pertinentes fornecidos desde o início deste processo. Pela bibliografia fornecida durante o início de uma pandemia que levou ao encerramento temporário, durante três meses, da principal fonte de informações deste trabalho: a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Pela compreensão e conselhos dados, nos momentos de maior vacilação quanto à continuação deste trabalho.

Agradeço a compreensão, conselhos e apoio dos meus pais, sem os quais não teria sido possível realizar este trabalho. A sua disponibilidade para me acompanharem a visitas ao caso de estudo e para a revisão de texto.

Agradeço, igualmente, o interesse e a ajuda na revisão de texto da minha tia, companheira de estudos em História da Arte e de interesse em Património.

Agradeço a disponibilidade do meu companheiro em visitar não só a Rua da Junqueira como o Palácio e Quinta das Águias.

Agradeço, por fim, mas não menos, as recomendações fornecidas por amigos e colegas que já entregaram as respetivas Dissertações, em especial a colega e amiga de licenciatura, Cláudia Lopes.

## Resumo

Esta dissertação tem como objetivo contribuir para a investigação sobre a salvaguarda e a preservação sustentável de Palácios Históricos e para debate em torno das estratégias de reutilização do Património Palaciano lisboeta, com base na sua adaptação a um uso compatível, que respeite a autenticidade e a materialidade dos edifícios. Estuda-se o caso do Palácio da Quinta das Águias, conjugando uma abordagem teórica – assente na leitura de obras e artigos sobre os conceitos, temas patrimoniais –, com uma abordagem empírica – assente na realização de visitas ao local.

Pretende-se investigar as questões patrimoniais do abandono e da reabilitação/restauro/reutilização do Património Palaciano; analisar os conceitos de conservação participativa e de preservação sustentável, que pressupõe a noção de Património como um recurso cultural não renovável e investigar usos compatíveis para este Palácio. Ao investigar as questões do abandono e da reutilização do Património Palaciano, verificou-se que a perda de funcionalidade é a principal razão da negligência a que muitos são sujeitos. Por outro lado, quando reutilizados, são geralmente afetos a um uso hoteleiro, com base na técnica do “fachadismo”. Tornou-se, assim, clara a necessidade de contribuir para o desenvolvimento de estratégias que permitam integrar o Património Palaciano no tempo presente e em direta relação com a comunidade nativa da região. Daí a importância de analisar o conceito de conservação participativa, uma vez que é indispensável que os cidadãos desempenhem um papel na salvaguarda do seu Património. De igual importância é investigar usos compatíveis, de preferência de cariz cultural, a conferir a Palácios Históricos.

Partindo da questão de investigação sobre quais os usos a conferir ao Palácio da Quinta das Águias que respeitem o princípio do uso compatível e a tornem acessível a toda a população?, foi possível exemplificar um projeto de reutilização que alie a preservação sustentável à conservação participativa, elementos indispensáveis para o alcance do desenvolvimento sustentável das cidades. Paralelamente, possibilitou-nos alertar para a importância da salvaguarda desta propriedade, com base na análise do seu valor patrimonial e a sua classificação como imóvel de Interesse Público, sendo indispensável elaborar uma investigação detalhada sobre o valor cultural do edifício; o impacto e a utilidade social da sua reutilização; a sua capacidade de auto-suficiência e de manutenção no futuro. Torna-se, também, imprescindível criar estratégias não só de alerta da atenção pública e de divulgação do estado de abandono de vários Palácios Históricos como também criar planos de Conservação Participativa, uma vez que são os

cidadãos que constróiem e habitam a cidade.

Palavras-Chave: Património Arquitetónico Civil; Palácio e Quinta das Águias; Preservação Sustentável; Conservação Participativa; Reutilização.

## **Abstract**

The purpose of this dissertation is both to contribute to the research concerning the protection and the sustainable preservation of historic palaces, and the discussion about the strategies for reuse of the palatial heritage in Lisbon, on the basis of their adjustment to a compatible use, with a view to secure the authenticity and the materiality of the buildings. Our study concerns the case of the Palácio da Quinta das Águias, for which we combine a theoretical approach – through the reading of works and papers on the concepts and the heritage subjects – with an empirical approach – carrying out on-site visits.

We intend to study the heritage issues of the Abandonment and the Rehabilitation/Restoration/Reuse of the Palatial Heritage; to review the concepts of Participatory Conservation and Sustainable Preservation, which imply the notion of the Heritage as a cultural resource non-renewable, as well as to research compatible uses to this specific Palace. The research on the issues of the abandonment and the reuse of the Palatial Heritage has showed that the loss of functionality is the main reason why the great majority of them are neglected. On the other hand, when they are reused, they are typically restored in order to become hotels, based on the technique of the “fachadism”. It has become clear, therefore, the need for the development of strategies which allowed the integration of the Palatial Heritage in the present time, in a direct relationship with the local community. This is the reason why it is so important to analyse the concept of Participatory Conservation, for it is of the utmost importance that each citizen plays an active role in the protection of their own Heritage. It is equally important to research compatible uses, preferably of a cultural nature, to be assigned to Historic Palaces.

From the research issue concerning what uses to assign to the Palácio da Quinta das Águias that comply with the principle of the compatible use, making it available to all the people, it has been possible to illustrate a reuse project that combines the sustainable preservation with the participatory conservation, which are essential points to achieve a sustainable urban development. In addition, it enable us to highlight the significance of the protection of this specific building, based on the analysis of its Heritage Value and its classification as a Property of Public Interest, making it essential an accurate research on the cultural value of the building; the impact and social usefulness of its reuse; and its ability for self-sufficiency and maintenance in the future. It is also crucial to develop strategies in order to wake up the public awareness and to disclose the abandonment of several Historic Palaces in Portugal, as well as establishing

Participatory Conservation plans, as the citizens are those who built and inhabit the city.

Keywords: Civil Architectural Heritage; Palácio e Quinta das Águias; Sustainable Preservation; Participatory Conservation; Reuse.

## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
- Objetivos .....	12
- Metodologia .....	13
<b>Capítulo I – Património Palaciano: Patrimonialização e Readaptações .....</b>	<b>15</b>
1.1. Lisboa e o seu Património Palaciano: Palácios Urbanos Abandonados e Reabilitados .....	26
1.2. Análise dos Planos Estratégicos para Lisboa e o seu Património Imóvel. Relação com a União Europeia .....	35
<b>Capítulo II - Estratégias de Reutilização do Património Palaciano .....</b>	<b>42</b>
2.1. Património e Comunidade: Conceito de <i>Conservação Participativa</i> .....	47
2.2. Autenticidade e Compatibilidade: Como alcançar a <i>Preservação Sustentável</i> .....	55
2.3. Considerações Finais – Descrição Sumária de alguns Casos em Lisboa .....	63
<b>Capítulo III – Palácio e Quinta das Águias: Proposta de Salvaguarda e Reutilização.....</b>	<b>70</b>
3.1. Análise Histórico-Artística do Palácio e do Respetivo Conjunto .....	70
3.2. Análise do Valor Patrimonial do Conjunto .....	80
3.3. Estado de Conservação .....	82
3.4. Propostas de Reabilitação Anteriores: Reflexão Crítica .....	84
3.5. Novas Propostas: Palácio da Quinta das Águias como Espaço Cultural .....	88
3.5.1. Como Revitalizar cada um dos Espaços do Palácio da Quinta das Águias .....	96
<b>Conclusão .....</b>	<b>102</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>107</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>118</b>
<b>Anexo 1 – Imagens .....</b>	<b>121</b>
<b>Anexo 2 – Inquérito e Entrevistas .....</b>	<b>131</b>



## Introdução

A quantidade de Património Arquitetónico, especialmente Palaciano, devoluto na cidade de Lisboa, aliada aos planos estratégicos nacionais e europeus de um desenvolvimento sustentável das cidades, que implica o reaproveitamento dos recursos já existentes, levou-nos a considerar necessário contribuir para a investigação sobre a reutilização e adaptação de palácios históricos a um novo uso, tendo como caso de estudo o Palácio da Quinta das Águias. Um outro factor determinante para a escolha deste tema, consistiu no défice de investigação e informação sobre Palácios Históricos do ponto de vista patrimonial, especialmente no que se refere a estratégias de reutilização.

Por outro lado, esta investigação surge como o que entendemos ser o seguimento da tese de Maria João Banha<sup>1</sup> que, em 2017, alertava para a necessidade de “(...) consciencializar a comunidade em geral e [de] incentivar especialistas a procurar respostas” (BANHA, 2017: 22) relacionadas com a identificação de estratégias de “uso compatível” e rentável do Património Palaciano lisboeta, assente na sua preservação sustentável.

Segundo o *Estudo Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social* (2020), o Património Imóvel classificado português encontra-se muito subaproveitado: atualmente existem “(...) cerca de 250 pontos patrimoniais classificados abertos ao público (...)” de um total de “4.575 bens imóveis classificados distribuídos pelo continente e ilhas (...)” (GONÇALVES; CARVALHO; TAVARES, 2020: 210). Nesse sentido, os mentores do estudo defendem que é necessário desenvolver novas políticas estratégicas que possibilitem a criação de um “mercado interno de consumo” de Património Cultural para o futuro, já que “(...) Portugal apresenta uma das mais baixas taxas europeias de visitantes nacionais a monumentos, museus ou afins (...)” (GONÇALVES; CARVALHO; TAVARES, 2020: 17). Torna-se, assim, indispensável procurar estratégias que permitam educar a população, e que possibilitem uma melhor e maior conservação dos bens imóveis classificados, nomeadamente do Património Palaciano.

Ao longo desta dissertação optou-se pela utilização do conceito de “reutilização”, como definidor de uma ação sobre um bem arquitetónico que tenha como objetivo o que entendemos como a sua correta salvaguarda e conservação. De igual forma, surgem os

---

<sup>1</sup> BANHA, Maria João Marques Canelas Ferreira, 2017. *Palácios Perdidos no Tempo. Adaptação às exigências contemporâneas como estratégia de preservação*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa: Técnico.

conceitos de “restauro” e de “reabilitação”, que devem ser entendidos como sinónimo do conceito de “reutilização” uma vez que, segundo A. Navarro, “(...) a palavra “restauro” foi, de certa forma, substituída por outras análogas como “reabilitação”, “reutilização”, “reciclagem” ou “recuperação”, entre outras” (NAVARRO, 1999: 26). Se, pelas razões descritas no Capítulo I desta dissertação, o conceito de “reabilitação” acabou por ter uma conotação pejorativa, sendo até antónimo do termo “restauro”, tal não implica que se esqueça a verdadeira definição de “reabilitação” (em tudo semelhante à de “reutilização”): “modificação de um recurso segundo padrões funcionais contemporâneos, envolvendo a eventual adaptação a um novo uso” (BARRANHA, 2016: 85).

A salvaguarda e conservação dos exemplares da Arquitetura do passado revela-se indispensável à própria *salvaguarda* da nossa História e Memória e, consequentemente, identidade. Efetivamente, se atentarmos ao conceito mais amplo de *Património Arquitetónico*, este é formado a partir da junção de dois conceitos: *Património* e *Arquitetura*. O primeiro refere-se a tudo aquilo que é hereditário e duradouro, ou seja, que se transmite de geração em geração, correspondendo por isso a um legado, que é necessário preservar. O segundo é encarado como uma espécie de “memória de pedra” (FIGUEIRAS, 2015: 36) identitária de uma determinada comunidade humana, razão pela qual Françoise Choay refere, “a derrota e a destruição de uma cultura ficam muito mais asseguradas pela destruição dos seus monumentos do que pela morte dos seus guerreiros” (CHOAY, 2015: 17). Nesse sentido, a Arquitetura surge como a materialização física, como o produto de uma determinada cultura, possuindo como tal um valor identitário.

No conceito de *Património Arquitetónico* incluem-se conjuntos de edifícios, núcleos urbanos e paisagens com interesse cultural e civilizacional, “(...) independentemente da natureza dos valores em que esse interesse radique, designadamente: valor arquitectónico (artístico, construtivo, funcional), valor histórico ou documental, valor simbólico e valor identitário” (BARRANHA, 2015: 35/36).

Acresce dizer que, *Património Arquitetónico* já não é sinónimo de *monumento histórico*. Por um lado, o conceito de *monumento* deriva do latim *monumentum* que vem do verbo *monere*, que significa “advertir, lembrar”, ou seja, corresponde a qualquer construção realizada intencionalmente por uma comunidade para ser recordada (CHOAY, 2015: 16). Por outro lado, com o surgimento do livro, o monumento perdeu o seu sentido memorial, passando a ser conotado apenas com valores estéticos e de prestígio: daí a origem do termo *monumento histórico*.

Em Portugal, o conceito de *monumento nacional/histórico* surge no século XIX; como Lúcia Rosas refere, a “(...) teorização sobre o conceito de monumento e a prática do restauro no século XIX assumem dimensões maiores porque se tornam um dos mais importantes vectores culturais da época” (CUSTÓDIO, 2010: 42), quer a nível internacional quer a nível nacional, por influência do espírito Romântico de oitocentos. A preocupação com a salvaguarda dos bens artísticos da nação intensifica-se no período da 1ª República, originando uma mudança de mentalidade: o conceito de *património* passa a ser associado ao de *arte*. Nesse sentido, o conceito de *monumento nacional* ou *monumento histórico* é substituído pelo conceito mais abrangente e integrativo de *património*, que surge oficialmente e pela primeira vez no Decreto de 26 de Maio de 1911. Esta mudança de mentalidade assentou na ideia de que “(...) tanto os objectos artísticos, como os monumentos têm como primeira função serem documentos da formação artística, “vestígios nacionais” da identidade e da memória (...)” (CUSTÓDIO, 2010: 90); a sua salvaguarda permitiria a sua inclusão na “(...) herança e legado do País” (CUSTÓDIO, 2010: 96).

Paralelamente, assiste-se a uma maior preocupação com o nível de detalhe dos conceitos utilizados:

“A fortuna conceptual do conceito de monumentos (...) [originou] uma distinção radical entre os imóveis e os móveis, que a lista publicada em 16 de Junho de 1910 sancionou, como se assiste à sobreposição do conceito de monumentos equivalente ao conceito de património arquitectónico e ao uso explícito de 'monumentos nacionais', no caso dos monumentos submetidos à classificação oficial (...) mas sem esquecer outros valores arquitectónicos de interesse regional, de menor significado artístico ou histórico ou apenas partes exemplares de monumentos de menor valor” (CUSTÓDIO, 2010: 98).

A nível internacional, o conceito de *Património Arquitectónico* só se implantou depois da II Guerra Mundial, incluindo atualmente: os monumentos históricos, os diversos conjuntos edificados e as arquiteturas mais recentes, nomeadamente do século XX (FIGUEIRAS, 2015: 72).

É na categoria de *Património Arquitectónico* que surge a subcategoria de

*Património Palaciano*, objeto de estudo da presente dissertação. O conceito de *palácio* vem do latim *palatium*, referência ao monte Palatino, cujo significado passou a ser associado “(...) à residência do imperador, após Augusto a ter fixado no cume deste monte” (BANHA, 2017: 3). Nesse sentido, o conceito de *palácio* foi desde a sua origem associado à residência de alguém detentor de poder, podendo equivaler, também, a “(...) uma habitação instalada num antigo convento ou mosteiro, composto por uma vertente agrícola “quinta” que engloba a casa e os jardins” (GALANTE, s/d: 193). Em Portugal, o conceito de *palatium* foi originalmente adaptado para *paço* (desde o século XIII): “este não se cingia à morada da família real, mas, conforme tinha já estipulado a evolução semântica latina, era sede de poderes senhoriais (...)” (BANHA, 2017: 3). O conceito de *palácio* surge apenas no século XVII: “(...) presumivelmente como versão erudita de “paço” (...)”, dada a sua maior semelhança com a raiz latina (BANHA, 2017: 3).

De forma a contribuir para a investigação sobre a reutilização e a adaptação de Palácios Históricos revelou-se indispensável retroceder no tempo de forma a compreender o presente. Nesse sentido, no Capítulo I foram abordadas as principais teorias e teóricos de restauro, desde a sua génese, seguidas da realidade portuguesa atual, especialmente no que se refere às intervenções em Palácios Históricos. De forma a possibilitar uma melhor compreensão das políticas de intervenção nos edifícios históricos de Lisboa, também se analisou a *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024* e o *Pilar Estratégico Património – Onde o Futuro encontra o Passado. Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, enquadrando-os nas políticas e objetivos europeus de conservação e difusão do Património Cultural.

Por sua vez, o Capítulo II dedica-se à análise dos conceitos de *Conservação Participativa* e de *Preservação Sustentável*, tendo-se recorrido a casos exemplares dessas práticas, em Lisboa, de forma a possibilitar uma melhor compreensão dos mesmos.

O Capítulo III aborda as questões desenvolvidas ao longo da dissertação, explorando-as de forma mais completa uma vez que o caso de estudo – Palácio da Quinta das Águias – funciona como um exemplo do que consideramos ser um projeto de reutilização que respeita as ideias defendidas nos Capítulos I e II. Foi nesse contexto que esta investigação partiu da questão: que usos conferir ao Palácio da Quinta das Águias que respeitem o princípio do uso compatível e a tornem acessível a toda a população?

- Objetivos

O primeiro objetivo desta dissertação consistiu em investigar as questões

patrimoniais do abandono e da reabilitação/restauro/reutilização do Património Palaciano.

O segundo objetivo consistiu em analisar os conceitos de *conservação participativa*, devido ao papel indispensável dos cidadãos na salvaguarda do *seu* Património Arquitetónico, e de *preservação sustentável*, que pressupõe a noção de Património como um recurso cultural não renovável.

O terceiro objetivo consistiu em contribuir para o debate em torno das estratégias de reutilização do Património Palaciano lisboeta, de modo a integrá-lo no tempo presente e em direta relação/comunicação com a comunidade nativa da região.

Este objetivo encontra-se interligado com o quarto objetivo, que consistiu em investigar usos compatíveis, de preferência de cariz cultural, a conferir a Palácios Históricos, tendo em conta que quando reabilitados, esta tipologia de edifício é geralmente afeta a um uso turístico, como seja hotéis de luxo, o que os transforma num espaço fechado à grande maioria dos cidadãos portugueses.

- Metodologia

Uma vez que esta dissertação teve como objeto de investigação o caso de estudo do Palácio da Quinta das Águias, articulou-se uma componente teórica com uma abordagem empírica.

Numa primeira fase revelou-se indispensável o conhecimento teórico das questões patrimoniais analisadas no Capítulo I e II, pelo que a ida a bibliotecas, especialmente à Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, revelou-se indispensável à elaboração desta dissertação, dada a quantidade de artigos de Revistas sobre Património aí existentes. Igualmente importante foi participar na Conferência *Cultural Heritage leading Urban Futures*, factor que possibilitou uma melhor compreensão do conceito de *Conservação Participativa*, em termos práticos e relativamente à sua aplicação em projetos europeus.

Numa segunda fase revelou-se indispensável a leitura de monografias e de Dissertações de Mestrado sobre o Palácio da Quinta das Águias; por um lado, para acumular o máximo de informação sobre a história e a análise artística do caso de estudo e, por outro lado, de forma a ter o conhecimento das suas propostas de reabilitação anteriores. Paralelamente, realizámos visitas à Rua da Junqueira e ao Palácio da Quinta das Águias (apesar de não ter sido possível entrar na propriedade), o que nos permitiu avaliar o estado de conservação do Jardim e das Fachadas Sul e Nascente, assim como do telhado do Palácio. Possibilitou também o contacto direto e o conhecimento da Rua da

Junqueira e dos arredores da propriedade em análise. Nesta fase, ter-se-ia realizado o Inquérito<sup>2</sup> à população residente nas imediações do caso de estudo mas, devido à pandemia, optámos por não o realizar.

Numa terceira e última fase, uma vez finda a redação dos três Capítulos da dissertação, foram realizadas entrevistas à Câmara Municipal de Lisboa e à Junta de Freguesia de Alcântara, cujos guiões podem ser consultados em anexo<sup>3</sup>. Estas ter-se-iam revelado de grande importância para uma melhor compreensão do estudo de caso, mas não se obtiveram respostas. O *e-mail* enviado à Câmara Municipal de Lisboa, no dia 19 de Outubro, foi diversas vezes reencaminhado para diferentes departamentos da Câmara, acabando por ficar a cargo do departamento de Urbanismo e do Senhor Arquitecto Nuno Morais, no dia 17 de Novembro, de 2020. Relativamente à Junta de Freguesia de Alcântara contactámo-la através do Formulário de Contacto do *site* da Junta no início do mês de Novembro. Devido à ausência de resposta optou-se pelo contacto presencial no dia 17 de Dezembro de 2020 e, por *e-mail*, no dia 18 de Dezembro de 2020.

---

<sup>2</sup>Consultar Anexo II - Inquérito e Entrevistas, p. 131.

<sup>3</sup>Consultar Anexo II – Inquérito e Entrevistas, pp. 132-134.

## Capítulo I - Património Palaciano: Patrimonialização e Readaptações

“Chamamos *património construído* a tudo aquilo (arte, arquitectura e cidades) que nos ficou do passado. Os anglo-saxões chamam-lhe *heritage* e nesse signo depositam uma carga ligeiramente diferente porque as *heranças* não pressupõem só um legado patrimonial, mas também valores simbólicos e afectivos”.

Manuel Graça Dias (in *Jornal Arquitectos*, nº 213, Nov./Dez. 2003, p. 4).

Como Paulo Pereira refere, ao citar Marshall Bermann, “(...) a modernidade (...) ao procurar a absoluta “novidade” através de uma inevitável ruptura com o passado próximo e distante, criou ou segregou para si mesma uma constante e sofrida nostalgia pelo “antigo” e por esse mesmo “passado”, que nunca conjurou” (PEREIRA, 1997: 11). Assiste-se, assim, à constante necessidade de conservar todos os bens ou objetos que, pelas suas características, façam parte do Património Cultural de um país ou comunidade. Na medida em que, segundo Deolinda Folgado, o Património Cultural “(...) é sempre uma versão da memória coletiva em permanente construção” (CUSTÓDIO, 2010: 323), a atual era de globalização tem originado uma maior preocupação com a salvaguarda da memória.

Como Jorge Custódio refere, a globalização transformou o Património “(...) num instrumento (...) e lugar de encontro de gentes e culturas, independentemente das suas origens, valores e estádios de desenvolvimento” (CUSTÓDIO, 2010: 346); factor que originou uma natural preocupação com a perda do valor identitário e da memória coletiva desses mesmos locais. Foi nesse contexto que, entre 1980 e os anos 2000, surgiu o fenómeno da *patrimonialização*, que “(...) se explica pela atitude extrema de defesa e salvaguarda dos patrimónios (...), funcionando como resposta das sociedades (...) às transformações económicas e sociais e, mais recentemente, ao próprio eclodir da globalização (1990-2000)” (CUSTÓDIO, 2010: 346). É frequente o fenómeno da patrimonialização conduzir ao extremo da musealização, ao “(...) retira[r] do uso, [aquilo] que deveria fazer parte do curso normal da vida quotidiana (...) [exibindo-o] como passado fossilizado (...)” (GUERREIRO, 2015: 27); nesse sentido, António Guerreiro conclui que “(...) o que traz a salvação traz também consigo sinais de morte” (GUERREIRO, 2015: 27). Tal como Patrice Béghain refere, os edifícios patrimonializados contribuem muitas vezes para a criação, no centro da cidade, de uma “reserva” patrimonial, entregue às “(...) délices empoisonnés du tourisme culturel”

(BÉGHAIN, 2012: 84). Esta ideia vai de encontro à de Paulhans Peters, quando mencionava que libertar os edifícios da sua função e petrificá-los em museus não é solução (PETERS, 1977: 7).

Em Portugal, o fenómeno da patrimonialização surgiu depois do 25 de Abril; tal não impediu, porém, que entre as décadas de 1980 e de 1990, fossem diversos os bens patrimoniais, alguns dos quais “estratégicos”, não preservados (CUSTÓDIO, 2010: 348). No entanto, é certo que, desde então, se tem vindo a assistir ao que António Guerreiro definiu como uma “doença patrimonial” (GUERREIRO, 2015: 27), caracterizada por uma intensa onda de patrimonialização e de musealização. A par desses fenómenos surgiu um interesse renovado pelas questões da memória, especialmente devido à ligação intrínseca entre o conceito de *património* e de *memória*. Como António Guerreiro refere, “(...) as questões da “memória coletiva” e dos “lugares da memória” impregnaram de maneira decisiva o trabalho dos historiadores. A memória tornou-se um dos grandes temas atuais e a atitude patrimonialista deve ser entendida como uma resposta aos deveres que ela incute” (GUERREIRO, 2015: 27).

O fenómeno de patrimonialização dos inúmeros bens incluídos no *Património Arquitetónico* é compreensível, na medida em que estes surgem como “lugares de memória”, correspondendo a uma materialização da “memória coletiva”, devido à ligação física entre a Arquitetura e a vida. Como Peter Zumthor refere, “(...) um bom edifício deve ser capaz de absorver os vestígios da vida humana, e (...) através disso pode ganhar uma riqueza especial” (ZUMTHOR, 2005: 23); daí que a Arquitetura seja detentora de um grande poder evocativo do passado e, como tal, da memória e da História.

No entanto, em Portugal, a ideia de Património Palaciano como um “lugar de memória” ainda hoje é muito negligenciada. Com exceção dos palácios encarados desde logo como símbolos da nação, sendo por isso classificados como Monumento Nacional, esta categoria encontra-se muito subvalorizada, tal como a História o comprova (BANHA, 2017).

A primeira grande classificação de palácios urbanos em Lisboa ocorreu apenas na década de 90 do século XX, “(...) depois da remodelação e reconfiguração dos organismos responsáveis pela tutela e salvaguarda do património nacional e da adesão de Portugal à CEE (...)” (BANHA, 2017: 24). É necessário ter em conta que a inventariação e classificação de bens patrimoniais em Portugal se iniciou apenas em 1881, sem grandes resultados práticos: “entre 1893 e 1901, houve um período de experimentação da



classificação (...) [que] não teve efeitos quanto à salvaguarda e conservação dos monumentos” (CUSTÓDIO, 2010: 68). Durante a 1ª República (1910-1926) assistiu-se a uma renovação das medidas legislativas bem como da classificação de bens patrimoniais, que foi retomada e muito desenvolvida durante o Estado Novo (1926-1974) (BANHA, 2017). No entanto, os grandes monumentos nacionais foram sempre privilegiados em detrimento dos exemplares de “menor” valor ou importância histórica.

Contudo, tal como Vítor Serrão refere,

“Afim, os acervos da arquitectura nacional que importa saber preservar não se resumem aos grandes monumentos e aos centros históricos classificados (...) mas abrangem também, necessariamente, imensas construções, por certo menos relevantes de significado e de importância, seja política, militar ou religiosa, mas valiosas pela sua qualidade intrínseca, pela sua integração nos tecidos de paisagem urbana ou rural, e pelo acervo de memórias históricas que inevitavelmente abrigam” (SILVA, 2014: 15).

Efetivamente, o Património Palaciano de “menor” importância e, como tal, subvalorizado até à atualidade, consiste num importante exemplar da cultura e da identidade portuguesas; como Vítor Serrão refere, “(...) é este mesmo património (...) que melhor define - juntamente com a língua portuguesa - as especificidades culturais de um território como o nosso (...)” (SILVA, 2014: 38). De notar que esta tipologia patrimonial é um importante testemunho arquitetónico do período pré-industrial.

Contudo, apesar de em Portugal, desde oitocentos, se ter alargado o significado de *monumento*, que passou a integrar “não só as grandes criações, mas também as obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural” (SILVA, 2014: 20), os organismos de intervenção patrimonial têm vindo a ignorar esse facto. Razão pela qual, actualmente, um infindável número de construções, considerado de menor importância política, militar ou religiosa, se encontra em estado de ruína, ou seja, a sua qualidade intrínseca, que se deve à sua integração na paisagem (urbana ou rural) ou ao seu significado histórico, continua a ser desvalorizada e ignorada. De notar que, muitos desses edifícios, figuram nas listas do Património Classificado (frequentemente classificados como Imóveis de Interesse Público); tal como Ana Tostões, em 2013,

ressaltou no seu artigo sobre a reabilitação de património arquitetónico moderno, a sua classificação não garante a sua preservação.

Segundo António Ricardo da Costa, o facto de em Portugal o património ser à partida encarado como um “valor herdado”, transmite logo a ideia de que é necessário rentabilizá-lo e, conseqüentemente, “(...) o ciclo de vida do edificado deve coincidir com o seu ciclo de vida económico” (COSTA, 2003: 24). Nesse sentido, com excepção dos grandes monumentos, grande parte do património arquitetónico não é preservado, correspondendo a sua classificação a um “(...) contratempo, na medida em que prolonga frequentemente a expensas de privados a vida (in)útil do edificado” (COSTA, 2003: 24); razão pela qual A. Costa refere,

“Defendam-se pois apenas as peças monumentais, cuja utilidade não é clara..., “tem a ver com isso da memória colectiva e da identidade...”, e cuja manutenção é paga pelo Estado (...)” (COSTA, 2003: 24).

Portugal e, neste caso concreto Lisboa, depara-se, portanto, com um problema: a indiferença face à conservação e salvaguarda do seu património palaciano, “(...) cuja utilidade não é clara (...)” (COSTA, 2003: 24). Por um lado, este património perdeu o seu uso original: a habitação de uma elite da sociedade. Por outro lado, a seleção de um número selecto de palácios para reabilitar, frequentemente de forma abusiva, como hotéis ou restaurantes de luxo, não só não resolve o problema, como se demonstrará no subcapítulo 1.1., como não permite o seu usufruto por parte da população em geral.

Como Vítor Serrão refere, a História de Portugal “(...) [pulula] de ondas de descaracterização, de desleixo e de abandono de parte da sua memória arquitectónica (...) em nome de uma ideia abastardada de progresso” (SILVA, 2014: 12). Especialmente os palácios são alvo de diversas ameaças, ressaltando-se desde logo a já referida perda de funcionalidade, que dá origem a duas situações: (1) ao abandono e aos problemas que daí advêm, como o vandalismo (furto e *grafittis*), a ruína do edifício ou a sua demolição (pois são encarados como um entrave ao crescimento urbano), e (2) as reutilizações/reabilitações de “qualidade questionável”, que não respeitam a identidade do edifício e não são compatíveis com o mesmo (BANHA, 2017: 21); neste caso, é frequente respeitar-se apenas a fachada e transfigurar-se totalmente a estrutura interna, ou normalizar a fachada “(...) cuja natureza é passível de ser comparada ao espírito do “restauro estilístico” de Viollet-le-Duc (...)” (BANHA, 2017: 22) ou, ainda, focar a

atenção apenas no exterior do edifício, negligenciando os interiores, “(...) em detrimento de uma preocupação global que respeite a identidade do palácio” (BANHA, 2017: 22). A falta de controlo e de segurança deste património por parte dos seus proprietários (privados ou não) promove também “(...) toda a sorte de vandalismos” (SILVA, 2014: 27). Podemos ainda verificar que, depois do terramoto de 1755, diversos palácios ficaram total ou parcialmente destruídos, muitos dos quais não foram recuperados, “(...) sem contabilizar os que se desconhecem, por não ter sobrevivido qualquer documentação” (BANHA, 2017: 22).

De forma a impedir o abandono, o vandalismo e a demolição do património palaciano torna-se imprescindível conferir-lhe uma nova vida, impedindo, por outro lado, as readaptações de “qualidade questionável”. Relativamente à readaptação de património arquitetónico em geral, são diversas as teorias, umas de carácter intervencionista outras de carácter não intervencionista. Tal como Paulo Pereira refere,

“De um lado avançam as teses de intervenção maximalista, entre as quais se incluem a adição de novas construções de linguagem contemporânea, o restauro “por semelhança” ou “all 'identico” (ou seja, de restituição integral) ou o restauro por recriação. Do outro lado avançam as teses de intervenção minimalista, de simples conservação e reparação. Entre estas teses recortam-se um sem número de opções, apoiadas em outras tantas filosofias, que vão desde os conceitos globais de gestão de um edifício e respetiva reutilização, até às técnicas de engenharia e de conservação física do monumento polarizadas em torno de escolas, pensamentos e exemplos que persistem tendo como referências insubstituíveis Viollet-le-Duc ou Camillo Boito e culminando na incontornável Carta de Veneza (1964)” (PEREIRA, 1997: 13).

Nesse sentido, para uma melhor compreensão do que pretende ser uma contribuição para a salvaguarda do património palaciano lisboeta, enumerar-se-ão algumas das teorias mencionadas.

Segundo Alexandre Alves Costa, “a questão da intervenção em edifícios antigos só se pôs como problema cultural, a partir da segunda metade do século XVIII; ou seja,

foi rigorosamente contemporânea da noção de património histórico” (ALVES COSTA, 2003: 8).

Em Portugal, esta preocupação remonta ao século XIX relacionando-se com o próprio contexto histórico da época – catástrofes naturais, invasões francesas, guerra civil –, que conduziram a um aprofundamento da relação dos portugueses com os vestígios do passado. Surgiu também a par da necessidade romântica de reencontrar uma “(...) identidade nacional legível nos chamados monumentos pátrios, aliada ao estado de ruína de muitos edifícios com valor histórico e arquitectónico, em consequência de desleixo ou de transformações gravosas (...)” (ALVES COSTA, 2003: 8).

A preocupação com a necessidade de conferir novos usos aos edifícios em ruínas ou abandonados, foi antecedida pela apreensão face ao abandono de grande parte do património arquitectónico português, assim como ao seu estado ruinoso e degradado. O primeiro protesto contra estas questões surgiu em 1837, no primeiro número da revista *O Panorama*. O artigo intitulava-se *A Architectura Gótica. Igreja do Carmo em Lisboa* e era da autoria de Alexandre Herculano que fazia acompanhar o texto por uma gravura com a representação do estado de ruína da Igreja. Segundo Lúcia Rosas, este texto marca o “(...) início de uma reflexão sobre os monumentos e o património, que será continuada nos anos seguintes pelo mesmo autor e por muitos outros” (CUSTÓDIO, 2010: 42). O artigo de Herculano foi influenciado por Victor Hugo, seu contemporâneo, que anos antes iniciara com o seu manifesto *Guerre aux Démolisseurs* (1832) uma autêntica “(...) “cruzada” contra o vandalismo (...), em defesa dos monumentos históricos (...)” (CUSTÓDIO, 2010: 57). Além de Herculano, também Almeida Garrett manifestou a sua indignação face ao estado ruinoso dos monumentos, neste caso, de Santarém, no seu romance *Viagens na minha Terra*, inicialmente publicado em 1843, na *Revista Universal Lisbonense*.

Em 1896, Ramalho Ortigão publicou a obra *O Culto da Arte em Portugal*, onde abordou o problema do abandono e dos restauros pouco estudados – que encarava como *assassinato* – dos monumentos. Referia que

“[A] (...) autoridade, incerta, vagamente definida, a quem tem sido confiada a conservação e a guarda da nossa architectura monumental, procede com esse enfermo, de quem se incumbiu de ser o enfermeiro, por dois methodos diferentes: umas vezes deixa-o morrer [abandonando-o]; outras vezes, para que ele mesmo não tome essa resolução

lamentavel, assassina-o [ao proceder ao seu restauro]”  
(ORTIGÃO, 1896: 17).

O pensamento de R. Ortigão foi influenciado por John Ruskin, “(...) um dos maiores líderes da elite patrimonial europeia (...), um apóstolo da conservação e da não-intervenção” (CUSTÓDIO, 2010: 59) que, à semelhança de William Morris, defendia a mera conservação do já existente, independentemente do seu estado.

Anos antes, em 1864, Joaquim Possidónio Narciso da Silva fundara a Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, “(...) que veio a transformar-se numa sociedade de amigos dos monumentos, criando uma rede de vogais correspondentes e correspondendo-se com a nata da elite patrimonial europeia e mundial” (CUSTÓDIO, 2010: 60). Graças a esta associação, em 1880, foi publicada a primeira lista de imóveis classificados como Monumento Nacional. Neste período a maioria dos edifícios classificados consistiam em símbolos da fundação da nacionalidade, da independência da Nação e do período dos Descobrimentos, épocas estas “(...) que serviam os ideais do culto nacionalista, tanto do Romantismo da Monarquia Liberal, como do Positivismo finissecular e da República (1910)” (LUÍS, 2016: 58). Contudo, e como já foi mencionado, as medidas de salvaguarda patrimonial revelaram-se pouco eficazes, não apresentando grandes resultados práticos.

Como Jorge Rodrigues refere, os restauros oitocentistas foram na sua maioria inspirados pela teoria da *unidade de estilo* de Viollet-le-Duc – cuja influência foi “(...) responsável por apreciáveis abusos em muitas das intervenções executadas, (...) [na sua maioria] viradas para a *época de ouro* da História da Arte, como o próprio Alexandre Herculano defendia: a Idade Média” (RODRIGUES, s/d: 1). Essencialmente, o século XIX foi marcado pelo confronto entre a doutrina intervencionista de Viollet-le-Duc (1814-1879) e o anti-restauro de John Ruskin (1819-1900) e de William Morris (1834-1896), teorias que influenciaram os pensadores e historiadores portugueses.

Durante o Estado Novo (1933-1974) assistiu-se, pela primeira vez em Portugal, a uma real e efetiva preocupação com a salvaguarda do património arquitetónico. É com esse propósito que, em 1929, é criada a DGEMN (Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), com o intuito de intervir nos diversos edifícios ao abandono e degradados; o seu critério de intervenção assentava na “(...) reintegração arquitetónica com base [na] pureza de estilo (...)” (CUSTÓDIO, 2010: 160), noção herdeira da *unidade de estilo* ou Restauro Estilístico de Viollet-le-Duc. Frequentemente, os restauros da DGEMN caracterizaram-se por constituírem autênticas reconstituições da memória dos

grandes acontecimentos nacionais, materializada no património arquitetónico do país. Nesse sentido, apesar de à ação da DGEMN “(...) se [ficar a] dever a salvaguarda do nosso admirável património arquitectónico, (...) [do ponto de vista de] um olhar actual, a filosofia de actuação [pode] ser encarada com discordância, especialmente, em alguns casos” (CUSTÓDIO, 2010: 199). Acresce referir que, numa época em que a Carta de Atenas já entrara em vigor, Portugal continuava a seguir as teorias já ultrapassadas de Viollet-le-Duc; como Jorge Rodrigues refere, “Carta de Atenas que, no espírito de isolamento nacionalista e autista do Regime, seria totalmente ignorada pelos responsáveis da D.G.E.M.N.” (RODRIGUES, s/d: 3).

Porém, a partir dos anos 40, as críticas aos métodos de intervenção seguidos pela DGEMN tornaram-se mais incisivas, tendo como principal voz o arquiteto Raúl Lino. A sua formação em Inglaterra e na Alemanha (com Albrecht Haupt), que lhe permitiram o contacto com teorias alternativas à de Viollet-le-Duc, levaram-no a defender as ideias de conservação, desenvolvidas por J. Ruskin, na obra *Seven Lamps of Architecture*, e de Camillo Boito (CUSTÓDIO, 2010; RODRIGUES, s/d). Raúl Lino defendia um restauro assente

“[No] (...) valor documental do monumento (e consequentemente da irreversibilidade do processo histórico e da impossibilidade de se recuperar elementos perdidos) e da sua dimensão simbólica, deduzida da inscrição num tecido social e num referencial cultural específicos” (CUSTÓDIO, 2010: 172).

A partir dos anos 50 ocorreu uma “(...) mudança na orientação nacionalista do restauro do património (...)” (LUÍS, 2016: 60), que só se tornou efetiva depois do 25 de Abril de 1974, época em que Portugal aderiu às recomendações patrimoniais internacionais.

Com o surgimento em Itália do *Restauro Crítico*, graças a Cesare Brandi, Renato Bonelli, Roberto Pane, entre outros, é redigida uma nova carta internacional de restauro: a Carta de Veneza (1964), cujas ideias eram opostas às reinvenções do *Restauro Estilístico*. Pelo contrário, com esta carta surge, pela primeira vez, o conceito de *reversibilidade*, segundo o qual qualquer obra de restauro se deve distinguir da obra original, de forma a não falsear o “(...) significado artístico ou histórico (...)” (CUSTÓDIO, 2010: 238) da obra. A Carta de Veneza exerceu uma grande influência em

Portugal, graças à classe dos arquitetos, que “(...) apesar dos constrangimentos políticos e sociais, sempre procurou ao longo do século XX uma actualização culta da sua formação, frequentemente por via internacional” (CUSTÓDIO, 2010: 239). Nesse sentido, depois desta carta, rapidamente se procedeu à alteração dos critérios de intervenção no património.

Depois do 25 de Abril (1974), a DGEMN reformulou os seus critérios e práticas, ao valorizar e ao respeitar os acrescentos das várias épocas históricas presentes nos edifícios. É deste período que data a sucessiva reutilização de edifícios, com o fim de lhes conferir um novo uso, frequentemente de cariz hoteleiro. As reutilizações atrás mencionadas respeitavam os princípios definidos pela Carta de Veneza, nomeadamente ao facilitarem a distinção entre a obra nova e a antiga, através da construção de anexos que seguissem uma linguagem arquitetónica de cariz mais contemporâneo (LUÍS, 2016; CUSTÓDIO, 2010). Segundo Alexandre Alves Costa, a Carta de Cracóvia (2000), ao seguir as mesmas linhas da Carta de Veneza, pouco acrescenta à temática da reutilização do património arquitetónico. Nesse sentido, afirma que desde os anos 70 se tende a considerar “(...) que cada caso é um caso e que a teoria da intervenção nascerá de cada circunstância nunca generalizável (...)” (ALVES COSTA, 2003: 9).

Convém não esquecer que os organismos responsáveis pelas intervenções e pela salvaguarda do património português sofreram diversas alterações ao longo dos anos, factor que originou problemas na gestão do património. Data de 1980 a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) que, em 1992, se passou a denominar Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR). Em 2007, depois da extinção do IPPAR e da DGEMN, surge o IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico) que, até 2012, foi responsável pelas intervenções e pela salvaguarda do património. Após a sua extinção é criada a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), que assume as responsabilidades dos antigos IGESPAR e DGEMN (CUSTÓDIO, 2010; LUÍS, 2016).

Decorrente do incremento da preocupação com a salvaguarda do património urbano durante os anos 70 e 80 do século XX, surge a prática da *reabilitação urbana*, que permitiu aliar a preservação dos edifícios histórico-culturais à necessidade de dar resposta às novas exigências da sociedade moderna (CUSTÓDIO, 2010: 222/223).

Com o pós-modernismo surge uma outra prática arquitetónica de reutilização, denominada *fachadismo*. Como já se referiu anteriormente, esta prática limita-se a preservar a fachada do edifício, enquanto se procede ao desmantelamento do seu interior,

com o fim de o adaptar a um novo uso, incompatível com a sua organização original; preserva-se apenas a “(...) imagem urbana da cidade (...)” (LUÍS, 2016: 62), sem qualquer respeito pela identidade do edifício.

Atualmente, embora se continue a pôr em prática a reutilização ou reabilitação do património arquitetónico, este continua a ser um tema pouco consensual, que suscita diversas polémicas. Segundo Nádía Luís, “(...) observa-se um movimento no sentido da reintrodução, no nosso país, dos critérios de restauro *anastilótico* [isto é, recolocação de elementos originais desaparecidos, mas cuja existência e localização se encontra bem documentada] e de restituição de estruturas, embora segundo novos pressupostos” (LUÍS, 2016: 63). Estes “novos pressupostos” ou novos princípios, influenciados pela Carta de Veneza (1964) e pelo Restauro Científico de Cesare Brandi (1906-1988), materializam-se na tese do *Restauro Objetivo* de Antoni Gonzalez Gomes-Navarro.

O *Restauro Objetivo* tem como critério fundamental garantir um uso sensato, compatível com o respeito pelos valores essenciais (documental, arquitetónico e significativo) do monumento; nesse sentido, não se pode optar por nenhum uso que prejudique a essência do mesmo (NAVARRO, 1999: 67). Como se referia na Carta de Veneza, compete-nos preservar a autenticidade dos monumentos. Nesse sentido, o nosso comportamento face ao património arquitetónico deve-se pautar pelo “(...) respeito pela obra de arte, o que implica a sua conservação e o respeito da integridade daquilo que chegou até nós, sem prejudicar o seu futuro” (BRANDI, 2006: 87).

Navarro defende, também, o princípio da intervenção mínima sobre o edifício; método esse que alia à ideia segundo a qual não há um critério universal válido para o restauro do edifício, uma vez que cada monumento suscita diferentes critérios de intervenção. Na sua teoria, Cesare Brandi também referia que “(...) cada caso de restauro será um caso à parte e não um elemento de uma série de casos semelhantes (...)” (BRANDI, 2006: 39). O *Restauro Objetivo* tem como único objeto de preocupação o edifício, as suas necessidades objetivas e as da sua área envolvente; como tal, o responsável pelo restauro deve adequar as teorias, doutrinas e ideologias existentes a cada caso, optando pelas que mais se identificam com cada caso específico (NAVARRO, 1999: 12): esta ideia vai ao encontro da de Cesare Brandi quando referia que há certas ideias gerais que servem de ponto de referência aquando da intervenção sobre um edifício (BRANDI, 2006). Em 2000, a Carta de Cracóvia mencionava igualmente que,

“Os instrumentos e os métodos utilizados para uma  
correcta preservação do património devem adaptar-se às



situações concretas, que são evolutivas, sujeitas a um processo de contínua mudança”<sup>4</sup>.

A Carta de Cracóvia também sugeria que o processo de restauro se caracterizasse pela multidisciplinaridade, integrando o estudo e a compreensão não só do edifício mas também do sítio e do contexto envolvente<sup>5</sup>. Efetivamente, o edifício encontra-se ligado ao ambiente em que se insere e integrado num determinado contexto histórico, social e geográfico que convém não esquecer; como C. Brandi referia, na arquitetura “(...) a espacialidade própria do monumento é coexistente com o espaço ambiente em que o monumento foi construído” (BRANDI, 2006: 91). Também, muito pertinentemente, Vítor Serrão relembra,

“Quando a construção é (des)integrada em novos espaços e contextos (...) [tende-se] a perder o equilíbrio do espaço com o sentido primeiro e a dimensão que outrora presidia a um certo “espírito de lugar”, as características fundamentais de “autenticidade” não podem deixar de se diluir de maneira inexorável” (SILVA, 2014: 28).

De forma a não perder o sentido e a aura do edifício, torna-se, portanto, imprescindível a igual compreensão e preservação, na medida do possível, do seu meio envolvente; por exemplo, no caso da reabilitação de palácios urbanos, é importante que se preservem os seus jardins anexos.

Por outro lado, à semelhança de Cesare Brandi, Navarro não se opõe à ideia de reutilizar o edifício considerando que,

“O valor de uma obra arquitetónica radica na eficácia com que responde à função que a justifica (a função utilitária e simbólica), na sua beleza formal e espacial, e na racionalidade da disposição dos seus materiais e sistemas construtivos. Também é prova do seu valor genuíno, a possibilidade do edifício se adaptar a novos usos quando perde o uso original. (...) O monumento não pode nunca ser considerado como uma criação acabada, não sujeita a

---

<sup>4</sup> Carta de Cracóvia, 2000; p. 1. Consultado a: 05/04/2020. Disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 2.

modificações” (NAVARRO, 1999: 18).

Esta ideia reveste-se de uma grande importância porque ao defender a necessidade de atribuir uma nova função ao património arquitetónico, devolve-lhe a sua finalidade primária: a função e a utilidade, características inerentes ao significado e aos objetivos da Arquitetura. Função e uso esses que devem ser compatíveis com a essência do edifício. É a união entre estas duas ideias que torna a teoria de Navarro revolucionária; atente-se nas campanhas de reabilitação levadas a cabo até hoje em Portugal, sobre o património imóvel desafetado e considerado de menor importância: salvo algumas exceções, têm-se caracterizado por programas abusivos e “(...) demasiado agressivos e exigentes para a realidade física das pré-existências (...)” (BANHA, 2017: 26), não manifestando qualquer respeito ou interesse pela preservação da identidade do edifício. Identidade essa em que se incluem as transformações sofridas pelo edifício ao longo da sua existência, fruto da sua própria história; tal como Nádia Luís refere, o conceito de preservação encontra-se interligado com o de transformação “(...) e na conjugação das estruturas históricas e das inovações contemporâneas, dado que o bem patrimonial já nos chega alterado, tanto pela cultura como pelo tempo” (LUÍS, 2016: 50). O edifício possui, assim, o que Cesare Brandi intitulou de *dupla historicidade*: “(...) aquela que coincide com (...) o acto da criação, e refere-se, portanto, a um artista, a um tempo e a um lugar (...) [e a que se refere ao] facto de persistir no presente (...) [no] tempo e (...) lugar onde naquele momento se encontra” (BRANDI, 2006: 5).

Que usos conferir, então, ao património palaciano que respeitem o princípio do uso compatível e o tornem acessível a toda a comunidade/população? À semelhança do que Maria João Banha já concluíra em 2017, crê-se que os usos de cariz cultural sejam a melhor forma de preservar este tipo de património. Por um lado, possibilita e incentiva a relação entre a comunidade e o edifício; por outro lado, apesar de promover um maior desgaste do edifício, devolve-o ao presente, conferindo-lhe uma nova vida. Torna-se necessário, porém, compreender numa primeira fase, qual a realidade patrimonial portuguesa.

### **1.1. Lisboa e o seu Património Palaciano: Palácios Urbanos Abandonados e Reabilitados**

A região de Lisboa e Vale do Tejo é internacionalmente conhecida pelo inegável valor histórico e estético do seu património arquitetónico, sendo responsável por 61% dos

bens imóveis classificados em Portugal.

No âmbito da conferência *Palácios Históricos de Lisboa. Memória, ruína ou futuro?*, o Fórum Cidadania Lx em colaboração com o Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa) realizou em 2015 um inventário sobre o número de palácios históricos existentes em Lisboa. Excluindo, à partida, os casos em que só resta a fachada, em que o palácio foi completamente alterado devido à mudança de uso, bem como os palacetes e as casas senhoriais, concluiu-se que de cerca dos 100 exemplares existentes em Lisboa, são vinte os casos entre o mau estado de conservação e a ruína: “dos 7 considerados em ruína, 5 são palácios urbanos” (BANHA, 2017: 21). No número de palácios completamente modificados, cuja identidade se perdeu portanto, podemos incluir o caso do número cada vez mais crescente de palácios transformados em hotéis. Se se atentar às notícias sobre a quantidade de hotéis em Lisboa, muitos dos quais instalados em antigos palácios, a constatação do inventário é grave: salvo quando alvo de programas abusivos de reabilitação (como hotel), os palácios urbanos históricos não têm qualquer outro uso e, como tal, permanecem ao abandono, acabando em ruína.

Segundo um artigo do Diário de Notícias em 2018<sup>6</sup>, previa-se para 2019 a construção de 65 hotéis em Portugal, 23 dos quais seriam em Lisboa, correspondendo a maioria à tipologia de quatro e cinco estrelas. Já segundo um outro artigo do Jornal de Notícias de 2019, referia-se que existiam 13 investimentos previstos para a capital do país – dois hotéis de quatro ou mais estrelas e os restantes onze pertencentes a categorias inferiores: “os recordes do turismo estão a abrir o apetite aos investidores e Portugal é já o quarto país com mais projetos hoteleiros em carteira na Europa, mostra uma análise da consultora Lodging Econometrics”<sup>7</sup>. Como Nádia Luís referia já em 2016, assiste-se a uma “(...) excessiva promoção de hotéis no centro (...) [da] cidade de Lisboa” (LUÍS, 2016: 78). José Aguiar também mencionava, em 2014, que “(...) a excessiva promoção de habitação no centro – sobretudo de hotéis no centro do centro – que estamos a verificar em cidades como Lisboa (no quadro do actual PDM) estão a conduzir a um novo tipo de segregação funcional que acentua novos fenómenos de guetização funcional e social” (AGUIAR, 2014: 64).

---

<sup>6</sup> LARANJEIRO, Ana, 2018. *Portugal vai ter mais 65 hotéis em 2019*, Diário de Notícias. Consultado a: 27/02/2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/07-dez-2018/portugal-vai-ter-mais-65-hoteis-em-2019-10288417.html>

<sup>7</sup> PEREIRA, Sónia Santos, 2019. *Portugal atrai 166 novos projetos de hotéis em meio ano*, Jornal de Notícias. Consultado a: 27/02/2020. Disponível em: <https://www.jn.pt/economia/portugal-atrai-166-novos-projetos-de-hoteis-em-meio-ano-11375379.html>

A reabilitação de património arquitetónico, seja palácios, igrejas, fortes, etc., com valor histórico-cultural como hotéis, não é uma ideia nova. Obedecendo à noção ““salvam-se os monumentos dando-lhes uso”” (CUSTÓDIO, 2010: 231), esta tendência data já do período do Estado Novo, época em que vários palácios, mosteiros, conventos e, até, fortes sofreram obras de adaptação a pousadas e hotéis, como foi o caso do Palácio de Seteais transformado em hotel de luxo. Estas obras caracterizaram-se por grandes alterações da estrutura e dos interiores dos edifícios, estando na origem do conceito de “reabilitação” como oposto ao conceito de “restauro” (CUSTÓDIO, 2010; BANHA, 2017). Efetivamente, o que “(...) hoje se promove como “reabilitação” está muito longe de corresponder ao seu significado, conformando uma gigantesca fraude” (AGUIAR, 2014: 64). Como José Aguiar referia, já em 2010,

“Hoje, depois das pousadas, propõem-se os “hóteis de charme”; e é um enorme mistério descortinar de onde surgirá tanto charme que possa alimentar esta explosão de novos “hóteis de charme” propostos para os antigos monumentos que ainda sobrevivem, com alguma genuinidade e preciosa – para a ciência e para a arte – autenticidade” (CUSTÓDIO, 2010: 231).

Efetivamente, a reabilitação de monumentos históricos, neste caso palácios urbanos, como unidades hoteleiras gera diversos problemas, impossibilitando a conservação e a salvaguarda da sua autenticidade, uma vez que optam frequentemente pela técnica do *fachadismo*. À semelhança de José Aguiar, diversos outros historiadores e arquitetos têm vindo a alertar para este tipo de intervenções e para a necessidade de salvaguardar a autenticidade dos edifícios históricos. Esta preocupação torna-se cada vez mais importante, especialmente se se tiver em conta que técnicas como o *fachadismo* são apontadas pelo sector imobiliário “(...) como o modelo desejável a seguir” (AGUIAR, 2014: 66). Vítor Cóias e Silva refere que “(...) a manutenção do interior dos edifícios, da estrutura e dos materiais originais é essencial para a salvaguarda da sua autenticidade” (CÓIAS E SILVA, 2005: 32). Por sua vez, em 2013, João Appleton advertia para o perigo das intervenções que “(...) privilegiam a demolição integral injustificada dos interiores com preservação exclusiva das fachadas principais, valorizando a cidade da aparência, do “fachadismo” em que o que a rua mostra nada tem que ver com o que as casas escondem (...)” (APPLETON, 2013: 31). Segundo José Aguiar, esta técnica impede também que as

novas arquiteturas possuam “(...) um rosto, impedindo preversamente qualquer possibilidade de expressão urbana do nosso tempo” (AGUIAR, 2014: 66). Acresce mencionar que esta noção de reabilitação não respeita o princípio da *reversibilidade* que, como definido em 2011 no *Documento de Madrid*, estipula que uma intervenção pode ser desfeita ou retirada, sem modificar a “estrutura material histórica” do edifício (BARRANHAS, 2015: 105). Mais uma vez, segundo José Aguiar,

“Tornou-se imediatamente evidente a inadequação da regulamentação hoteleira – cujos programas-tipo estavam otimizados para a nova construção. Foram múltiplas as incompatibilidades causadas por exigências de funcionalidade e conforto necessárias a hotéis de muitas estrelas, mas muito difíceis de garantir em monumentos históricos. Os danos da imposição de complexas redes técnicas, da necessidade de equipamentos que colocam exigências impossíveis de satisfazer na preservação estrita da matéria, da forma e tipologia dos antigos espaços condicionam definitivamente a sua conservação” (CUSTÓDIO, 2010: 231).

Pode-se, portanto, concluir que as intervenções de carácter maximalista, características da gestão patrimonial portuguesa, não só não respeitam o edifício histórico como também contrariam as recomendações internacionais:

“Convenhamos: a nossa gestão patrimonial centrou-se (ainda se centra?) na escolha de intervenções maximalistas, quando a teoria sempre recomendou o oposto (intervenções mínimas, pouco intrusivas, reversíveis; preferindo a manutenção ao restauro, e o restauro à destruidora renovação, como poderia dizer Boito)” (CUSTÓDIO, 2010: 231).

Em 1964, a Carta de Veneza veiculava que a adaptação de um monumento a um novo uso não devia alterar nem a sua disposição nem a sua decoração. Também a *Recomendação sobre a Proteção, no âmbito nacional, do Património Cultural e Natural* (1972) mencionava que ao conferir uma nova função a um bem patrimonial, essa devia

ser “(...) compatível com o carácter cultural (...) do bem em causa” (LOPES; CORREIA, 2004: 144), caracterizando-se a intervenção sobre o edifício pela preservação do seu aspeto original, “(...) evitando-se as construções novas ou remodelações que possam alterar o equilíbrio de volumes e cores que esses bens mantêm com o seu enquadramento” (LOPES; CORREIA, 2004: 147). Em 1975, a *Carta Europeia do Património Arquitectónico* chamava a atenção para os perigos da especulação fundiária e imobiliária sobre o património arquitectónico que, frequentemente, conduz a uma “(...) tecnologia (...) mal aplicada, e [a um] restauro inadequado [que] podem ser desastrosos para as estruturas antigas” (LOPES; CORREIA, 2004: 158). De forma a evitar esses erros, esta carta propunha a aplicação de uma conservação integrada, através de “(...) técnicas adequadas de restauro e da escolha correcta de funções apropriadas” (LOPES; CORREIA, 2004: 158). No mesmo ano, a *Declaração de Amesterdão* reforçava as ideias da Carta acima mencionada, defendendo que “a conservação do património arquitectónico deve ser considerada como um dos principais objetivos do planeamento urbano e ordenamento do território e não como um problema marginal” (LOPES; CORREIA, 2004: 161). Em 1976, a *Recomendação sobre a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e da sua Função na Vida Contemporânea* alegava que a “(...) salvaguarda dos conjuntos históricos pode contribuir para manter e desenvolver os valores culturais e sociais de cada nação, bem como para o enriquecimento arquitectónico do património cultural mundial” (LOPES; CORREIA, 2004: 178).

Se a reabilitação de edifícios históricos como hotéis não respeita as recomendações e cartas internacionais, resta a questão, *porquê e como é que estas intervenções continuam a acontecer?*

Em primeiro lugar, olhemos para a Constituição Portuguesa. Por um lado, no Título III, do Artigo 44º., da Lei nº 13/85 de 6 de Julho de 1985, refere-se a necessidade de inserir os bens culturais “(...) na vida social, económica, científica e cultural [de forma] compatível com o seu carácter específico”<sup>8</sup>. O conceito de *uso compatível* surge, assim, apesar de superficialmente mencionado. O Decreto do Presidente da República nº. 5/91 refere no Artigo 11º. das *Políticas de Conservação*, que as Partes se comprometem a atribuir ao património arquitectónico novos usos “(...) respeitando as características arquitectónicas e históricas do património (...)”<sup>9</sup>. Estes dois exemplos demonstram que efetivamente há a intenção de preservar as características histórica e arquitectónica do

---

<sup>8</sup> Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994. *Património Arquitectónico e Arqueológico: informar para proteger: legislação nacional*, Lisboa: IPPAR, p.41.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 49.

património arquitetónico e, portanto, a sua autenticidade ou, pelo menos, integridade. O que nos levaria a crer que, do ponto de vista legislativo, técnicas como o *fachadismo* poderiam ser consideradas ilegais ou inconstitucionais visto que contrariam a proposição segundo a qual se devem respeitar as características históricas e arquitetónicas dos edifícios alvo de readaptações.

O ponto 4, do Artigo 43º. (relativo às Zonas de Proteção), do Título II, da Lei 107/2001, de 8 de Setembro, realça mais uma vez essa ideia, ao mencionar que “as zonas de protecção são servidões administrativas (...) [nas quais não se pode proceder a] trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cêrceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente”<sup>10</sup>. O respeito pela aparência exterior do edifício é, assim, estipulado de forma muito clara e acessível à compreensão de toda a população. No entanto, o ponto seguinte, número 5, faz a seguinte ressalva: “excluem-se do preceituado pelo número anterior as obras de mera alteração no interior de imóveis”<sup>11</sup> – abrindo, portanto, livre campo à técnica do *fachadismo*.

Os artigos mencionados acabam, assim, por se contradizer visto que, por um lado, se devem preservar as características histórica e arquitetónica dos edifícios – a sua integridade, portanto – mas, por outro lado, é perfeitamente aceitável que se proceda a alterações no seu interior. Alterações essas que, frequentemente, se caracterizam pelo completo desmantelamento do interior do edifício e, consequentemente, pelo total desrespeito da sua integridade e autenticidade. Compreende-se, desta forma, a continuação dos programas de reabilitação de palácios históricos como hotéis, assentes na técnica do *fachadismo*.

A grande aposta na hotelaria prende-se com o facto de ser considerada a única área que garante o retorno do investimento dispendido na obra de reabilitação. Nesse sentido, o objetivo central e único aquando de uma intervenção sobre um palácio histórico (que não seja classificado como Monumento Nacional) consiste em atribuir-lhe uma função economicamente rentável. Noção esta que contraria o que já Cesare Brandi defendia:

“Mas (...) quando se tratar de obra de arte (...) como as obras de arquitectura (...) torna-se claro que o

---

<sup>10</sup> Lei 107/2001, de 8 de Setembro - Estabelece as bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, p. 5815. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>

<sup>11</sup> *Ibidem*.

restabelecimento da funcionalidade, embora entre na intervenção de restauro, não representará, definitivamente, senão um lado, ou secundário ou concomitante, e nunca o primário e fundamental que diz respeito à obra de arte enquanto obra de arte” (BRANDI, 2006: 2).

No entanto, numa época em que o património é encarado como um produto de mercado, em que “a reabilitação do património [é] orientada para criar parques temáticos destinados ao consumo hedonista de um turismo massificado (...)” (LUÍS, 2016: 65), a constante reabilitação de palácios históricos como hotéis, sem qualquer respeito pela conservação da sua autenticidade, torna-se cada vez mais previsível. Efetivamente, a questão do património arquitetónico entrar no campo da obra de arte é totalmente ignorada, uma vez que a cultura corresponde, atualmente, a um mero *objeto de consumo* (CHOAY, 2014: 36). Como José Aguiar referia, ao citar Javier Rivera:

“O problema (*da conservação hoje*) trasladou-se para a gestão, desfruto e obtenção de benefícios com o património. Se é legítimo aceitar a prioridade de que “restaurar é um fim em si mesmo”, daqui passa-se frequentemente ao uso e abuso do património não já como um produto cultural, mas sim como um produto industrial para o qual estão muito atentos alguns sectores só interessados na sua exploração económica” (CUSTÓDIO, 2010: 233).

Setores esses que incluem o hoteleiro, gerando o que José Aguiar definiu como uma ““hotelaria do património”” (CUSTÓDIO, 2010: 233), “(...) ao serviço dos grandes grupos económicos privados” (CUSTÓDIO, 2010: 234). O grupo israelita Selina consiste num exemplo da transformação do património (arquitetónico/palaciano) em produto industrial: o Palácio Mendia (construído em inícios do século XVIII) é já o segundo palácio em Lisboa reabilitado como hotel, de um plano de vinte hotéis a abrir em Portugal<sup>12</sup>. Um outro problema decorrente destes projetos de reabilitação consiste na separação entre a população e o seu próprio património arquitetónico, contrariando a proposição segundo a qual o Património (Cultural) é de todos; como J. McGuigan referia

---

<sup>12</sup> ANTUNES, Conceição, 2019. *Grupo Israelita transforma Palácio em Hotel*, Expresso. Consultado a: 07/03/2020. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2019-03-31-Grupo-israelita-transforma-palacio-em-hotel>



ao citar John Urry, instalações como hotéis de luxo poucos benefícios trazem à população nativa que, em geral, não usufrui das mesmas (MCGUIGAN, 2004: 106). Assiste-se, assim, ao “(...) constrangedor paradoxo [do património arquitetónico] (...) estar mais distante precisamente de quem está mais próximo fisicamente” (BERNARDES; OLIVEIRA; MOREIRA, 2014: 69). Como José Aguiar mencionava,

“Se antes os residentes da classe média e os mais desfavorecidos não podiam competir com os bancos no acesso aos locais centrais, algo de similar se passa agora na impossibilidade de competirem com as empresas hoteleiras ou com os condomínios de luxo” (AGUIAR, 2014: 65).

Efetivamente, o autor salienta o cerne da questão: a classe média e os mais desfavorecidos, ou seja, a maioria da população, não tem como aceder a estes locais de luxo, cujo acesso fica, consequentemente, reservado a um reduzido número de indivíduos. Numa época democrática, em que se pregam os valores da igualdade e do livre acesso à cultura e ao património cultural, grande parte do património palaciano, não incluído nos grandes monumentos nacionais, continua a ser acessível apenas a uma pequena elite. Nesse sentido, ao serem

“Sequestrados da esfera pública, e lançados no domínio do privado, os monumentos são submetidos “a uma espécie de destruição ou morte social. Impondo-se, de modo radical, sobre o interesse público o interesse privado” (Chagas, 2007: 212)” (LUÍS, 2016: 77).

Paralelamente, este “sequestro” contraria os pressupostos da legislação nacional; como é referido no Artigo 3º, do Título I da Lei nº 13/85, de 6 de Julho de 1985, “2. o Estado (...) e as autarquias locais procurarão (...) assegurar as condições de fruição desse património [cultural]”<sup>13</sup>. No Artigo 7º, do Título II, da Lei 107/2001, de 8 de Setembro, também se estipula o “1 – Direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural, como modo de desenvolvimento da personalidade através da realização cultural”<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994. *Património Arquitectónico e Arqueológico: informar para proteger: legislação nacional*, Lisboa: IPPAR, p. 33.

<sup>14</sup> Lei 107/2001, de 8 de Setembro – Estabelece as bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, p. 5809. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em:

Assiste-se, portanto, ao que José Aguiar definiu como uma “(...) efetiva perda do direito à cidade (...)” (AGUIAR, 2014: 65) por parte da população portuguesa, como consequência do fenómeno da globalização. A cidade e o seu património arquitetónico, ao serem encarados como um mero bem de consumo, passaram a ser pensados apenas para o *outro* ou, como João Brigola referia, para “(...) o visitante, para o elemento estranho, exterior, para o *cliente* (...)”, em suma (BRIGOLA, 2005: 30): daí a sucessiva construção de hotéis. Fora desta equação fica a ideia de que o património não só é de todos, como deve ser usufruído, em primeiro lugar, pela comunidade residente na região. Efetivamente, num simples parágrafo José Aguiar revelou a realidade patrimonial da atualidade em Portugal,

“Vulgarizaram-se as limitações do acesso aos monumentos nacionais e a imóveis de interesse público, entregues à gestão de entidades privadas sem que se garanta o acesso (tendencialmente gratuito) dos cidadãos nacionais, património convertido a usos privados e turísticos sem garantir a reversibilidade das operações efetuadas” (AGUIAR, 2014: 65).

É esse o problema da globalização e do que se lhe sucede: o turismo, geralmente de carácter massificado. A globalização originou a padronização das necessidades e dos costumes das sociedades, originando o chamado “(...) *mainstream* da gestão das cidades” (FIGUEIRA, 2005: 21). Esse *mainstream* tem-se caracterizado pelas *disneylandias* referidas por Françoise Choay, acompanhadas pelos equipamentos turísticos e hoteleiros necessários para albergar o *outro*, o *cliente*. O Património Arquitetónico, em especial o Palaciano, ao deixar de ser sinónimo de História e de Memória a salvaguardar, e ao tornar-se um produto, um objeto recriado para venda, perde a sua autenticidade, fomentando a perda da identidade dos lugares. Ocorre, assim, o que Alves Costa definiu como o “(...) apagamento dos lugares” (ALVES COSTA, 2005: 9).

Podemos ainda afirmar que este fenómeno não confere um futuro a longo prazo ao Património Palaciano, contrariando a ideia geralmente associada ao conceito de Património, cujo “(...) valor intergeracional (...) [torna] necessário pensar nele como um activo a longo prazo (...)” (BERNARDES; OLIVEIRA; MOREIRA, 2014: 92). É um facto que, como já nos anos 80 Lipovetsky referia, “cada vez se generaliza mais a

temporalidade que desde sempre rege a moda: o presente” (LIPOVETSKY, 1989: 355). O presente tem-nos demonstrado, nos últimos anos, que o turismo cultural se encontra cada vez mais na moda. Esta tendência até se pode vir a prolongar bastante no tempo, uma vez que as sociedades atuais são regidas pelos *media*, que procedem ao que António Guerreiro definiu como a catalogação das “(...) tendências epocais nas artes e no pensamento, numa busca desenfreada pela novidade que é uma espécie de versão nihilista da ideologia do progresso” (GUERREIRO, 2015: 28). Porém, há uma variante em todo este processo que é necessário ter em análise: a questão dos destinos turísticos. Remontando aos anos que têm precedido o nosso *presente*, Lisboa tem-se revelado como um dos destinos turísticos favorecidos pela *moda*. Contudo, coloca-se a questão: até quando? A atual pandemia já causou um grande decréscimo no número de turistas em Portugal, demonstrando que o Património Cultural não pode e não deve ter como único grupo de interessados, os turistas (nacionais ou estrangeiros). Porém, mesmo que não tivesse ocorrido nenhuma catástrofe natural, como é o caso da pandemia, colocar-se-ia a mesma questão, uma vez que como já se referiu, a *moda* vai variando, o que iria provocar, a médio ou longo prazo, um decréscimo significativo de visitantes estrangeiros (e até nacionais). Nesse sentido, em ambos os cenários, Lisboa poderá vir a deparar-se com o abandono e a ruína do seu Património Palaciano, entretanto reabilitado como hotel; daí a necessidade de contribuir para a investigação sobre novos usos a atribuir ao Património Palaciano alvo de readaptações.

## **1.2. Análise dos Planos Estratégicos para Lisboa e o seu Património Imóvel. Relação com a União Europeia.**

Tal como é imprescindível conhecer a realidade patrimonial de Lisboa atualmente, é igualmente importante compreender quais as políticas patrimoniais/culturais do Município, relacionando-as com as ideias defendidas pela União Europeia. Nesse sentido, mencionar-se-ão neste subcapítulo algumas das ideias do Plano *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024* e do *Pilar Estratégico Património – Onde o Futuro encontra o Passado. Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo* relacionadas com os temas da presente dissertação: políticas de reabilitação urbana, participação da comunidade nas mesmas, sustentabilidade e a questão das propriedades privadas em mau estado de conservação – tendo em conta o caso de estudo, Palácio da Quinta das Águias.

O objetivo do Plano *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024*

consistiu em averiguar o “(...) estado de conservação do edificado, do espaço público (...)”<sup>15</sup>, de forma a avaliar o nível de investimento necessário à reabilitação da cidade. Estipularam-se cinco desafios *a priori*, dos quais importa salientar três: (1) a tentativa de articular o dever das entidades privadas com a responsabilidade pública no que se refere à reabilitação dos edifícios; (2) a tentativa de alargar a gestão das intervenções de reabilitação urbana aos proprietários ou outras entidades privadas; (3) o desenvolvimento de novos mecanismos que possibilitem respeitar os direitos dos proprietários e, em simultâneo, eliminar os obstáculos à reabilitação desses bens patrimoniais.

Tendo como prioridade a reabilitação do edificado já existente, o Plano também já referia a importância das obras de conservação periódicas, como forma de reduzir o número de reabilitações necessárias no futuro. Nesse sentido, foi atribuída competência legal à Câmara de Lisboa para determinar o estado de conservação dos edifícios e para aumentar o IMI consoante o seu estado. Prioritária seria a reabilitação dos Bairros Históricos, dos Bairros Municipais e de edifícios isolados, dispersos pela cidade. Nesse sentido, para o Município poder ter uma ação verdadeiramente “(...) pró-activa antecipando-se às situações do colapso do edificado e incentivando a actuação dos particulares”<sup>16</sup>, desenvolveram-se novos instrumentos que conferem ao Município uma nova capacidade interventiva. Também para tornar mais atrativas as obras no edificado particular, alargaram-se em toda a cidade os “(...) incentivos fiscais a todas as obras de conservação e reabilitação”<sup>17</sup>.

O diagnóstico final do Plano em análise salientou três temáticas: (1) o incremento do número de edifícios a reabilitar e devolutos, em comparação com o número de novas construções; (2) o progressivo aumento de hotéis nos centros históricos e a procura de novos usos; (3) os obstáculos à reabilitação dos edifícios que vão desde a falta de meios à falta de interesse dos proprietários. Nesse sentido, das cinco questões que se incluem na estratégia do Plano em análise, destaca-se a que refere que o maior número de investimentos a realizar será nos edifícios particulares. Por outro lado, constatou duas ideias que vão ao encontro dos objetivos da presente dissertação: “(...) a reabilitação e salvaguarda do património são o verso da mesma moeda (...)”<sup>18</sup> e a importância da

---

<sup>15</sup> *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2024*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 4.  
[em linha] Disponível em:  
<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1324397213U4nVZ1uw7Or33TP1.pdf>

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>18</sup> *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2024*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 7. [em linha] Disponível em:  
<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1324397213U4nVZ1uw7Or33TP1.pdf>

participação da comunidade na regeneração urbana.

O Plano estabelece que embora a reabilitação dos edifícios tenha como principal responsável o Município, tendo em conta que este não possui os meios financeiros e técnicos necessários, há que incentivar o investimento privado, partindo da noção de que é “(...) preciso olhar para a reabilitação numa óptica de mercado”<sup>19</sup>. A nova estratégia de reabilitação urbana também deve ter em consideração a separação entre o que são as responsabilidades do sector público e as do sector privado, constituindo sempre um dever dos proprietários, sejam eles o Estado, o Município ou entidade(s) particular(es):

“Trata-se de encarar a reabilitação numa óptica diferente, em que Estado, Município e proprietários do edificado se têm de articular, cada um com o seu papel, cabendo ao Estado fazer os ajustamentos à legislação que tornem o processo viável e ao Município um papel de dinamizador, regulador e facilitador da intervenção dos proprietários privados”<sup>20</sup>.

Assim, cabe ao Estado reconhecer a importância da reabilitação tornando mais apelativo o investimento na mesma. Já o Município deverá participar na dinamização de todo esse processo, não lhe colocando entraves. Nesse sentido, terá de (1) reduzir os gastos de quem invista na conservação ou na reabilitação dos edifícios; (2) notificar os proprietários da degradação dos seus edifícios, disponibilizando apoios técnicos e financeiros; (3) penalizar os proprietários de edifícios devolutos; (4) ampliar os apoios/benefícios já existentes nas chamadas áreas críticas de Reabilitação Urbana a todos os tipos de reabilitação.

Sendo um dos objetivos deste Plano reabilitar o maior número de edifícios até 2024, pretendia-se lançar um programa de incentivo à reabilitação do património arquitetónico privado de forma a reabilitar todos os edifícios encarados como em mau ou muito mau estado de conservação no Censo de 2011. O programa de reabilitação proposto pelo Plano em análise assentava nos princípios de autenticidade, reversibilidade e compatibilidade. De forma a reabilitar os edifícios em mau estado de conservação, sem recurso ao investimento municipal, foi criado o programa *Reabilite primeiro, Pague depois*: “(...) a Câmara cede o(s) edifício(s), o adjudicante faz as obras e procede à sua

---

<sup>19</sup>*Ibidem*, p. 11.

<sup>20</sup>*Ibidem*, p. 13.

alienação ou arrendamento, consoante a hasta pública, e só então procede ao pagamento à CML, que pode ser em prestações pelo prazo proposto na hasta pública”<sup>21</sup>.

Relativamente ao caso das entidades privadas que não zelam pela salvaguarda da(s) sua(s) propriedade(s), o Plano define três cenários que forcem o proprietário a conservar ou reabilitar o(s) seu(s) bem(ns): (1) caso o proprietário respeite a intimação, no prazo de 6 meses entrega os documentos que permitam o licenciamento das obras; (2) caso o proprietário não responda, passados os 6 meses, o Município procede à venda do bem, sendo o novo proprietário obrigado a realizar as obras previamente exigidas no prazo máximo de 6 meses; (3) caso o proprietário declare não possuir os meios necessários à realização das obras requeridas, opta-se pelo regime de obra convencionada. Esta intimação dos proprietários só é possível se se constatar a evidente degradação do edifício ou se se exigir a apresentação da ITE.

É importante não esquecer a referência da Carta Estratégica de Lisboa (que data de 2009), que mencionava entre outros objetivos a requalificação dos bairros, ação que implicava a reabilitação do seu património arquitetónico, público e privado, contribuindo assim para uma melhoria do espaço público. Relativamente à revitalização das áreas históricas também o PROTAML (Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa) mencionava a importância e necessidade da reabilitação dos edifícios “(...) *quer do parque habitacional, quer patrimonial* (...)”<sup>22</sup>, apelando para a promoção da participação cívica nessa mesma revitalização. Ao reabilitar estes bairros contribuir-se-ia para a regeneração da cidade consolidada, atenuando a “(...) dinâmica dual de Lisboa, traduzida pela regressão demográfica das freguesias centrais, [e] o crescimento das freguesias periféricas (...)”<sup>23</sup>.

Tal como referido no Plano, a política do Município de Lisboa tem como fito acabar com a tendência de desertificação da cidade, valorizando mais as obras de reabilitação em relação às obras novas: a reabilitação de 75% desse património até 2024 seria considerado um bom resultado<sup>24</sup>. Por outro lado, as intimações dos proprietários particulares por parte do Município, para que procedam à conservação/reabilitação das suas propriedades, “(...) são um sorvedouro de recursos do município e um falhanço

---

<sup>21</sup>*Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2024*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 3. [em linha] Disponível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1324397213U4nVZ1uw7Or33TP1.pdf>

<sup>22</sup>*Ibidem*, p. 49.

<sup>23</sup>*Ibidem*, p. 51.

<sup>24</sup>*Ibidem*, p. 66.

quase geral”<sup>25</sup>. Paralelamente, a execução de obras coercivas por parte da Câmara só deve ocorrer em situações muito especiais e encontra-se sujeita a diversas restrições, como a impossibilidade de introduzir alterações ou adaptações no edifício, seja qual for o seu caráter. Nesse sentido, este Plano reforça a ideia de que é necessário promover uma maior cultura de conservação do património, incentivando uma maior responsabilização dos proprietários. De forma a atingir este último objetivo, o Plano menciona duas importantes medidas: (1) a apresentação da Ficha de Inspeção Técnica à Câmara Municipal, possibilitando que esta crie uma base de dados sobre o edificado e o seu estado de conservação; (2) a promoção do cumprimento do dever de conservação dos proprietários, através da alteração de apoios às obras de reabilitação, alargando as ajudas previstas *a priori*.

Este documento alerta para a necessidade de articular o papel do Estado com o do Município e os proprietários privados, enfatizando, por outro lado, a importância da participação da comunidade na salvaguarda do Património Arquitetónico. Ambas as ideias vão ao encontro dos princípios defendidos pela União Europeia, cujo Plano da Cultura (2015-2018) previa a melhoria da governação participativa através da identificação de aproximações inovativas de governação a vários níveis, quer do património móvel e imóvel quer o digital, que envolva o sector público e privado bem como a sociedade civil (HRISTOVA, 2017: 11). O relatório *Our Common Future* também sublinhava a necessidade de uma boa gestão da cidade, relacionando-a com a descentralização dos fundos e do poder político de forma a melhorar a gestão das necessidades locais de cada região. Estas ideias fazem parte do caminho para o desenvolvimento sustentável, também definido no relatório *Our Common Future* – estabelecia o novo papel das cidades e da sua cultura no modelo revisto de desenvolvimento, no qual as cidades constituem as arenas centrais no combate aos problemas que impedem o desenvolvimento sustentável. Este relatório sugeria, pois, um novo tipo de desenvolvimento que assentasse na mudança do seu objetivo principal – as necessidades humanas e não o mero lucro –, acabando com a pressão sobre os maiores centros urbanos (HRISTOVA, 2017).

Por outro lado, o *Pilar Estratégico Património – Onde o Futuro encontra o Passado. Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo* definiu diversos objetivos, tendo como base palavras-chave como *proteção, valorização, educação, identidade e criação cultural*. Um dos desafios deste documento consiste na valorização

---

<sup>25</sup>*Ibidem*, p. 69.

do Património (independentemente da sua vertente) como elemento de união para a identidade regional, revelando-se assim necessário promovê-lo, de forma a torná-lo mais atrativo. Esta ideia reflete o espírito das políticas culturais europeias cooperativas, fundadas na Convenção Cultural Europeia (1954), que mencionava a necessidade de uma maior unidade entre o Património Cultural Europeu e a própria Cultura Europeia, de forma a agregar a noção de identidade europeia (HRISTOVA, 2017).

O objetivo número 7 do *Pilar Estratégico* refere a necessidade de uma maior distribuição da pressão turística pelo território nacional, através da promoção de novos pontos de interesse patrimonial. De forma a fomentar uma maior criação cultural na região de Lisboa e Vale do Tejo, este documento também apresenta projetos que têm em vista o desenvolvimento de uma maior programação cultural: desde *workshops* e conferências a visitas a locais patrimoniais. Nesse sentido, prevê-se

“(…) uma programação anual, distribuída ao longo do ano, dedicada à música, teatro, cinema e outras manifestações artísticas, com lugar em cada um dos monumentos, orientada, consoante o tema, para um público mais generalista ou mais especializado, procurando assim dar resposta a todas as necessidades e interesses, sem comprometer a qualidade artística ou o rigor histórico” (TEIXEIRA, 2019: 22).

À semelhança do Plano *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024*, o *Pilar Estratégico* em análise, também reforça a necessidade de salvaguardar o património imóvel classificado, identificando alguns projetos que têm em vista apresentar soluções para essa questão, como o (1) desenvolvimento de *ateliers* municipais de Conservação e Restauro, promovendo assim a chamada educação patrimonial ou (2) o incentivo de programas de voluntariado para a reabilitação de edifícios. Esta ideia vai ao encontro do referido no já mencionado relatório *Our Common Future*: “(…) “the sustainable development of cities will depend on closer work with the majorities of urban poor who are the true city builders, tapping the skills, energies and resources of neighbourhood groups and those in the “informal sector” (…)” (HRISTOVA, 2017: 3).

Através da participação da comunidade, assente na educação patrimonial/ambiental e na promoção da conservação e da valorização do Património, o 5º. objetivo do *Pilar Estratégico* reforça o valor do Património como fomentador da



identidade regional coletiva. Esta preocupação nacional com a *nossa* identidade, vai ao encontro da própria preocupação da União Europeia com a consolidação da identidade europeia. Efetivamente, assiste-se a um processo de transformação do reino simbólico europeu, um processo de abertura das políticas e fronteiras nacionais que, porém, tenciona preservar a essência das identidades nacionais (HRISTOVA, 2017: 4). À semelhança da União Europeia que assenta o processo de europeização do Património Cultural comum da Europa na noção de fonte compartilhada de memória, compreensão, identidade, coesão e criatividade (HRISTOVA, 2017: 6), o discurso patrimonialista de Portugal também tem vindo a “apostar” nestes conceitos.

Atualmente o Património Arquitetónico (em geral) defronta-se com o desafio de ser encarado como um bem público e não apenas como um gasto público; concepção esta que faz parte do caminho europeu para o Património Cultural Sustentável (HRISTOVA, 2017: 4). Como ambos os Planos analisados mencionaram, este caminho só é possível quando as comunidades se poderem aproximar do seu património, encarando-o como parte da sua identidade cultural:

“Querem-se os monumentos menos monumentais e mais próximos, quotidianos. Quer-se o património na própria cidade, na própria região, não numa imagem idealizada do país. Um património que integre não apenas os edifícios, mas os modos de fazer, de fruir, mas também abrangendo a festa e a mesa. Um património para viver, não só para viajar. Um património não para vender, como imagem, como propaganda, mas para usufruir como bem e partilhar com os visitantes” (BERNARDES; OLIVEIRA; MORREIRA, 2014: 69).

## Capítulo II - Estratégias de Reutilização do Património Palaciano

Ao longo de todo o Capítulo I demonstrou-se que a reabilitação/reutilização dos edifícios históricos constitui uma temática *sensível* e problemática, que implica uma “(...) cuidadosa orquestração de interesses (...)” (AGUIAR, 2014: 68), sendo indispensável ter em consideração a noção de sustentabilidade<sup>26</sup>. Noção essa que assenta no desenvolvimento de uma vida coletiva, em que a população possa desempenhar um papel ativo e participativo nas questões que dizem respeito ao *seu* próprio património (cultural e, em especial, arquitetónico). Não esquecendo que a sustentabilidade vai para além dos interesses económicos, uma vez que tem em conta o facto das necessidades serem “(...) tendencialmente ilimitadas e os recursos necessariamente escassos” (OLIVEIRA MARTINS, 2014: 162). De forma a fomentar a aproximação entre a população e o seu Património é necessário dar resposta ao que Françoise Choay definiu como “(...) três frentes de luta a efectuar (...)” (CHOAY, 2014: 50):

“[Primeiro,] (...) a da educação e a da formação; seguidamente, a da utilização ética das nossas *heranças edificadas* (hoje comercializadas sob o vocábulo de “património”); e, finalmente, a da participação colectiva na produção de um património vivo” (CHOAY, 2014: 50).

Mais do que uma questão política, o Património é sobretudo uma questão social; nesse sentido, não deve ser “(...) institucionalizada, deve ser partilhada” (BERNARDES; MOREIRA; OLIVEIRA, 2014: 69). Revela-se, assim, indispensável a discussão pública de questões patrimoniais, bem como a compreensão das necessidades da comunidade e de que forma os novos usos que se possam conferir aos edifícios históricos vão ao encontro dessas mesmas necessidades. De facto, os cidadãos europeus têm conhecimento do que é “(...) pertencer a uma *civitas*, uma comunidade (...)” que se expressa livremente no contexto de um regime democrático (AGUIAR, 2001: 122).

“Neste sentido, Stan Allen afirma que, mais do que pensar nos espaços públicos a criar, será importante *pensar primeiro nos públicos, em toda a sua especificidade e*

---

<sup>26</sup> Segundo o documento *Standards and Guidelines for the Conservation of Historic Places in Canada*, este conceito corresponde ao “conjunto de objectivos (económicos, sociais e ambientais) que devem ser coordenados e abordados de forma a assegurar, a longo prazo, a viabilidade das comunidades e do planeta” (BARRANHA, 2016: 106).

*multiplicidade, e olhar as suas práticas espaciais procurando perceber como é que a colectividade cria espaço público com os espaços que encontra (...)*” (PORTAS, TRAVASSO, 2011: 190).

É necessário, também, mudar mentalidades e transformar a fruição passiva do Património Arquitetónico/Palaciano, com base na sua mera contemplação visual, num papel ativo dos cidadãos na sua salvaguarda e gestão. Tal como Enrique Saiz Martín referia, ao citar o *Plan PAHIS*,

“Ultrapassa-se assim a dimensão meramente visual ou contemplativa, estática, do conceito de monumento para definir unidades mais complexas e vinculadas com a realidade mais próxima das pessoas às quais pertence” (SAIZ MARTÍN, 2014: 19).

Efetivamente, mais do que encarar o Património do ponto de vista capitalista, tendo como única preocupação o seu “valor de uso” (FIGUEIRAS, 2015: 50), para fins turísticos, é importante inverter a prioridade dos grupos interessados e colocar a comunidade nativa em primeiro lugar.

A relação dos indivíduos com o seu espaço/ambiente urbano, integra-os numa comunidade, originando o desenvolvimento da chamada *identidade coletiva* e “tanto mais forte e clara será a comunicação dessa identidade, quanto mais consistente for a interacção entre cidadãos e o seu lugar de enraizamento” (AGUIAR, 2001: 121). Desta forma,

“Estamos no cerne da *paideia* e da *humanitas*, para as quais educação e cultura se ligavam para despertar consciências e para criar e construir uma cidadania autónoma, ativa e responsável” (OLIVEIRA MARTINS, 2014: 161).

Como também se constatou, o Património Palaciano lisboeta, de Interesse Público e quando não reabilitado como hotel, encontra-se muito degradado. Problema esse que gera grandes entraves à sua reutilização, tendo em conta o investimento necessário e a própria questão da durabilidade. Segundo Ana Tostões, a “reciclagem” de um edifício

requer investimento e, frequentemente, “comparando a estrutura existente com um novo edifício, o argumento muitas vezes utilizado é de que a construção nova é mais eficiente e sustentável” (TOSTÕES, 2013: 48). Ideia esta que contradiz o próprio conceito de sustentabilidade, que assenta na coordenação dos interesses económicos, sociais e ambientais. Nesse sentido, se até 2050 se prevê “(...) um crescimento da população mundial de cerca de 70% na sua maioria nas cidades” (DELGADO, 2008: 9) e os edifícios “(...) “são responsáveis por 50% do consumo mundial de combustíveis fósseis e 50% da emissão de gases com efeito de estufa”, deixa (...) de fazer sentido continuar a investir em construção nova com tantos edifícios degradados e a precisar de intervenção” (DELGADO, 2008: 9).

A própria *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024* enfatizou e reconheceu a necessidade de reabilitar os edifícios degradados do Município; como Nádia Luís referia, em 2016, a “(...) Câmara Municipal de Lisboa fez da reabilitação urbana e do edificado um dos vectores estratégicos da sua actuação (...)” (LUÍS, 2016: 78). É de igual importância impedir que o Património Palaciano se degrade cada vez mais, de forma a evitar o ciclo vicioso “(...) em que o Património por estar degradado não gera valor económico, e, como não gera valor económico, não tem renda para se apropriar (...)” (BERNARDES; MOREIRA; OLIVEIRA, 2014: 18).

As ideias acima mencionadas não são recentes. Como já Alexandre Alves Costa referia, em 2003, nos “(...) edifícios, nas cidades ou no território sempre humanizado, a arquitectura dos próximos anos será marcada pela prática da recuperação” (ALVES COSTA, 2003: 12). Em 2005, José Filipe Ramalho também declarava que

“A conservação do património arquitetónico e cultural, deve ser uma parte integrante dos processos de planificação e gestão de uma comunidade e pode e deve contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo e social dessa comunidade” (RAMALHO, 2005: 67).

Mais recentemente, em 2015, Ana Catarina Figueiras referia na sua tese de mestrado que a reutilização dos edifícios já existentes faz parte do desenvolvimento sustentável de uma cidade (FIGUEIRAS, 2015: 53).

Torna-se, pois, indispensável conferir uma nova vida, uma nova função ao Património Palaciano degradado, tendo sempre em consideração as noções de *uso compatível* e de respeito pela *autenticidade* do edifício, visto que “a verdadeira

profanação da imagem urbana consiste na deformação arquitetónica, consciente, de edifícios históricos, e não na sua alteração progressiva” (PAPAGEORGIOU, 1971: 69). Nesse sentido, cremos que a *Preservação Sustentável*, alvo de análise no subcapítulo 2.2., consiste na melhor estratégia de reutilização do Património Palaciano, evitando mudanças arbitrárias e imprudentes no mesmo.

Qualquer estratégia de reutilização do Património Palaciano terá de responder a duas questões relativas ao seu valor económico – se gerará fontes de rendimento e de emprego – e ao seu valor social – se contribuirá para uma melhoria da qualidade de vida da comunidade (ALAIX, 2001: 39) e se o interesse público terá supremacia sobre o mero interesse privado. Será com base na resposta a estas duas questões que se poderá avaliar se o plano de reutilização poderá ter futuro. Para tal, é necessário “(...) começar por despir o património da sua carga de consumo” (PEREIRA, 2014: 82), mas não de forma utópica, isto é, o projeto de reutilização terá de ter em conta o respeito pela *aura* e materialidade do Palácio Histórico, sem deixar de considerar a sua durabilidade no tempo que dependerá da quantidade de rendimentos que poderá gerar. O lado económico estará, portanto, sempre presente no plano de reutilização:

“Os desafios da gestão do património cultural no futuro passam pelo conceito de sustentabilidade, (...) a partir de uma tripla perspetiva: económica, cultural e ecológica” (PRIETO, 2014: 86).

Por fim, qualquer estratégia de reutilização terá de ter em conta que o Património Palaciano deve ser alvo de conservação, mas que a sua salvaguarda dependerá da sua *transformação*, sempre desenvolvida de acordo com os princípios da *Preservação Sustentável*. Efetivamente, não nos esqueçamos que,

“Sendo as cidades dinâmicas, a identidade urbana não pode ser considerada senão de um modo também dinâmico, em contraposição a uma visão redutora e estereotipada que resume um lugar a uma imagem, a um bilhete postal (...)” (LACERDA, 2014: 156).

Nesse sentido, e visto que a função residencial – atualmente inútil – de grande parte dos Palácios históricos consiste na razão do seu abandono e degradação, urge proceder à sua *transformação*, que lhes permita desempenhar uma nova função na

sociedade do século XXI. Nova função essa que se deverá caracterizar por ser “(...) a mais eficaz, a mais ecológica, a mais económica e a mais inteligente (...) em benefício dos seus habitantes” (LACERDA, 2014: 154).

A par desta questão surge o grave e gritante problema da desorganização urbana que, uma correta salvaguarda e reutilização dos edifícios históricos, poderá evitar. Se, no passado, os processos de urbanização eram estruturados e se caracterizavam pela continuidade, atualmente,

“A imagem que fica de um primeiro olhar – ligeiro – pelo território é a de intervenções que se sucedem incapazes de construir uma qualquer coerência, porque parece não haver ali nenhuma ideia informadora de unidade, nenhuma identidade perceptível de conjunto. Peças soltas de múltiplos *puzzles*, amontoadas, simplesmente” (PORTAS; TRAVASSO, 2011: 167).

Ao perder a unidade que agregava a cidade como um todo, assiste-se também ao progressivo desaparecimento da sua identidade, da sua História, da cultura que a caracterizava, em suma, da sua memória. Como Françoise Choay referia, “a fealdade difundida pela sociedade industrial, resulta de um processo letal, de uma desintegração que se deve à carência cultural” (CHOAY, 1965: 23). Os edifícios históricos, nomeadamente os Palácios, incluem-se no que poderíamos intitular de *código genético* da cidade (FIGUEIRAS, 2015: 50), pois consistem na materialização física da sua História, memória e, consequentemente, identidade. A sua destruição limita-se a contribuir para o actual sistema de construção sem qualquer planeamento urbano que “(...) ignorando “necessidades, valores e motivações”, edifica uma construção sem identidade social e histórica; que não assume “qualquer responsabilidade de fazer sentido, de fazer laço, de fazer Todo” (...)” (FIGUEIRAS, 2015: 49). Esta desorganização retrata o que Alexandre Alves Costa definiu como “(...) a imperfeição social, a exclusão, a desigualdade, o desemprego, todos os efeitos de um desenvolvimento desequilibrado, do liberalismo selvagem, do abandono de terras, fábricas, palácios (...)” (ALVES COSTA, 2010: 24/25).

Por outro lado, a eliminação das materialidades identitárias de uma cidade, espelhadas no seu Património Arquitetónico/Palaciano, e a opção por *receitas* construtivas de carácter homogéneo e global acabam por “(...) reproduzir (...) modelos

similares em contextos geográficos fortemente diferenciados” (AGUIAR, 2001: 117), deixando de existir diferenças na arquitectura e urbanismo de cada cidade e país:

“Multiplicam-se, assim, os “não lugares” enquanto formas de expansão suburbana das cidades e produto de uma cultura predadora, alheia à especificidade dos lugares, e que promove universalmente os seus modelos abstratos” (AGUIAR, 2001: 117).

Segundo José Aguiar, “(...) “o direito à cidade é o direito à diferença” (...)” (AGUIAR, 2014: 68). Diferença essa que implica não só a coesão dos interesses de diversos grupos como também a articulação de temporalidades distintas, isto é, entre passado e presente. Se pretendemos lutar pela unidade da cidade e pelo seu desenvolvimento sustentável, é imprescindível manter a sua identidade, da qual faz parte a noção de continuidade (temporal) que só é possível através da salvaguarda e da conservação dos edifícios históricos, nos quais se incluem os Palácios Históricos. Recorrendo, mais uma vez, a José Aguiar,

“Se as cidades têm de se afirmar como pólos de atracção, concorrendo pelos investimentos, na quebra das fronteiras, de aumento da liberdade geográfica e territorial das pessoas e dos dinheiros, será a especificidade de um lugar, o seu valor identitário, um aspecto negativo?” (AGUIAR, 2001: 124).

## **2.1. Património e Comunidade: Conceito de *Conservação Participativa***

A salvaguarda e a protecção do Património Palaciano só é possível se se desenvolver o que Alexandre Alves Costa definiu como a *consciência popular patrimonial*, isto é, a consciencialização das pessoas sobre o papel do património como “(...) factor de desenvolvimento” (ALVES COSTA, 2003: 7). Com efeito, é a comunidade que melhor se apercebe dos riscos e do estado de conservação do Património da sua região e, se tem o direito de o fruir, também possui o dever de zelar pela sua salvaguarda. Efetivamente, segundo a *Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2009 de 21 de Agosto*, constitui uma tarefa fundamental “(...) do Estado – e deveres dos cidadãos

– a proteção e a valorização do património cultural imóvel (...)”<sup>27</sup>. Torna-se, portanto, necessário apelar à consciência cívica dos cidadãos; como Vítor Serrão referia, a “(...) defesa do património construído (...) [impõe], sim, consciência cívica, histórica, estética, funcional e afectiva, valores quase sempre arredados neste tipo de processos de aviltação das memórias” (SILVA, 2014: 31). Acresce referir que faz parte do direito dos cidadãos à cidade, à *sua* cidade, a sua participação ativa no desenvolvimento e construção da continuidade entre os diferentes tempos, entre presente, passado e futuro.

Ao longo da História de Portugal tem-se assistido à formação de associações de defesa do Património Cultural, fenómeno que se iniciou nos anos 80 do século XX com o processo de ligação da iniciativa social ao Estado; tal como o despacho da época, citado por J. Custódio, referia:

“A preservação do património cultural (...) é uma tarefa que não pode ser apenas desempenhada pelo Estado, sem o concurso dos cidadãos nos últimos tempos, e respondendo à preocupação crescente perante a sua destruição ou degradação constituíram-se muitos deles, em dezenas de associações de defesa do Património cujo papel é não só necessário mas insubstituível” (CUSTÓDIO, 2010: 299).

Efetivamente, as chamadas Associações de Amigos do Património, que atuam geralmente em regime de voluntariado, revelam-se indispensáveis, ao promoverem e divulgarem o seu estudo e a sua preservação (BERNARDES; MOREIRA; OLIVEIRA, 2014: 91). A própria legislação portuguesa menciona a importância da criação deste tipo de associações, tal como a alínea 1, do artigo 10º., do Título II da Lei 107/2001 de 8 de Setembro refere,

“Para além dos contributos individuais, a participação dos cidadãos interessados na gestão efectiva do património cultural pela Administração Política poderá ser assegurada por estruturas associativas, designadamente institutos culturais, associações de defesa do património cultural, e

---

<sup>27</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2009, de 21 de Agosto - Cria Programa de Recuperação do Património Classificado (PRPC) - Programa Cheque-Obra, p. 5497. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/488303>



outras organizações de direito associativo”<sup>28</sup>.

O movimento cívico Fórum Cidadania de Lisboa também tem desempenhado um importante papel na defesa e divulgação do Património (em especial Arquitetónico e Natural), denunciando vários casos de Património em risco e propondo soluções. Blogues como o *Ruin'Arte*, *Lisboa S.O.S* e *Lugares Esquecidos*, também desempenham um importante papel na difusão e alerta sobre edifícios históricos ao abandono. Mais recentemente, a eurodeputada e ex-ministra Maria Manuel Leitão Marques criou o projeto *Vamos Recuperar o Património Esquecido?*, que incentiva todos os cidadãos de Portugal a fotografar, localizar e apresentar propostas de reutilização de edifícios públicos devolutos. Ao receber estes contributos na sua página de Facebook e de Instagram, os mentores do projeto “(...) comprometem-se a (...) reencaminhar esses alertas para a entidade que tem a tutela do património em questão”<sup>29</sup>.

Embora com o único objetivo de reabilitar, não procurando uma ligação com os cidadãos, o Governo lançou também o Programa REVIVE, que apela ao investimento privado em edifícios devolutos. O seu objetivo consiste em “(...) promover e agilizar os processos de reabilitação e valorização de património público que se encontra devoluto, tornando-o apto para afetação a uma atividade económica com finalidade turística [apenas] (...)”<sup>30</sup>; factor esse que tem sido a razão pela qual este programa tem sido alvo de algumas críticas<sup>31</sup>.

A nível europeu, assiste-se ao surgimento do chamado *Urbactivism*, que consiste num movimento ativista urbano pró cultura e arte ao serviço de causas sociais, que se baseia em *green values* (HRISTOVA, 2017: 10). Embora ocorra em comunidades locais, este movimento é apoiado por diversos programas europeus, tais como URBAN ou URBACT. Segundo Svetlana Hristova, este fenómeno reflete a preocupação das comunidades em alcançar um modo de vida mais sustentável, não só a nível geral, como também no campo da cultura. Já em 1994, a *Aalborg Charter of European Cities and*

---

<sup>28</sup> Lei 107/2001, de 8 de Setembro - Estabelece as bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, p. 5810. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>

<sup>29</sup> SANTANA, Maria José, 2020. *Portugueses desafiados a descobrir o património esquecido*, Jornal o Público. Consultado a: 27/09/2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/09/20/local/noticia/portugueses-desafiados-descobrir-patrimonio-esquecido-1932046>

<sup>30</sup> REVIVE – Reabilitação, Património e Turismo. Consultado a : 27/09/2020. Disponível em: <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/guiaio-tecnico>

<sup>31</sup> CANELAS, Lucinda, 2019. *Com mais 15 edifícios ao dispor dos investidores, “o Revive está completamente em velocidade de cruzeiro”*, Jornal o Público. Consultado a: 27/09/2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/07/25/culturaipilon/noticia/revive-completamente-velocidade-cruzeiro-1881281>

*Towns towards Sustainability* encarava a sustentabilidade como um processo criativo, local, equilibrado que se estendia a todas as áreas de tomada de decisões locais, permitindo, portanto, a participação dos cidadãos. Nesse sentido, permitia a opção por decisões que representavam não só os interesses dos grupos de interessados do momento, como também tinha em consideração as futuras gerações:

“This gives additional stimulus to different forms of *participatory governance* of cultural heritage as a meeting point between bottom-up processes and top-down politics, stimulating the social integration and economic vitality of cities” (HRISTOVA, 2017: 11).

Em Espanha, o *Plan de Intervención de Patrimonio en Castilla y León, Plan PAHIS 2004-2012* também contou com a participação da população, tendo os profissionais explicado às comunidades cada um dos projetos, promovendo a visita dos espaços e enfatizando, assim, a “(...) promoção e a fruição do património como uma garantia da sua preservação” (SAIZ MARTÍN, 2014: 22).

As organizações de cariz não governamental (ONG) também têm demonstrado preocupações com a salvaguarda do Património Cultural (mundial). Um exemplo poderá consistir na criação do *Centro de Protecção do Património Cultural de Pequim (BCHPC)*, uma ONG “(...) que trabalha no terreno, procurando facilitar, a nível das comunidades locais, a preservação do património edificado e da cultura local (...) desenvolvendo acções de formação e *empowerment*” (ALVES COSTA, 2010: 34).

A própria ideia de apelar à participação da população na conservação do Património Cultural já tem alguma história, remontando a 1964, à Carta de Veneza, cujas ideias continuaram a ser difundidas através de um conjunto de documentos internacionais (SPIRIDON; SANDU, s/d). É esta participação da comunidade na salvaguarda e conservação do *seu* Património que faz parte do caminho para o desenvolvimento sustentável, uma vez que não é possível “(...) falar de um sério projecto cultural sem ter em conta a realidade onde se insere, sem envolver e dinamizar os vários recursos e agentes dessa comunidade (...)” (BARATA, 2002: 104).

Não nos esqueçamos também que, segundo A. Navarro, graças “(...) à sua condição arquitetónica e ao seu valor significativo, o monumento pode ser chamado a desempenhar um importante papel no seu ambiente social” (NAVARRO, 1999: 28) – ao dinamizar as relações entre os membros da comunidade ou ao reativar a economia local,

por exemplo.

É neste contexto que surge o conceito alvo de análise neste subcapítulo: *conservação participativa* ou *colaborativa*, definido por Pretonela Spiridon e Ion Sandu no ensaio *Conservation of Cultural Heritage: from participation to collaboration*; para uma melhor compreensão do mesmo e da sua extensão a nível prático, considerou-se indispensável elaborar uma breve síntese das suas ideias principais.

Segundo as autoras, a *conservação participativa/colaborativa* implica todo um conjunto de atividades como informar, ouvir, compreender, consultar, colaborar, etc., tendo como fito facilitar o diálogo entre todos os intervenientes; mobilizar e validar o conhecimento popular; bem como apoiar as comunidades e as suas instituições a gerir e a controlar os seus recursos. Tal como o próprio conceito indica, o objetivo deste tipo de conservação consiste em estimular todos os grupos interessados e envolvidos nesse processo a desenvolver uma participação activa no mesmo. Em última instância procura alcançar sustentabilidade, igualdade económica, justiça e a preservação da integridade cultural dos sítios (SPIRIDON; SANDU, s/d: 46). A par deste conceito, é importante mencionar o conceito de *conservação integrada* que se caracteriza por preservar e disseminar o conhecimento sobre Património Cultural de uma forma integrada, em direta ligação com o desenvolvimento sócio-económico e cultural (SPIRIDON; SANDU, s/d: 44).

É com base nos conceitos acima descritos que nos podemos questionar sobre qual a melhor estratégia a seguir para que a população sinta a necessidade de redefinir o seu papel, consciente e voluntariamente, no processo de conservação dos edifícios históricos. Segundo as autoras Pretonela Spiridon e Ion Sandu, os princípios chave a seguir tendo em conta esse objetivo são os seguintes: “*Intrinsic motivation*” – assente numa participação voluntária; “*Extrinsic motivation*” – implica uma razão para a população desejar participar; “*Accessibility*” – igualdade de direitos e de acesso à informação; “*Mutual respect for history and cultural diversity*” e “*Transparent dialogue*” entre os membros da comunidade e os profissionais; “*Flexibility*” – é necessária a adaptação da participação da população ao contexto; “*Empower local people and community members*” (SPIRIDON; SANDU, s/d: 46).

Tendo em conta os princípios acima definidos, P. Spiridon e I. Sandu identificam sete tipologias de formas participatórias no processo da conservação integrada, que vão desde um papel mais passivo até à efetiva participação da comunidade em todo o processo.

O primeiro nível, “Involuntary participation “by use””, diz respeito às comunidades que, limitando-se a “usar” o património, não participam na conservação do mesmo, pois comportam-se como meros receptores da informação geral relativa aos bens patrimoniais.

O segundo nível, “Passive and passive interactive participation”, caracteriza-se pelo convite dos membros da comunidade a participar no processo de conservação, sendo informados do que *a priori* já foi decidido ou já aconteceu/vai acontecer; este consiste no início da passagem da noção de História local, regional ou nacional para a noção de História pessoal, através do património cultural na área de residência do indivíduo.

O terceiro nível, “Interactive participation”, consiste na inclusão dos membros da comunidade nas equipas de trabalho profissionais, em análises conjuntas e no desenvolvimento de planos de ação relativos ao património comunitário; a participação da população afirma-se assim como um direito.

O quarto nível, “Participation for material or non-material incentives”, parte do princípio de que a comunidade aceita envolver-se no projeto se receber algum prémio/remuneração em troca – o acesso à informação e à educação torna-se parte do acesso à cultura.

O quinto nível, “Volunteer/spontaneous participation”, evidencia-se pelos membros da comunidade participarem ao tomarem medidas – espontâneas ou organizadas –, independentes de instituições externas, isto é, passam a controlar as decisões locais e a determinar o uso a conferir aos recursos disponíveis, participando assim na preservação de práticas. Neste nível, não é solicitado qualquer tipo de “recompensa”, visto que a população está ciente da sua contribuição para o interesse geral da sociedade e da comunidade.

O sexto nível, “Professional NGO participation”, corresponde a um inventário de diferentes tipos de participação, de grupos como o ICOMOS (SPIRIDON; SANDU, s/d: 48).

O sétimo nível, “Functional participation”, e o mais importante para o caso de estudo da presente dissertação, considera,

“At this level participatory conservation (public/community participation) is seen as an intrinsic part of collaborative conservation (stakeholder engagement); community members participate by being consulted or by answering questions. Practically they are involved in social and cultural enquiries and surveys, in working groups and

meetings to discuss problems and policy regarding local heritage; at this level creativity, self-expression, self-confidence, freedom of opinion and expression are promoted” (SPIRIDON; SANDU, s/d: 48).

Como se referiu ao longo do Capítulo I, assiste-se ao paradoxo em que, por um lado, “(...) um monumento classificado é essencial para a nossa identidade enquanto portugueses (...)” (AGUIAR, 2014: 65) mas, por outro lado, são inúmeras as “(...) exclusões (...) extensivas ao nosso direito de usufruto e de acesso à cultura (...)” (AGUIAR, 2014: 65). A *conservação participativa* oferece, precisamente, a oportunidade da comunidade, da população, ter acesso ao *seu* Património: não só ao Património como espaço físico, como também ao seu estudo, conhecimento e salvaguarda. Recorrendo, mais uma vez, ao ensaio de P. Spiridon e I. Sandu, as autoras referiam igualmente que

“(...) participatory conservation is more than a concept, in fact it gives us a powerful means to respect the cultural rights to access and participate in cultural life blended with other individual rights such as access to information and education, freedom of opinion and expression, self-mobilization and association” (SPIRIDON; SANDU, s/d: 51).

Esta ideia vai ao encontro do Objetivo nº. 3 do *Pilar Estratégico Património – Onde o Futuro encontra o Passado. Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo* que, tendo como linha de ação a promoção da acessibilidade do Património a toda a população, identifica como um dos projetos que permitem e pretendem alcançar esse objetivo o “aproximar os monumentos da população local, favorecendo a sua interpretação e fruição” (TEIXEIRA, 2019: 15). Efetivamente, a *conservação participativa* oferece a oportunidade da comunidade de uma determinada região explorar, investigar, salvaguardar e fruir o *seu* Património Cultural. Trata-se, pois, de uma oportunidade da comunidade se juntar, conhecer-se e interagir, enfatizando o sentimento de identidade da mesma, garantido não só a coesão identitária como a coesão comunitária. Segundo Policarpo Lopes,

“Os sociólogos focalizam mais as noções de afiliação, de consciência de pertencer e participar na vida de um grupo

ou de uma formação social. Definem a identidade quer como princípio de mobilização afectiva, quer como arte de dar sentido à existência” (BALSA, 2006: 140).

É nesta conjuntura que o espírito de comunidade, caraterístico de épocas passadas e que se tem vindo a perder, pode voltar a ressurgir (SMITH, 2006), tal como Maria José Macarenhas refere,

“Em Tönnies (1979), a partilha do mesmo espaço é, a par da partilha do sangue e do espírito, um dos elementos que produzem uma forma de associação humana, a *comunidade*” (BALSA, 2006: 154).

A *conservação participativa* permite que o Património se transforme numa experiência, nomeadamente na experiência de fazer parte de uma comunidade e de experienciar orgulho pelo passado e pelo presente dessa mesma comunidade. Através da sensibilização da população para o seu próprio Património Cultural e para uma cidadania ativa, esta recupera a ligação com o passado e com a noção de que o mesmo é de, de facto, de todos nós. A população tem assim a possibilidade não só de aprender e compreender a História do local e do espaço patrimonial como também a História da própria comunidade. Paralelamente, este tipo de conservação permite o que Marcelo Martins definiu como o desenvolvimento de

“Um modelo amplo, flexível, alheio a dogmatismos e manipulações ideológicas que favorecem a compreensão e a identificação do cidadão com a sua herança cultural, mas sem dificuldades/obstáculos históricos nem imposições mediáticas que o afastem da sua própria interpretação do passado” (MARTINS, 2001: 36).

Nesse sentido, a *conservação participativa* permite que a comunidade desenvolva aceitação e estima pelo *seu* Património Arquitetónico, factor que pode ajudar, inclusivamente, nos processos de classificação de um edifício histórico, “(...) já que est[e] depende da consentaneidade com outros modos de apropriação – modos afectivos que têm por agentes as comunidades” (REBELO, 2001: 119). É através desta experiência de pertença, de *fazer parte* de algo, de um movimento, que se “(...) encontrará a via indispensável para que os habitantes incorporem sentimentos de confiança,

empenhamento e segurança, sentimentos provenientes do facto de contribuírem activamente para dar sentido à Cidade onde vivem” (BALSA, 2006: 113).

A participação activa da população na salvaguarda do *seu* Património Arquitectónico consiste por si só num factor de democratização das Ciências do Património, assumindo-se como o que Carlos Vieira de Faria definiu como uma *democracia de administração*, isto é, “(...) numa administração que procura a cooperação dos cidadãos” (BALSA, 2006: 113). Assim, e como já se mencionou, ao proporcionar a oportunidade da população conhecer e estabelecer uma relação afetiva com o seu Património Cultural, possibilita uma maior oportunidade de salvaguarda de edifícios históricos degradados e menos conhecidos, uma vez que

““Só se protege o que se conhece”, frase mais do que banal entre os profissionais que trabalham em património cultural, mas também “também só se protege o que se ama””(FOLGADO, 2014: 174).

## **2.2. Autenticidade e Compatibilidade: Como alcançar a *Preservação Sustentável***

É indispensável ter em conta a importância da reutilização do Património Arquitectónico, em especial dos Palácios Históricos, conferindo-lhes um novo uso, que esteja de acordo com as necessidades contemporâneas e que, simultaneamente, respeite a autenticidade, a materialidade e a memória do edifício.

Como tal, é imprescindível desmistificar certas concepções aliadas à ideia de reutilização e de reabilitação, que se têm diagnosticado ao longo da presente dissertação, isto é, é necessário, por um lado, combater as ideias que defendem, essencialmente, a técnica do *fachadismo* e, por outro, as ideias que se opõem a qualquer tipo de intervenção num edifício histórico.

A noção de que uma intervenção de reabilitação deve partir do valor económico e de uso do edifício “(...) o qual, embora seja inerente a toda a arquitectura, não define a sua qualidade patrimonial e muitas vezes opõe-se a ela” (CUSTÓDIO, 2010: 172), é totalmente errada, constituindo a raiz de muitos dos problemas actuais deste tipo de projetos. Esta ideia, aliada ao princípio de que o importante reside na atribuição de uma nova vida ao Palácio Histórico, independentemente do tipo de função, visto que evitará a sua ruína, “contém um dos maiores perigos de deformação da obra, que nos parece bem mais fatal do que o perigo da morte progressiva e “digna” do monumento” (PAPAGEORGIOU, 1971: 138). Como já se demonstrou, reabilitar apenas para dar

resposta aos interesses privados e do turismo, segundo a “(...) lógica do “parque temático” e o seu simulacro de preservação (...)” (FIGUEIRA, 2013: 21), deixando completamente de lado os interesses da população nativa e local, também consiste numa opção errada.

Por outro lado, é necessário ter sempre presente a noção de que qualquer obra de reutilização pressupõe uma *transformação* e alterações: “não há nenhuma pirâmide sem ampliações e reformas, nenhuma igreja sem corpos adossados ou renovações de uma época posterior, nenhuma fortaleza sem cercas de crescimento” (PETERS, 1977: 8). Não obstante, tal não implica que não se tente conservar ao máximo a autenticidade da forma arquitetónica e a preservação da originalidade do edifício, características da própria *identidade* do mesmo (PAPAGEORGIOU, 1971: 103). Como João Mendes Ribeiro muito bem referiu,

“Nesse sentido, é importante, abandonar a contradição entre o desejo de preservar “a toda a força” e o desejo de mudar “custe o que custar”. De forma paradoxal, reabilitar significa transformar. Em meu entender é possível conciliar o passado e o presente sobrepondo ao existente valores actuais de mutabilidade. O espaço de construção permanente, pode e deve abranger o espaço mutável, retrato da intensidade fugaz das vivências contemporâneas” (ALVES COSTA, 2010: 29).

Frequentemente, os erros nos projetos de reabilitação atuais devem-se ao que Alberto Campo Baeza definiu como a “falta de memória” e de cultura da nossa sociedade: “(...) podíamos qualificar de dispersos os arquitectos que, com muita imaginação mas parca Memória, levantam esses monstros (...) para assombro das pessoas nesta nossa sociedade inculta” (ALVES COSTA, 2010: 30).

Em 2010, João Luís Carrilho da Graça defendia que se deveria dar mais realce à reutilização dos edifícios, nomeadamente em Lisboa, tal não significando a opção pela “(...) manutenção de uma fachada e a construção de qualquer coisa esquisita lá dentro” (ALVES COSTA, 2010: 27). E se, então, a percentagem de edifícios reabilitados era apenas de 5 por cento (ALVES COSTA, 2010: 29), em 2017, aumentou para 29,6 por cento<sup>32</sup>, demonstrando assim uma tomada de consciência face à importância da

---

<sup>32</sup> in Instituto Nacional de Estatística, 2018. *Estatísticas da Construção e Habitação 2017*, I. N. E. I. P.,



reutilização de edifícios antigos/históricos, em lugar da opção por construções novas. Por outro lado, é importante realçar a ideia de “património como recurso cultural não renovável” (CUSTÓDIO, 2010: 347), sendo cada bem patrimonial de cariz único. Esta noção demonstra o quão imprescindível é “(...) reabilitar sempre mais do que renovar substituindo, tentando sempre o primeiro e mais cauteloso dos caminhos antes de cair na tentação de seguir a última das vias, sem retorno” (CUSTÓDIO, 2010: 233). Efetivamente, “(...) a noção de sustentabilidade ecológica do património cultural tem a ver com o propósito (...) de resgate e salvaguarda de elementos que têm um carácter único e irreprodutível” (PRIETO, 2014: 91). Nesse sentido, o futuro da gestão patrimonial, nomeadamente dos Palácios Históricos, deve-se tornar cada vez mais sobre a “*thoughtful change*”, em vez de se basear apenas na proteção empírica de edifícios e conjuntos históricos (VELDPAUS; RODERS, 2013: 13).

É nesse sentido que propomos como estratégia de reutilização de Palácios Históricos a *preservação sustentável*, aliada a um conjunto de outros conceitos, como a melhor via a seguir aquando de um projeto deste carácter. A preservação sustentável encontra-se diretamente relacionada com o conceito de *Restauro Objetivo*<sup>33</sup>, definido por Antoni Navarro na obra *La Restauración Objetiva* (1999). O seu critério fundamental consiste em garantir um uso sensato, compatível com o respeito pelos valores essenciais do monumento, recusando, pois, qualquer uso que prejudique a essência do monumento (NAVARRO, 1999: 67). Como já se referiu no Capítulo I da presente dissertação, o *Restauro Objetivo* defende os princípios do respeito pela *autenticidade e integridade* do edifício, que implicam a procura de um *uso compatível*, assente na *intervenção mínima*, que permita a *reversibilidade* da obra de intervenção, considerando cada caso como um caso, para o qual será necessário encontrar uma resposta específica e eficaz. Princípios estes indispensáveis à preservação sustentável de qualquer edifício histórico. Por outro lado, ao definir a coletividade como a receptora das ações de restauro, o *Restauro Objetivo* justifica a sua participação ativa no processo:

“Conhecer as aspirações que a comunidade tem relativamente ao monumento e, sobretudo, a significação – os valores emblemáticos - (...) é um meio imprescindível para focar com eficácia a ação e motivar a colaboração ativa na posterior conservação do monumento”

---

Lisboa – Portugal, p. 22.

<sup>33</sup> Ver Capítulo I - Património Palaciano: Patrimonialização e Readaptações, pp. 24-26.

(NAVARRO, 1999: 100).

O respeito da *autenticidade* do edifício é imprescindível, uma vez que irá permitir a conservação do que Alexandre Alves Costa definiu como a “potência evocativa dos restos do passado” (FIGUEIRA, 2013: 21). É por essa mesma razão que ao definir este conceito, A. Navarro recorre à Carta de Veneza (1964) que estabelece *autenticidade* como antónimo do termo *falsidade*, transmitindo assim a ideia de que *autenticidade* significa a originalidade material do bem patrimonial (NAVARRO, 1999: 22). Relativamente à *integridade* “(...) é a medida da conservação do estado original na sua totalidade, do património construído e seus atributos e valores”<sup>34</sup>. Tal como o Documento de Madrid refere,

“A conservação da autenticidade e da integridade é especialmente importante nas implantações urbanas, nas quais podem ser necessárias intervenções devidas a mudanças no uso quotidiano que são susceptíveis de ter um impacto no significado cultural do património”<sup>35</sup>.

O uso *compatível*<sup>36</sup> implica a preservação da *autenticidade* e da *integridade* do edifício: como Maria João Banha refere ao citar a *Carta de Burra*, “(...) designa um uso que respeita o significado cultural de um lugar” (BANHA, 2017: 26), não significando qualquer impacto (ou um impacto mínimo) no seu significado cultural. Como também definido pelo ICOMOS, diz respeito a um uso que respeita o valor patrimonial e cultural de um lugar, “(...) e que tem pouco ou nenhum impacto adverso na sua autenticidade e integridade” (BARRANHA, 2016: 94). Já a *intervenção mínima*, e como o próprio conceito expressa, caracteriza-se pela opção por uma intervenção apenas no estritamente necessário, factor que varia consoante os casos: “abordagem que permite atingir objetivos funcionais com a menor intervenção física” (BARRANHA, 2016: 74). A *reversibilidade*, como definido em 2011 no *Documento de Madrid*, “significa que uma intervenção pode essencialmente ser desfeita, ou retirada, sem causar mudanças ou alterações na estrutura material histórica” (BARRANHA, 2016: 105).

---

<sup>34</sup> ICOMOS-ISC20C (2011) *Documento de Madrid – Critérios para a Conservação do Património Arquitectónico do Século XX*, p. 8. Consultado a: 19/08/20120. Disponível em: <https://patrimonioeconservacao.files.wordpress.com/2017/11/icomos-critc3a9rios-para-a-conservac3a7c3a3o-do-patrimc3b4nio-arquitetc3b4nico-do-sc3a9culo-xx-documento-de-madrid-2011.pdf>

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>36</sup> Este conceito foi definido pela *Carta de Burra* (1979) e, mais tarde, reutilizado por A. Navarro na sua tese sobre *Restauro Objetivo*.

Qualquer projeto de reutilização de um edifício deverá ter em análise, *a priori*, um conjunto de factores que irão justificar ou não o mesmo: qual a importância do edifício histórico no enquadramento urbano e, consequentemente, para a integridade da imagem urbana; a ligação sentimental sentida entre a população e um edifício importante da sua paisagem familiar; qual o papel simbólico que o edifício representa no enquadramento urbano (PAPAGEORGIOU, 1971: 11).

Paralelamente, é necessário ter em conta que qualquer projeto de reutilização terá duas vertentes: a do restauro<sup>37</sup> e a da conservação. Segundo A. Navarro, o trabalho de restauro deverá partir do conhecimento profundo do edifício e do seu contexto (geográfico e social), o que permitirá definir os meios e técnicas a utilizar, pressupondo, assim, o que João Appleton define como a “(...) humildade perante o edificado existente com o necessário respeito pelo trabalho e pelos conhecimentos daqueles que antes o produziram” (APPLETON, 2013: 32). Nesse sentido, qualquer projeto de reutilização terá de incluir uma perspetiva multidisciplinar, ou seja, terá de contar com a participação de historiadores/historiadores de arte, arqueólogos, entre outros, “(...) cuja actuação impõe, e bem, limitações ao processo de decisão meramente tecnocrático ou económico-financeiro” (APPLETON, 2013: 33).

De igual importância é o respeito dos enunciados das normas e cartas internacionais, presentes nas recomendações do ISCARSAM (ICOMOS) e citados por Vítor Cóias e Silva: é imprescindível respeitar a integridade de todos os elementos de um edifício histórico, encarando-os como um “produto único” e irreproduzível e qualquer projeto de intervenção deve “(...) respeitar a concepção e as técnicas de construção originais, bem como o valor histórico da estrutura (...)” (CÓIAS E SILVA, 2005: 34). Efetivamente,

“A reabilitação estrutural dos edifícios antigos pode ser conseguida através de soluções relativamente simples e pouco intrusivas, com um carácter *cirúrgico*, que possibilitam intervir sem alterar o esquema estrutural original e sem aumentar significativamente a massa ou a rigidez dos diversos componentes e elementos, estruturais ou não” (CÓIAS E SILVA, 2005: 38).

---

<sup>37</sup>Tal como A. Navarro refere é necessário ter em conta que, nas últimas décadas, o conceito de *restauro* foi, de certa forma, substituído por outros termos “sinónimos”, entre os quais, se destacam “reabilitação” ou “reutilização” (NAVARRO, 1999: 26).

Caso o edifício apresente elementos irreversivelmente danificados pode-se recorrer à sua substituição ou à sua recuperação, por exemplo, quando se recupera um elemento decorativo ou qualquer outra característica importante para a autenticidade do edifício (NAVARRO, 1999: 37).

Um outro princípio básico a respeitar consiste no facto do projeto se dever adaptar “(...) ao objeto construído e às suas características essenciais e não o contrário (...)” (APPLETON, 2013: 32), ou seja, deve-se respeitar a integridade e a autenticidade do edifício histórico que, no fundo, correspondem à sua identidade.

Paralelamente, é fundamental valorizar o ambiente “(...) em torno do monumento (...) na medida em que é uma prolongação do monumento e do seu carácter documental, arquitetónico e significativo” (NAVARRO, 1999: 92).

Relativamente à questão da conservação, mesmo quando se respeite a obra original e o seu valor histórico, “(...) raramente se pode prescindir da introdução de alterações, de melhoramentos dos níveis de funcionalidade e de desempenho (...)” (APPLETON, 2013: 33). Nesse sentido, a obra de conservação estará sempre aliada à obra de restauro/reutilização. Razão pela qual poderá ocorrer a inevitabilidade da “(...) supressão de paredes interiores e até de troços de parede exteriores (...) alterações que vêm forçosamente “endurecer” a intervenção estrutural, mesmo que o objetivo seja apenas o de manter os níveis de resistência das estruturas modificadas em relação a cargas verticais” (APPLETON, 2013: 33), mas cujo único objetivo é adaptar o edifício a uma função contemporânea.

Qualquer projeto de reutilização é seguido da etapa final, de carácter contínuo, definida como *conservação preventiva*, isto é, a manutenção posterior do edifício – de forma direta ou indireta (NAVARRO, 1999: 38).

O caminho para a preservação sustentável passa também pelo conceito de *landscape approach*, diretamente relacionado com o, já analisado, conceito de *conservação participativa*: “in this context, *landscape* is defined as an inclusive and comprehensive platform that cannot be understood or managed except through an approach that embraces all its components” (VELDPAUS, 2015: 1). O objetivo desta prática consiste na consideração não só dos recursos patrimoniais, como também dos recursos humanos, naturais e culturais, de forma a incluir um grupo de interessados (ou *stakeholders*) mais amplo, isto é, de forma a incluir a participação de todos, e não só de especialistas, na gestão do património, fomentando assim uma abordagem interdisciplinar e integrativa (VELDPAUS, 2015: 2). Esta noção pretende integrar a gestão patrimonial

no conceito mais abrangente de planeamento territorial e de desenvolvimento urbano, encarando as pessoas como parte da cidade, conferindo-lhes o direito de participarem ativamente na salvaguarda do *seu* património (VELDPAUS, RODERS, 2013).

Aquando de um projeto de reutilização é imprescindível avaliar o seu carácter autossuficiente, ou seja, até que ponto será possível “(...) tentar obter, de alguma forma, o retorno do investimento inicial e sustentar financeiramente a futura gestão e manutenção do bem patrimonial” (BANHA, 2017: 27). Nesse sentido, a estratégia a seguir basear-se-á numa classificação dos “(...) riscos da desafetação – abandono, degradação, ruína – e [d]os riscos da utilização – sobreposição de interesses económicos que levam à sobre-exploração do monumento, resultando em: desgaste, degradação, destruição” (BANHA, 2017: 27).

Relativamente ao caso específico dos Palácios Históricos deparamo-nos com o problema da inadequação da sua função original. Efetivamente, a sua utilização como habitação de elites encontra-se desajustada face às necessidades da sociedade contemporânea. Por outro lado, e como já se constatou <sup>38</sup>, a sua reutilização como hotel de luxo vai contra os princípios da preservação sustentável – visto que o sector hoteleiro está ao serviço dos grandes grupos económicos privados, privilegiando intervenções de carácter maximalista que descambam frequentemente na prática do *fachadismo* – e contra o princípio da democratização do acesso da população ao seu próprio património.

Se, por um lado, a reutilização de Palácios Históricos não pode ter apenas em consideração o valor económico e sua utilização para um fim turístico rentável, por outro lado, deve-se considerar a sua já mencionada capacidade de autossuficiência, da qual depende a sua sobrevivência, aliada ao seu carácter único, “(...) ficando apenas sujeitos à oferta (turística ou outra) que efectivamente podem proporcionar” (RAMALHO, 2005: 67). Efetivamente, mesmo quando se intervém para um fim turístico,

“[Deve-se] (...) promover o rigor na execução, através da investigação e do conhecimento do local e da população, que conduza à afirmação da sua autenticidade e ao respeito pelas técnicas, materiais e processos originais, garantindo a verdade do local como única e promovendo assim a sua sustentabilidade enquanto objecto patrimonial de referência e, como tal, merecedor de visita turística” (RAMALHO,

---

<sup>38</sup> Ver subcapítulo 1.1. - Lisboa e o seu Património Palaciano: Palácios Urbanos Abandonados e Reabilitados, p. 26.

Neste caso, o que se propõe é a reutilização de Palácios Históricos de Interesse Público para fins culturais. Fim este que coloca a comunidade nativa em primeiro lugar e, em segundo lugar, o turismo visto que, de facto, o sector turístico tem um grande impacto na economia e, simultaneamente, terá importância no nível de autossuficiência (financeira) do palácio entretanto reabilitado. Atualmente, é cada vez mais importante conseguir conciliar o interesse público com o interesse privado – “(...) é necessário proceder a uma cuidadosa orquestração de interesses, na qual a refuncionalização e a reutilização se tornaram a ponte possível entre o desejo público de preservação do património histórico-cultural e o desejo privado de acumulação de capital” (LUÍS, 2016: 81). Quando bem geridos, os edifícios históricos geram, efetivamente, um impacto económico positivo nas economias locais, podendo parte desses recursos “(...) reverter para a salvaguarda dos monumentos (...)” (CUSTÓDIO, 2010: 234), tornando-os também autossuficientes no que se refere à sua própria conservação.

Em 2014, Ângela Cristina Balsinha considerava que a “(...) reabilitação de edifícios para fins culturais pode e deve ser uma realidade cada vez mais presente em Portugal (...)” (BALSINHA, 2014: 3). Em 2017, Maria João Banha também mencionava que “(...) relacionar património cultural com usos de carácter cultural intui-se como atitude sensata e, conceptualmente, parece fazer todo o sentido” (BANHA, 2017: 29), alertando, porém, para a avaliação de cada caso como um caso à parte, mediante a noção de uso compatível. Segundo Carlos Guimarães, “a concretização, em obra, de projectos dedicados a temas marcadamente culturais continua, no fim da primeira década do século XXI, a marcar fortemente o panorama arquitectónico internacional (...)” (GUIMARÃES, 2010: 8), refletindo Portugal essa tendência, embora com algum atraso.

Dos usos culturais que se possam atribuir a um Palácio Histórico destaca-se o de centro cultural, uma vez que pode, nomeadamente, transformar o edifício num pólo de desenvolvimento cultural da região geográfica em que se insira. É nesse sentido que cremos que parte do caminho para a preservação sustentável consistirá no conceito de *work in progress*, definido por Ângela Balsinha na sua Dissertação de Mestrado intitulada *Património Arquitectónico e Arte Contemporânea: o caso do Carpe Diem, em Lisboa* (2014). Este termo surge no contexto dos museus e dos centros de arte, caracterizando os edifícios que são adaptados gradualmente às novas funções:

“Alguns destes centros apresentam-se como espaços

experimentais, inseridos nas grandes cidades, possuindo, por vezes, características próximas de um “*atelier* estaleiro, materializando a ideia *work in progress*” (BALSINHA, 2014: 39).

Gradualmente a população terá, assim, a oportunidade de assistir à adaptação do Palácio Histórico a um uso compatível que permita a preservação da sua autenticidade. Neste tipo de projeto de *work in progress*, a própria arquitetura do edifício histórico é encarada como parte integrante “(...) dos processos criativos e não apenas como suporte ou cenário para as obras expostas” (BALSINHA, 2014: 40), desempenhado assim um papel ativo em todo o projeto. Acresce referir que o conceito de *work in progress* respeita todos os princípios que permitem o alcance da preservação sustentável: “(...) esta nova tendência afasta-se do conceito tradicional de reabilitação, uma vez que pressupõe conceitos contemporâneos de reutilização, reciclagem e intervenção mínima que estão na base de uma contínua renovação de espaços (...)” (BALSINHA, 2014: 58).

A junção entre a conservação participativa e a preservação sustentável não só dos Palácios Históricos como de qualquer outro edifício (histórico), permitirá o aumento da “(...) democraticidade dos processos – integrando os princípios da descentralização e da participação da população em todas as fases dos processos –, numa requalificação ambiental do sistema urbano e importante melhoria dos espaços públicos” (CUSTÓDIO, 2010: 228).

### **2.3. Considerações Finais - Descrição Sumária de alguns Casos em Lisboa**

Dos diversos usos culturais que se podem associar a um edifício histórico o mais comum é, sem dúvida, a sua reconversão em museu. Factor muito frequente em Portugal, à semelhança de outros países europeus, uma vez que ao “(...) considerarmos o universo das instituições que integram a Rede Portuguesa de Museus, constatamos que cerca de 90% correspondem a edifícios reconvertidos e apenas 10% a construções de raiz” (BALSINHA, 2014: 58); só em Lisboa existem mais de 70 museus<sup>39</sup>. Razão pela qual consideramos indispensável procurar outros tipos de usos culturais, de entre os quais se destaca o, já mencionado, centro cultural.

---

<sup>39</sup> Por Lisboa 2014-2020 [mapeamento do património cultural], Governo de Portugal, 2015. [em linha]  
Disponível em:  
[https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=428&fileName=PORL2020\\_Mapeamento\\_Patrimonio\\_Cultural\\_.pdf](https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=428&fileName=PORL2020_Mapeamento_Patrimonio_Cultural_.pdf)

Nesse sentido, revela-se necessário compreender a realidade portuguesa, neste caso lisboeta, no que se refere (1) à reutilização de palácios históricos como centros culturais, (2) à reconversão de palácios históricos, independentemente do novo uso, com base nos princípios da preservação sustentável e (3) se se pode mencionar algum caso de conservação participativa.

Antes de mais é necessário destacar o importante papel desempenhado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, quanto ao respeito pelas recomendações e normas internacionais sobre o restauro/reabilitação do seu património imóvel, que representa a “(...) evolução da arquitetura portuguesa entre os séculos XVI e XXI”<sup>40</sup>. A sua política patrimonial assenta na valorização e na rentabilização dos seus bens imóveis, sendo o objetivo dos seus projetos de reabilitação alcançar a “(...) qualidade, o conforto, a sustentabilidade e a durabilidade de todas as intervenções inerentes”<sup>41</sup>. O seu conceito chave consiste na preservação da identidade dos edifícios, associada a uma adaptação da construção original às necessidades da sociedade atual, tendo, contudo, a noção das limitações físicas de cada edifício, às quais o novo uso se deve ajustar.

Nesse sentido, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa enumerou os vários níveis de intervenção, aquando de um projeto de reabilitação, que consistem na (1) *intervenção imediata* – “(...) limpeza e fecho de paramentos, evitando uma maior degradação dos edifícios, bem como a garantia de salubridade e defesa da saúde pública, operações a executar enquanto estão a ser planeados e/ou desenvolvidos os projetos de reabilitação (...)”<sup>42</sup> –; (2) *intervenção ligeira* – “(...) realização de obras de manutenção, nomeadamente pinturas, pequenas reparações em acabamentos e limpeza de telhados (...)”<sup>43</sup> –; (3) *intervenção média* – “(...) visa assegurar obras nas partes comuns, ao nível das infraestruturas, acabamentos, vãos, caixilharias, pinturas, reparação de coberturas e obras no interior das frações para melhoria das condições de habitabilidade (...)”<sup>44</sup> –; (4) *intervenção profunda* – “(...) pressupõe a realização de obras estruturais, bem como a execução de projetos de arquitetura e especialidades desenvolvidos no âmbito das necessidades identificadas nos edifícios em causa (...)”<sup>45</sup> –; (5) *demolição* – “(...) tipo de intervenção indicada para os edifícios em ruína ou em muito mau estado, sem interesse urbanístico, arquitetónico ou cultural, tanto individualmente como para o conjunto que

---

<sup>40</sup>LUCAS, Helena do Canto, s/d. *Património de Pessoas para Pessoas*, p. 160.

<sup>41</sup>*Ibidem*, p. 162.

<sup>42</sup>*Ibidem*, p. 163.

<sup>43</sup>*Ibidem*, p. 163.

<sup>44</sup>*Ibidem*, p. 163.

<sup>45</sup>*Ibidem*, p. 163.



integram (...)”<sup>46</sup>.

A equipa do Departamento de Gestão Imobiliária e Património da Santa Casa é constituída por arquitetos, engenheiros, juristas, técnicos e operários, caracterizando-se, pois, pelo seu carácter multidisciplinar. Tendo como lema a frase *Cuidamos do nosso Património*, a Santa Casa tem como objetivo que a “(...) reabilitação seja de pessoas para pessoas, conjugando o legado do passado com as necessidades do presente e a confiança para o futuro”<sup>47</sup>.

As práticas de restauro e de reabilitação da Santa Casa da Misericórdia consistem, pois, num exemplo do que entendemos como preservação sustentável, tal como os casos da Quinta do Marquês do Alegrete (também denominada Quinta Alegre) e do Palácio de São Roque o demonstram.

À semelhança do caso de estudo da presente dissertação, a Quinta Alegre foi classificada como imóvel de Interesse Público o que, porém, não impediu que tivesse sido alvo de vandalismo durante vários anos, encontrando-se num avançado estado de degradação aquando do projeto de reabilitação da Santa Casa. Este projeto teve em consideração a envolvente da área física da Quinta, procedendo à sua análise histórico-artística, por via documental, e passando pela análise tipológica do palácio. Relativamente à nova utilização a conferir a todo este conjunto (palácio, anexos, jardim e quinta), foi analisado um uso compatível que respeitasse e permitisse a preservação do seu valor cultural, histórico e artístico, optando-se por um uso de cariz cultural/social. Programa esse que permitiu a “(...) manutenção da estrutura volumétrica, da composição espacio-funcional, da relação com a rua e com o jardim, onde se poderiam recriar atividades lúdicas e sociais, de forma contemporânea, à semelhança das *garden parties* do início do século XX” (CÂMARA; COELHO; NAPOLEÃO; MATOS, 2018: 88).

De carácter inovador foi a definição do projeto como *estrutura habitacional intergeracional*: os edificios dispersos pelo espaço da quinta passaram a funcionar como Lar e o Palácio foi destinado a funções mais integrativas e “abertas à sociedade”, funcionando como o “ponto de encontro entre gerações” (CÂMARA; COELHO; NAPOLEÃO; MATOS, 2018: 97). Já o jardim foi reservado como espaço lúdico, onde se promovem atividades como a jardinagem ou o *tai-chi*. Do ponto de vista cultural, desenvolvem-se visitas ao núcleo museológico, isto é, ao Palácio, edifício exemplar do Romantismo português, que poderá, inclusivamente, ser integrado na rota dos palácios

---

<sup>46</sup>LUCAS, Helena do Canto, s/d. *Património de Pessoas para Pessoas*, p. 163.

<sup>47</sup>*Ibidem*, p. 169.

românticos da capital, incluindo o circuito turístico do Palácio Marquês de Fronteira e do Palácio do Beau Séjour, em Benfica (CÂMARA; COELHO; NAPOLEÃO; MATOS, 2018: 102). Nesse sentido, o objetivo de todo o projeto consistiu em manter:

“As funções da quinta de recreio como um espaço de acolhimento e recepção do século XVIII (...) no século XXI com espaços lúdico-recreativos, abertos à comunidade. Integrando funções compatíveis e mantendo a componente cénica dos interiores, permitirão assegurar uma serena reutilização contemporânea. O jardim complementar as actividades a desenvolver nos espaços interiores, contribuindo para que este conjunto se afirme como um importante espaço de encontro, reunião e convívio. Como memória da identidade do conjunto propôs-se a vertente produtiva, numa escala apropriada aos novos usos, bem como o restauro das construções hidráulicas, o tanque, o poço e a nora, que poderão ser entendidos como configurando uma abordagem do tipo museológico, mas numa dimensão viva e dinâmica” (CÂMARA; COELHO; NAPOLEÃO; MATOS, 2018: 118).

Antes do início do trabalho de restauro, a equipa de conservação e restauro iniciou o levantamento das patologias do edifício, procedendo-se à retirada de todo o mobiliário ainda existente no seu interior (como mesas, banheiras, etc.), de forma a permitir uma verdadeira análise do estado de conservação do mesmo. Também se realizaram sondagens que expuseram as várias camadas de intervenção sobre as paredes: por exemplo, “(...) o corredor do piso 0, (...) estava caiado de branco sobre marmoreado que estava oculto” (CÂMARA; COELHO; NAPOLEÃO; MATOS, 2018: 60). De forma a permitir a sua correta preservação e tratamento, os elementos de madeira, como portas e janelas, foram transportados para a Signinum<sup>48</sup>, em Braga. Por outro lado, os elementos estruturais deste material foram limpos, efetuando-se a sua desinfestação de xilófagos e de fungos. Os elementos de madeira policromada, como portas, janelas, rodapés, etc, tiveram numa primeira fase uma “intervenção mais conservativa” (CÂMARA;

---

<sup>48</sup>Empresa que se dedica à gestão de património cultural: divulgação, inventariação, reabilitação, consultadoria para conservação e reabilitação, etc.

COELHO; NAPOLEÃO; MATOS, 2018: 68) que acabou por ser substituída por uma mais interventiva, quando se definiu que “(...) esses elementos seriam pintados na totalidade, com exceção de uma sala, que manteria a heterogeneidade do passar dos anos e seria a memória viva do existente da obra” (CÂMARA; COELHO; NAPOLEÃO; MATOS, 2018: 71).

Tendo em conta o diagnóstico das patologias realizado *in situ*, a intervenção de conservação e restauro foi definida segundo as “(...) convenções, cartas e normas e regulamentos aceites internacionalmente e ratificados por Portugal, enquanto membro da UNESCO, do ICCROM, do ICOMOS e da Comissão Europeia” (CÂMARA; COELHO; NAPOLEÃO; MATOS, 2018: 61). Nesse sentido, todo o projeto de restauro/reabilitação se pautou pelo respeito da autenticidade do edifício, seguindo os princípios da intervenção mínima, da reversibilidade da intervenção e da compatibilidade entre os materiais “novos” e os originais. Os acrescentos são, assim, “reconhecíveis e removíveis”, tendo sido registados em fotografia (CÂMARA; COELHO; NAPOLEÃO; MATOS, 2018).

Relativamente aos elementos de carácter decorativo, como os painéis azulejares, procedeu-se à sua etiquetagem e aplicou-se um “(...) faceamento nos que estavam em destaque e em todos os que (...) [foram removidos] devido aos trabalhos de Reabilitação” (CÂMARA; COELHO; NAPOLEÃO; MATOS, 2018: 63). Já para os que se encontravam em falta, criaram-se réplicas. No entanto, “no pátio do aparato e nos muretes do jardim, as lacunas de vidro não foram colmatadas (...)” (CÂMARA; COELHO; NAPOLEÃO; MATOS, 2018: 64), dado o carácter exposto destes espaços o que, conseqüentemente, iria dificultar a sua conservação.

Por sua vez, o Palácio de São Roque<sup>49</sup>, exemplar da arquitetura civil palaciana de Lisboa do século XVII, foi reabilitado como espaço museológico – de forma a acolher a exposição da Coleção de Arte Oriental do Museu de São Roque –, em detrimento do projeto inicial de empreendimento turístico-habitacional. Este projeto de reabilitação possibilitou a redescoberta de um edifício histórico que já “(...) há muitas décadas se mantinha fora do conhecimento da maioria esmagadora da população lisboeta”<sup>50</sup>. O seu estado de conservação implicou um projeto de recuperação e de reabilitação, que tivesse em consideração o cuidado de não descaracterizar o edifício, de acordo com um programa

---

<sup>49</sup>Situado no conjunto urbano do Bairro Alto, classificado em 2010 como Conjunto de Interesse Público.

<sup>50</sup>*Palácio Portugal da Gama de S. Roque) - parabéns à SCML e pedido de não cobrimento do chão do hall*, 2018. Cidadania Lx. Consultado a: 20/08/2020. Disponível em: <http://cidadanialx.blogspot.com/2018/10/palacio-portugal-da-gama-de-sao-roque.html>

funcional, que tinha como objetivo torná-lo “(...) multifuncional, servindo de porta de entrada para o Bairro Alto e, ao mesmo tempo, assegurar a sua plena integração na atividade existente no Largo Trindade Coelho” (LUCAS, s/d: 168). O projeto de reabilitação respeitou, sempre, o cariz palaciano do edifício, através da preservação do carácter setecentista da fachada, da recuperação da escada de aparato, bem como da recuperação e limpeza dos revestimentos decorativos preexistentes.

De forma a possibilitar uma melhor compreensão do edifício, os investigadores realizaram uma profunda investigação sobre a sua história e o historial de transferências de proprietários, que permitiu chegar a novas e inéditas conclusões, nomeadamente a “(...) novas informações acerca da união do que originalmente foram dois prédios e da uniformização da fachada (...)” (COUTINHO, 2017: 36). Através de sondagens e de estudos estratigráficos às paredes do edifício, procedeu-se a uma profunda análise das áreas a intervencionar: desde as camadas pictóricas e os conjuntos de cantaria, aos estuques e azulejos. Todo o estudo em torno do edifício, assim como o próprio projeto de reabilitação, demonstram a preocupação com a preservação da identidade do Palácio que passou pelo facto de se ter encarado “(...) os programas decorativos como um todo, preservando o passado, possibilitando a adequada reabilitação no presente e acautelando o futuro deste património” (COUTINHO, 2017: 365).

Um outro exemplo de preservação sustentável consiste no Palácio Pombal – Centro *Carpe Diem*, Arte e Pesquisa, cujo projeto de reabilitação manifestou preocupação com o uso compatível do edifício e a preservação da sua autenticidade e identidade, optando por um uso de carácter cultural:

“Na realidade as intervenções no edifício têm sido pontuais e limitam-se ao estritamente necessário para permitir a concretização das propostas artísticas e curatoriais. Aliás, o contrato estabelecido entre o Carpe Diem e a EGEAC refere que as ações sobre o imóvel se limitam ao melhoramento das condições de utilização, limpeza e conservação, ou reparações pontuais, designadamente no jardim. Este compromisso assenta, portanto, na ideia de intervenção mínima e de *work in progress*” (BALSINHA, 2014: 96).

O Palácio Pombal/Centro Carpe Diem demonstra assim a possibilidade de

conservação de um edifício histórico, dinamizando-o através de um uso cultural, recorrendo para tal a um reduzido recurso financeiro (BALSINHA, 2014: 3).

Situado em Benfica, o Palácio Baldaya reabriu ao público, em 2017, como pólo cultural e de inovação, depois de ter tido vários usos ao longo das décadas: em finais do século XIX funcionou como hotel, tendo sido, posteriormente, vendido ao Estado, que aí instalou o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária. O objetivo inicial do projeto de reabilitação consistia na transformação do Palácio numa biblioteca, dada a inexistência de bibliotecas na freguesia de Benfica. Contudo, essa ideia tornou-se um projeto mais complexo, tornando-se um “(...) polo cultural e de inovação, com ludoteca, salas para exposições e concertos e locais para associações e projetos educativos (...) ainda [com] um espaço para 'cowork', que permitirá a criação de 22 postos de trabalho, e uma cafetaria”<sup>51</sup>.

Este Palácio consiste num exemplo do que Petronela Spiridon e Ion Sandu definiram como o quinto nível da conservação participativa: *Volunteer/Spontaneous Participation*, ou seja, quando alguns membros da comunidade participam na conservação do seu património de forma espontânea, não solicitando qualquer tipo de recompensa, salvo a vontade de contribuir para o interesse geral da sociedade e da comunidade. Efetivamente, alguns dias antes de abrir ao público, o edifício foi alvo de um ato de vandalismo, que consistiu em paredes, portas, janelas e cantarias pintadas e danificadas, pelo que os membros da comunidade residente na área apresentaram-se como voluntários para ajudar nas obras do Palácio<sup>52</sup>.

Ao longo deste subcapítulo referiram-se, sucintamente, alguns dos casos que consideramos dignos de destaque no que se refere ao uso compatível com o edifício original, de cariz cultural/social, cujos projetos de reabilitação exemplificaram o que se entende por preservação sustentável e conservação participativa. Exemplos estes que permitem uma melhor compreensão não só dos conceitos mencionados ao longo desta dissertação, como também da proposta de reutilização do caso de estudo: Palácio da Quinta das Águias.

---

<sup>51</sup> *Palácio que foi prenda de casamento dado aos munícipes como polo cultural*, 2017. Diário de Notícias. Consultado a: 20/08/2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/artes/reportagem-palacio-de-lisboa-que-foi-prenda-de-casamento-dado-aos-municipes-como-polo-cultural-8741826.html>

<sup>52</sup> *Ibidem*.

### Capítulo III – Palácio e Quinta das Águias: Proposta de Salvaguarda e Reutilização

Este capítulo consiste na aplicação prática dos conceitos de *Conservação Participativa* e de *Preservação Sustentável* ao Palácio da Quinta das Águias, partindo das seguintes questões: (1) como chamar a atenção da opinião pública para a necessidade da sua salvaguarda e reutilização, (2) como apelar à ajuda voluntária dos cidadãos e (3) de que forma se poderá alcançar a *preservação sustentável* aquando do seu projeto de reutilização, tendo em conta o atual estado de conservação de todo o conjunto (palácio, anexos, jardim e quinta).

Nesse sentido, este capítulo dividir-se-á em dois núcleos. O primeiro diz respeito à descrição histórica e arquitetónica do Palácio, a partir da qual se poderá avaliar o seu valor patrimonial<sup>53</sup>, elemento indispensável para a compreensão da importância histórica, cultural e artística do Palácio e que permitirá o desenvolvimento de um correto trabalho de restauro. De igual importância será o conhecimento e a reflexão crítica sobre as propostas de reabilitação/reutilização anteriores, de forma a elaborar um entendimento mais abrangente de toda a história e interesse em torno do Palácio da Quinta das Águias. O segundo diz respeito à proposta de reutilização do caso de estudo em análise, com base no conhecimento prévio da história e da arquitetura do edifício, e da sua evolução ao longo dos séculos.

Pretende-se, assim, contribuir para a investigação relativa a uma salvaguarda e preservação sustentáveis do Património Palaciano português, através do caso de estudo da presente dissertação.

#### 3.1. Análise Histórico-Artística do Palácio e do Respetivo Conjunto

A Quinta das Águias<sup>54</sup>, também denominada *Quinta de Diogo de Mendonça*, *Quinta do Visconde da Junqueira*, *Quinta do Prof. Lopo de Carvalho* ou *Quinta dos Côrte-Real*, situa-se na Junqueira, outrora “(...) reduto da aristocracia em Lisboa” (COELHO, 2016: 231), sendo delimitada pela Rua da Junqueira e pela Calçada da Boa Hora. A sua construção remonta ao primeiro quartel do século XVIII, tendo sido alvo de diversas alterações desde então, devido aos múltiplos proprietários que a foram adquirindo.

A sua edificação nesta zona geográfica está diretamente relacionada com o

---

<sup>53</sup>Valor este, à partida, já atestado pela classificação da Quinta e Palácio das Águias como Imóvel de Interesse Público.

<sup>54</sup>Denominação que provém das duas águias que ladeavam o portão de entrada da propriedade.

estabelecimento definitivo da corte real portuguesa em Lisboa a partir do século XVI, o que originou um grande impulso construtivo de palácios na capital, especialmente de quintas de recreio<sup>55</sup> na Junqueira<sup>56</sup>. Efetivamente, esta zona reunia todas as características necessárias para a construção de uma quinta de recreio: “(...) água, luz, vegetação e privilegiadas vistas, constituindo o *locus amoenus* preferido pela classe aristocrática de Lisboa” (COELHO, 2016: 214). A predileção da aristocracia pela Junqueira relacionava-se com a sua localização geográfica, como eixo de ligação entre Belém, a zona da Ajuda e o Terreiro do Paço, além de “(...) ser um ponto de desembarque do rei quando chegava de suas viagens (...)” (COELHO, 2016: 215). Nesse sentido, no século XVIII, a Junqueira foi palco de diversas edificações de quintas de veraneio de famílias nobres, onde se erguiam magníficos palácios, junto do Rio Seco. De notar, que esta zona foi muito pouco afetada pelo terramoto de 1755, o que terá contribuído para a preservação do seu caráter aristocrático.

Atualmente, a Rua da Junqueira conserva o seu cariz aristocrático, materializado

---

<sup>55</sup> As Quintas de Recreio, herança das *villas* de Roma Antiga, consistiam na segunda residência de elementos da Alta Nobreza e do Alto Clero, próximos do Rei, e com grande poder financeiro. Uma das suas características principais consistia na ligação entre a *Casa*/Palácio e o Jardim: daí a presença de um grande número de varandas e *loggias* na fachada do Palácio, e a existência de fontes, lagos e muros no Jardim (GONÇALVES, 2014: 13). Sendo o edifício mais importante no conjunto da Quinta, o Palácio, este destaca-se por possuir as mais importantes divisões: o Pátio de Entrada ou Pátio de Honra, a Sala de Entrada, a Cozinha e a Capela, incluída no interior do próprio Palácio. De crucial importância é a enumeração de algumas das características essenciais da Quinta de Recreio.

Relativamente ao **Palácio**: (1) geralmente organiza-se em dois pisos – o térreo corresponde à localização da cozinha e das áreas de serviço –, e no primeiro situam-se os quartos e as salas; (2) apresenta duas **Fachadas** (a principal destinada às receções e a lateral virada para os jardins), organizadas em três corpos, sendo o “(...) central mais elaborado com o uso de balaustrada, (...) de ordem gigante nas pilastras (...); o portal que estabelece o eixo de simetria, assim como varandas e janelas centrais” (GONÇALVES, 2014: 15); (3) a **Sala de Entrada**, tendo a função de receber, expressa através das suas dimensões e dos elementos decorativos, o poder económico do seu proprietário; (4) é frequente muitos possuírem **Sala de Jantar**, divisão que surge no século XVIII-XIX; (5) a **Cozinha** sendo o espaço mais importante do conjunto da Quinta de Recreio, é de fácil acesso; nos casos em que está integrada no interior do Palácio, caracteriza-se por “(...) tectos em abóbada de canhão ou de arestas, se for uma casa mais modesta, caracteriza-se por um tecto grosseiro de vigas de madeira (...)” (GONÇALVES, 2014: 17); (6) surgindo nas Quintas de Recreio a partir dos finais do século XVII, a **Capela** dos Palácios de Lisboa existe geralmente como uma divisão autónoma ou incluída no seu interior; frequentemente apresenta planta retangular e um arco triunfal, sendo o teto, na nave e na capela-mor, de abóbada de berço; num nível superior, é comum a existência de uma tribuna particular para a família, “(...) que abre directamente para a capela-mor ou para o altar (...)” (GONÇALVES, 2014: 17); (7) relativamente às **Coberturas**, o telhado mais comum nos Palácios de Lisboa consiste nos de quatro águas e nos telhados múltiplos, de telha canudo (GONÇALVES, 2014: 18).

Relativamente aos **Jardins**: apresentam “(...) muros altos para proteger dos ventos, pavilhões e árvores para ensombramento (...) [tornando-se] autênticos oásis fechados em si mesmos” (GONÇALVES, 2014: 19), nos quais a água desempenha um importante papel, quer como elemento simbólico quer como elemento essencial para a rega. Orientados a nascente, o **Pomar** e a **Horta** situam-se o mais próximo possível da *Casa*/Palácio, apresentando árvores de folha perene “(...) para evitar alteração das formas (...)” (GONÇALVES, 2014: 19). A **Mata**, tal como o próprio nome o indica, encontra-se fora da esfera de influência humana, caracterizando-se pela sua autonomia face aos restantes espaços da Quinta.

<sup>56</sup> O nome *Junqueira* teve origem na quantidade de juncos existentes na foz do Rio Seco que nesta zona desaguava e, ainda hoje, aí corre sob o subsolo (TEIXEIRA, 2018).

nos diversos palácios que aí se conservam ainda, independentemente do seu estado de conservação: Palácio dos Condes da Ribeira Grande (em vias de transformação em hotel), Palácio Burnay (classificado como Imóvel de Interesse Público), Palácio dos Condes da Ponte, Palácio Pessanha Valada, Palácio da Ega (com o seu famoso Salão Pompeia, revestido de azulejos holandeses e classificado como Imóvel de Interesse Público), destacando-se, por fim, o caso de estudo da presente dissertação: Palácio da Quinta das Águias, construída em 1713 por Manuel Bicudo através de uma escritura licenciada pelo administrador do vínculo da Junqueira, João de Saldanha. Por sua vez, em 1731, Diogo de Mendonça Côrte-Real torna-se o segundo proprietário da Quinta, procedendo a modificações às construções já existentes e “(...) ratificando o vocábulo “Palácio” que foi atribuído à propriedade” (COELHO, 2016: 218). Segundo Arthur Lamas, o arquiteto responsável pelo Palácio foi Carlos Mardel “(...) ainda no tempo de Bicudo, (...) [admitindo] a possibilidade de terem sido delineados por [Fortunato] Lodi alguns arranjos interiores, enfeites nos jardins, e o gradeamento da frente” (LAMAS, 1924: 45). Arthur Lamas justifica essa ideia com diversos argumentos, de entre os quais se destacam os seguintes:

“3ª. Porque Carlos Mardel foi artista que esteve em moda e autor de várias obras de gosto, como, por exemplo, a casa-nobre de Lazaro Leitão aqui na Junqueira;

4ª. Porque, finalmente, quem comparar a casa de Diogo de Mendonça com a fachada da do Marquês do Pombal, em Oeiras, que é obra de Carlos Mardel, convence-se de que foi o autor também daquela” (LAMAS, 1924: 44).

Ao adquirir os direitos do licenciado Manuel Bicudo, as novas cláusulas da escritura caracterizavam-se pela propriedade não poder “(...) em tempo algum ser vendida, trocada, escambada, ou por outro qualquer modo alheada, e muito menos dotada para património, sem licença e expresse consentimento do administrador do vínculo (...)” (LAMAS: 1924: 10), que então era Aires de Saldanha. Já em 1924, Arthur Lamas referia

“A casa-nobre, que é evidentemente do século XVIII, conserva exteriormente o aspeto primitivo; interiormente, porém, só terá de antigo apenas alguns sobrados feitos com embutidos de madeiras boas de fóra, algumas hombreiras de portas que são de marmore, talvez as divisões, a escada



principal, que é de pedra mas com uma grade de ferro moderno, e a ermida, pequeníssima, mas muito bonita e interessante, do gosto do tempo de D. João V, com suas tribunazinhas e silhar de azulejos, e com um lindo quadro de Quillard, no retábulo do altar” (LAMAS, 1924: 6).

A riqueza do interior do Palácio pode ser atestada pelo seguinte excerto da descrição do inventário dos móveis que o compunham, referido por Arthur Lamas:

“A sala que ficava defronte da porta principal do pátio (átrio), era destinada aos criados de libré. Na escada de pedra havia um candieiro, com tres vidros grandes, de folha de Flandres, pintado de verde e dourado. As parêdes estavam forradas de magníficas sedas e chitas da India e de Itália, e algumas delas ornamentadas com muitas e delicadas peças de loiças boas da China, do Japão, e da Saxonia (...)” (LAMAS, 1924: 21).

Relativamente ao Jardim, Diogo de Mendonça terá sido o responsável pela sua construção defronte da fachada Sul do Palácio, “(...) com seus bancos e muretes de revestimento azulejar azul e branco da primeira metade de Setecentos”<sup>57</sup>. Mais uma vez, segundo a descrição de Arthur Lamas, nessa época,

“Ornamentavam o jardim alguns vasos de chumbo e de pó de pedra, quatro talhas da China, azuis e brancas, com bocais de chumbo, duas *harpías* de pedra, e cinco vasos de loiça de Roão. Os madeiramentos das parreiras eram de páu do Brasil. Nos póços havia nóras sendo uma delas, a que ficava *da parte de Lisboa por detrás da cascata, movida por um cão*” (LAMAS, 1924: 25).

O Palácio esteve arrendado até 1758 ao Cardeal Patriarca, D. José Manuel que, devido ao terramoto de 1755, não possuía residência digna do seu estatuto<sup>58</sup>; após o seu

---

<sup>57</sup>In SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Disponível em: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072)

<sup>58</sup>A zona da Junqueira foi das áreas de Lisboa mais bem preservadas depois do Terramoto, tendo constituído um refúgio para os habitantes de Lisboa. Segundo o padre João Baptista de Castro “(...) “a deliciosa quinta, e palacio de Diogo de Mendonça [que] tinha por orago Nossa Senhora da Anunciação

falecimento, Diogo de Mendonça disponibilizou o Palácio a seu irmão, D. João Pedro de Mendonça, “(...) não obstante a sua índole perdulária e as dívidas contraídas, [que] quase levou o imóvel a ser penhorado” (COELHO, 2016: 219).

Em 1771, com o falecimento de Diogo de Mendonça, inicia-se um período muito atribulado que conduziu à degradação da Quinta e Palácio, devido à disputa judicial entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – herdeira da propriedade segundo o último testamento de Diogo de Mendonça, depois de anulado o testamento que favorecia a sua sobrinha – e a família de seu irmão. Esta ação judicial durou setenta e três anos, tendo perdurado até 1837, data em que foram reconhecidos os direitos da Santa Casa da Misericórdia; contudo, o Palácio encontrava-se já em estado de grande decadência, razão pela qual se procedeu à sua venda em hasta pública. Cumpru-se assim “(...) o que o doador tinha determinado” (LAMAS, 1924: 37).

Depois de ir nove vezes a hasta pública, com “(...) um valor muito aquém da realidade imobiliária da época” (COELHO, 2016: 222), em 1841, a propriedade foi comprada por José Dias Leite Sampaio, “(...) “grande negociante que teve contratos de saboarias, tabaco”, além de ser “dono de fábricas de óleo em Alcântara e da Quinta do vale de Nabais, em Almeirim”” (COELHO, 2016: 222), primeiro Barão e, depois, Visconde, da Junqueira. Crê-se que as alterações a que o Palácio foi sujeito então, foram da autoria do arquiteto italiano, Fortunato Lodi, a quem se atribuem, tal como já se referiu, “(...) “alguns arranjos interiores, enfeites nos jardins”, a “cortina gradeada com o portão principal” e os “pavilhões dos extremos que dão para a Rua da Junqueira”, trabalhos que realçaram o aspeto exterior da casa, confirmando assim a sua natureza aristocrática” (COELHO, 2016: 222). Não se sabe ao certo se as duas águias de pedra que ladeavam o portão datam desta época ou de data mais recuada, tal como Arthur Lamas refere:

“Como é que essas águias, que são emblema das armas dos Sampaio, e que hoje estão colocadas sobre os pilares do portão de ferro que comunica com a Rua da Junqueira, mandado fazer por Leite Sampaio, já estavam na quinta em 26 de Julho de 1841, data da escritura que a elas se refere, tendo-se realizado a arrematação a 11 antecedente? (...) Existiriam já na quinta, tendo sido aproveitadas, como emblemas heráldicos, pelo novo dono?” (LAMAS, 1924:

---

(...) ficou intacta depois do terramoto” (COELHO, 2016: 219).

Em 1878, depois do falecimento de José Dias Leite Sampaio, a Quinta foi herdada pela sua filha, D. Emília Monteiro Sampaio, Condessa da Junqueira. Em finais do século XIX, devido à dívida deixada por seu marido, a Condessa viu-se forçada a hipotecar o Palácio. Por escritura de 1914, a Quinta foi arrendada a José Morales de los Rios, até 1919, “(...) com a clausula de que o arrendatário ficaria com o direito de preferencia em caso de venda” (LAMAS,1924: 42). Uma vez que os bens da falecida Condessa se encontravam hipotecados ao Banco de Portugal e “(...) que a herança se achava onerada com as despesas de outra demanda, que não tinha fundamento sério (...)” (LAMAS,1924: 42), foi criada uma sociedade civil, denominada Sociedade Agrícola da Alorna, por escritura de 1915. Contudo, tal não impediu que o Palácio da Quinta das Águias passassem por uma nova fase de decadência:

“[Pois,] (...) “estando a mesma Sociedade em litígio com a pessoa que ocupa a propriedade, questão que se achou pendente dos Tribunais durante seis anos (...) dada sentença a seu favôr no Supremo Tribunal de Justiça”, mas o imóvel viria a ter ainda outros dois proprietários, trazendo de volta a sua configuração original, vinculado a famílias cuja importância social e cultural, acabaria por perpetuar a elegância da quinta de recreio mais apreciada da Junqueira” (COELHO, 2016: 223).

Os dois e últimos proprietários foram dois dos sócios, aos quais a Sociedade Agrícola da Alorna se achava entretanto reduzida: Dr. Manuel Caróça e Dr. Fausto Lopo Patricio de Carvalho. Em 1918, ao adquirir a Quinta da Alorna (em Almeirim), entre outras propriedades, Manuel Caroça apercebeu-se de que entre “(...) as cláusulas que regiam esses contratos de compra, constava um anexo em Lisboa (...)” (COELHO, 2016: 223): o Palácio da Quinta das Águias. Sendo sua a propriedade, em 1934, procedeu a obras de alteração ao Palácio, Jardim e Quinta, que ficaram a cargo dos arquitetos Vasco Regaleira e Jorge Segurado: procedeu-se à “(...) transformação da fachada poente, ademais da construção de uma varanda e de outros compartimentos internos como “duas casas de banho e um quarto de costura”, buscando a harmonia do espaço” (COELHO, 2016: 224). Posteriormente, Manuel Caroça acabou por ceder o Palácio ao seu genro, Professor Doutor Fausto Lopo de Carvalho, casado com a sua filha Fernanda Caroça. Em

1945, foi construído um anexo, junto do recinto “(...) onde se ergue a imponente cascata de azulejos policromados, o poço e o terraço, constituindo uma representação em menor proporção do palácio original, oferecido pelo doutor Lopo de Carvalho ao seu filho mais novo por ocasião do seu casamento, construção existente ainda hoje” (COELHO, 2016: 224/225).

Em 1987, após o falecimento de Fernanda Carocha e, devido aos elevados custos de manutenção de todo o conjunto do Palácio da Quinta das Águias, os três filhos herdeiros acabaram por optar pela venda da propriedade. Nesse sentido, desde 1989, que se encontra desabitada.

Em 1996, a propriedade foi classificada como Imóvel de Interesse Público e, em 2004, passa a incluir-se no Património da Sociedade de Administração Imobiliária que o administrava ainda em 2016 (COELHO, 2016: 229). Atualmente, a Quinta pertence a um fundo do (antigo) BES<sup>59</sup>, estando também à venda desde 2010<sup>60</sup>, “(...) sendo comercializada por uma conhecida imobiliária internacional (...)” (COELHO, 2016: 230).

Relativamente à análise da Quinta e do Palácio do ponto de vista da História da Arte, é possível identificá-los como exemplo não só da tipologia de Quinta de Recreio, como também do típico Palácio do século XVIII<sup>61</sup>.

Tal como a fachada Sul do Palácio [Fig. 1-3] o demonstra, este divide-se em três pisos (a cave, o piso térreo e o segundo piso), apresentando uma planta regular organizada sob a forma de quadrilátero [Fig. 4], cujos quatro cantos se destacam pela presença de torreões “(...) de secção quadrada [com] (...) cobertura em forma de pirâmide com mansardas” (GONÇALVES, 2014: 29). Os torreões encontram-se ligados entre si através da cobertura de duas águas. Como era regra, a primeira divisão do Palácio no piso térreo correspondia à Sala de Entrada, através da qual se tinha acesso às restantes divisões. Ligada a essa Sala, encontrava-se a Sala de Recepção, através da qual se acedia, por um lado, à Sala Rústica e, por outro lado, a um quarto situado no torreão Este; a Sala Rústica permitia o acesso ao quarto, localizado no torreão Oeste. O corredor à direita da Sala de Entrada dava acesso à Capela, no torreão Este, e à Sacristia, assim como à Cozinha e à respetiva Despensa, situada no torreão Oeste. Por sua vez, o segundo piso correspondia às divisões da *Casa* de carácter mais privado; a escadaria conduzia a um

<sup>59</sup>RAMALHO, André, 2019. *Palácio das Águias*. Consultado a: 19/09/2020. Disponível em: <https://www.abandonados.pt/palacio-das-aguias/>

<sup>60</sup>MIRANDA, Marta Gonçalves, 2016. *Edifícios Abandonados: este palácio em Lisboa está em ruínas*. Consultado a: 27/09/2020. Disponível em: <https://www.nit.pt/fora-de-casa/na-cidade/09-17-2016-edificios-abandonados-este-palacio-em-lisboa-esta-em-ruinas>

<sup>61</sup>Consultar Anexo I – Imagens, p. 121.

quarto que funcionava como a “antecâmara” das restantes divisões, permitindo o acesso a duas zonas do Palácio: a Norte, o torreão com a galeria superior da Capela, a Sala de Estar ligada à Sala de Jantar e a um quarto no torreão Oeste; a Sul, o torreão ocupado pelo Escritório, que dava acesso à Biblioteca e a dois outros quartos, um dos quais no torreão Oeste.

A composição exterior do Palácio caracteriza-se pela harmonia, simetria e regularidade das suas fachadas [Fig. 5] que, dividindo-se sempre em três corpos, apresentam o corpo central, com cobertura de duas águas, como uma reentrância entre os dois torreões. Relativamente aos materiais utilizados na sua construção é de destacar, em primeiro lugar, os azulejos setecentistas, importantes exemplares desta tipologia de arte decorativa no século XVIII. Os materiais utilizados no interior e exterior do Palácio consistiram em: pedra de lioz nos cunhais, frisos e cantarias; reboco e estuque pintados nas paredes; mármore no revestimento das varandas, dos alpendres e do átrio; ferro fundido, por exemplo nas varandas dos torreões; madeira nas portas e nas caixilharias (GONÇALVES, 2014: 31/32); alvenaria e cantaria de calcário<sup>62</sup>.

Relativamente à Cobertura [Fig. 6] é perceptível a utilização de telha canudo, pertencendo o telhado à tipologia dos telhados múltiplos “(...) encontra[ndo] a parede através de um beiral trabalhado (...) [elementos estes] identificados nas obras de Mardel (...)” (GONÇALVES, 2014: 35). Já o telhado dos torreões apresenta forma triangular e, no centro do corpo central, destaca-se uma clarabóia com lanternim.

Como é regra desde a Antiguidade Clássica, a fachada principal [Fig. 7-12] encontra-se virada a Nascente, organizando-se em três corpos, divididos em dois pisos, “(...) com cobertura amansardada de duas águas (...)” (GONÇALVES, 2014: 30). O corpo central, recuado em relação aos dois torreões que o enquadram, forma um alpende de arco abatido, que faz sobressair a entrada nobre do Palácio, encimada por um arco de volta perfeita e um frontão triangular. Sob as quatro janelas que emolduram a entrada corre um painel de azulejos. Já sobre o alpendre, no piso superior, destacam-se “(...) cinco vãos de sacada de arco abatido que se abrem para a varanda (...)” (GONÇALVES, 2014: 30) com balaustrada, à semelhança da janela de sacada em cada um dos torreões.

A fachada Norte [Fig. 13-17], de caráter mais simples, também apresenta o corpo central recuado face ao avanço dos dois torreões que o enquadram, dividindo-se em dois pisos. Enquanto o piso térreo apresenta dois vãos de sacada e duas janelas, o piso

---

<sup>62</sup>In SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Disponível em: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072)

superior ostenta cinco janelas. Defronte desta fachada situa-se o poço da Quinta.

A fachada Poente apresenta as mesmas características das restantes fachadas no que se refere à organização em três corpos, sendo o central mais recuado. Com as alterações que sofreu em 1934, o segundo piso passou a ser ocupado por uma varanda fechada, formando um alpendre no piso térreo, que se divide em cinco vãos.

De carácter mais elaborado, a fachada Sul evidencia-se pela sua organização em três pisos e por estar orientada para a Rua da Junqueira e para o jardim. O corpo central desta fachada destaca-se pelo detalhe da *loggia* com arcos de volta perfeita, revestida a azulejo, no primeiro piso, que dá acesso à escadaria de lanços divergentes, paralela à parede da fachada. Por sua vez, esta escadaria termina num terraço, defronte do qual se situa um muro com balaustrada, revestido de lambris azulejares, interrompido ao centro por uma escadaria de reduzidas dimensões que conduz ao jardim. Esta “escadaria” estaria circundada por duas estátuas [Fig. 20] que, atualmente, se situam na Quinta da Alorna, em Santarém (GONÇALVES, 2014: 35). O segundo piso do corpo central da fachada apresenta sete vãos de sacada, seguidos de uma varanda com balaustrada; segundo Marta Gonçalves, o número sete “(...) é de ressaltar, pois era uma característica de Mardel, que podemos identificar em outras das suas obras como a Casa Nobre de Lázaro Leitão ou o Palácio de Oeiras” (GONÇALVES, 2014: 30). Os torreões, também divididos em três pisos, apresentam janelas de sacada, sendo possível aceder às portas do seu piso térreo, através do já mencionado terraço.

A fachada Sul respeita assim dois princípios de construção que caracterizam os Palácios do século XVIII: (1) o facto do andar nobre conduzir diretamente aos jardins, através de (2) uma escadaria, símbolo do clima ameno da região, localizada no centro da fachada (STOOP, 1968). O Palácio das Águias exemplifica também a relação que se vai estabelecendo nesta época entre a *Casa* e o jardim, cuja “(...) primeira etapa surge com a “loggia” ou o terraço do salão, muitas vezes revestidos de azulejos que preparam o sonhador para as incertezas do tempo (...)” (STOOP, 1968: 19).

Relativamente ao *Jardim Formal* [Fig. 18-36], de traçado setecentista, apresenta planta de forma quadrada, sendo “(...) ladeado por muros com conversadeiras revestidos a azulejos setecentistas com representações de cenas de caça” (GONÇALVES, 2014: 35). Consistindo no típico Jardim à italiana, evidenciava-se pelo seu cariz clássico e funcional: era “(...) desenhado pela própria vegetação, seguindo um sistema de regras ortogonais (...)” (GONÇALVES, 2014: 35), sendo várias as flores e as árvores frutíferas, assim como as estátuas e o indispensável elemento da água, sob a forma de lago no

centro do jardim. Mais uma vez, o jardim da Quinta das Águias vai ao encontro da descrição dos jardins dos Palácios do século XVIII de Anne de Stoop: “os bancos de pedra, os alegretes de flores, os muros, as fontes, tudo é revestido de azulejos, cuja decoração luxuriante parece destinada a recriar, a ultrapassar mesmo a natureza (...) e todo o género de estátuas esmaltam estes jardins” (STOOP, 1968: 19/20). Segundo a descrição de Arthur Lamas<sup>63</sup>, o Jardim possuiria ainda uma cascata, “(...) elemento decorativo e recreativo frequente nas nossas quintas de recreio do século XVIII (...)” (ARAÚJO, 1974: 14).

A Norte do Palácio encontra-se um edifício anexo que funcionava como elemento de apoio das atividades agrícolas da Quinta, não apresentando, como tal, qualquer interesse do ponto de vista histórico ou artístico.

Relativamente ao interior do Palácio, destaca-se no piso térreo orientado a Nascente, a Sala de Entrada [Fig. 39-42], cuja remodelação data dos anos 30 do século XX, tendo sido da autoria de Vasco Regaleira e de Jorge Segurado. O pavimento é de mármore, de padrão azul e branco, à semelhança dos padrões azulejares brancos e azuis das paredes (datados do século XX). Apresenta um teto de estuque, tendo-se prolongado a utilização deste material até às paredes. A porta, de cantaria trabalhada do século XIX, “(...) terá sido adornada de um portal de ferro trabalhado rematado pela Águia Heráldica dos Sampaio, obra de Vasco Regaleira, da Fábrica Granja” (GONÇALVES, 2014: 32). Igualmente rematadas por ferro fundido são as duas janelas orientadas para a Sala.

As restantes Salas do Palácio situadas no segundo piso, neste caso a Sala de Estar [Fig. 43-44], a Sala de Jantar [Fig. 45-48] e a Sala Rústica [Fig. 49-50], também apresentam tetos de estuque. Ressalte-se a Sala de Jantar, “com decoração ao estilo de Luís XVI” (GONÇALVES, 2014: 33), cujo teto de estuque branco, apresenta uma decoração que segue um padrão geométrico. As Salas de menor importância apresentavam “(...) tectos de estuque liso e pavimentos em madeiras exóticas do séc. XIX” (GONÇALVES, 2014: 33). Relativamente à Cozinha [Fig. 51], ainda apresenta as paredes revestidas pelos azulejos originais do século XVIII, “(...) de figuras avulso variadas (...)” (GONÇALVES, 2014: 33), sendo o pavimento de pedra e o teto de estuque liso.

A escadaria [Fig. 52-55], elemento de ligação entre os dois pisos, apresenta um primeiro lanço que se divide em dois no patamar intermédio; enquanto no primeiro, as

---

<sup>63</sup>Na sua monografia, *A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira: extra-muros da antiga Lisboa*, Lisboa: Tipografia do Comércio, 1924, p. 25.

paredes se apresentam revestidas com placas de mármore do século XVIII com desenhos geométricos, no segundo apresentam-se revestidas por painéis azulejares do século XX. O teto, de estuque abaulado, apresenta clarabóia e lanternim. Já as guardas “(...) datam do séc. XIX e resultam da junção do trabalhado de ferro com o corrimão de madeira” (GONÇALVES, 2014: 32).

Como era característico das Quintas de Recreio, a Capela [Fig. 56-60] era a divisão mais distinta, merecendo por isso um tratamento mais complexo: “(...) a decoração interior da capela é em geral privilegiada em relação ao resto da casa (...)” (STOOP, 1968: 16). Tendo sido instituída por José Nogueira, e tendo como orago Nossa Senhora da Anunciação, esta consiste num dos poucos elementos originais setecentistas do Palácio. De planta quadrada, surge incorporada na fachada, funcionando como “(...) o símbolo tangível duma profunda harmonia entre vida quotidiana e religião” (STOOP, 1968: 16). A sua decoração seguia o estilo joanino (ou seja, o estilo barroco de D. João V), destacando-se no retábulo do altar, ornamentado com talha dourada, um quadro com a representação da Anunciação, da autoria do pintor francês Pierre Antoine Quillard. As paredes eram revestidas de painéis azulejares setecentistas, “(...) retratando figuras episódicas e pilastras (...)” (GONÇALVES, 2014: 34), sendo a sanca<sup>64</sup> decorada com elementos de pintura policroma, como grinaldas e cartelas “(...) que ladeiam os versículos dos salmos” (GONÇALVES, 2014: 34). O teto, em forma de cúpula, é decorado com elementos azuis, que representam o céu, e dourados, sob a forma de estrelas.

### 3.2. Análise do Valor Patrimonial do Conjunto

Como já se referiu no subcapítulo anterior, o Palácio da Quinta das Águias encontra-se classificada como bem de Interesse Público o que, segundo o artigo 15º do Título II, da Lei 107/2001, de 8 de de Setembro, significa que “(...) a [sua] (...) protecção e valorização (...) [representa] ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionada”<sup>65</sup>. Acresce referir que ainda se encontra abrangida em ZEP (Zona Especial de Protecção) ou ZP (Zona de Protecção), das seguintes propriedades:

---

<sup>64</sup>Corresponde ao remate existente entre a parede e o teto, em que são usados materiais como o estuque ou o gesso.

<sup>65</sup>Lei 107/2001, de 8 de Setembro - Estabelece as bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, pp. 5811. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>



Capela de Santo Amaro; Casa Nobre de Lázaro Leitão Aranha, incluindo os seus jardins; Palacete Polignac de Barros, incluindo o jardim, a casa de fresco e as construções anexas; Cordoaria Nacional; Palácio Burnay, seus anexos e jardim; e a Sala designada pelo nome de Salão Pompeia, no antigo Palácio da Ega<sup>66</sup>. Esta classificação atesta, por si só, o efetivo valor patrimonial da propriedade em análise e a consequente importância da sua salvaguarda.

Contudo, revela-se indispensável a consideração da sua relevância para o Património Arquitetónico nacional, tendo em conta a definição deste conceito, que radica no valor arquitetónico (artístico, construtivo e funcional), histórico ou documental, simbólico e identitário de um bem imóvel (BARRANHA, 2016: 35/36).

Relativamente ao valor arquitetónico do Palácio, este é inegável, devido à sua qualidade artística e construtiva; como Arthur Lamas já referia em 1924<sup>67</sup>, “(...) sendo a casa lindíssima, só podia ser delineada por um artista; (...) [não podendo deixar] de ser obra de artista estrangeiro uma casa que pela sua graça, delicadesa, e elegancia, se destaca de entre centenas de outras da mesma época que abundam pelo país” (LAMAS, 1924: 44).

Quanto ao seu valor histórico/documental, também é inquestionável, uma vez que a Quinta reflete todos os princípios de uma Quinta de Recreio deste período histórico, o Palácio obedece ao padrão dos Palácios do século XVIII e possui, ainda, azulejos setecentistas, cuja preservação e salvaguarda se revela indispensável para o estudo do que foi esta arte decorativa durante o século XVIII.

Já os valores simbólico e identitário são, igualmente, claros, se se enquadrar a propriedade no seu contexto geográfico, ou seja, na Rua da Junqueira, cujo carácter aristocrático se preserva atualmente sob a forma dos diversos Palácios que ainda aí se conservam. Nesse sentido, a salvaguarda do Palácio das Águias contribuirá definitivamente para a conservação do chamado “espírito” do lugar, isto é, da memória da sua história como espaço de habitação da aristocracia setecentista. Factor esse indispensável à própria identidade da Rua da Junqueira e, consequentemente, definidor do seu carácter diferenciador face aos restantes espaços da cidade de Lisboa.

---

<sup>66</sup>DGPC – Quinta das Águias, também denominada “Quinta de Diogo de Mendonça”, “Quinta do Visconde da Junqueira”, “Quinta do Prof. Lopo de Carvalho” ou “Quinta dos Côrte-Real”. Consultado a: 18/08/2020. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74413>

<sup>67</sup>A propósito de considerar Carlos Mardel como o arquiteto do Palácio.

### 3.3. Estado de Conservação<sup>68</sup>

Ao longo dos anos, o Palácio das Águias tem sido alvo de vandalismo e de diversos furtos, dos quais é exemplo o desaparecimento da porta de ferro forjado de Vasco Regaleira da Sala de Entrada. Entre Setembro e Novembro de 2006 também foram furtados cerca de 930 azulejos setecentistas das fachadas e da escadaria interior; e o mesmo aconteceu com a talha dourada que decorava o altar da Capela<sup>69</sup>.

O Jardim, defronte da Fachada Sul, teve em tempos flora rara e exótica que chegou a ser inventariada<sup>70</sup>, mas várias árvores foram abatidas, tal como em 2017, o Movimento Fórum Cidadania Lisboa alertava<sup>71</sup>. Atualmente, o Jardim encontra-se coberto pela vegetação, especialmente de espécies infestantes. Como seria expectável, o lago não tem água e apresenta a escultura que decorava o chafariz, partida. Contrariamente ao que acontece com os painéis azulejares das fachadas e do interior do Palácio, os lambris do Jardim encontram-se ainda parcialmente completos, apesar de alguns já terem sido furtados. Os muros do Jardim permanecem intactos, “(...) apresentando apenas algumas patologias pontuais [à semelhança dos azulejos que os ornamentam]” (GONÇALVES, 2014: 39). Já os Pavilhões nos dois extremos do Jardim foram murados, de forma a impedir a entrada de desconhecidos na propriedade; as escadas que permitiam aceder ao seu topo, ainda se mantêm intactas, apesar da ferrugem ser evidente.

A nível geral, o exterior do Palácio apresenta as cantarias enegrecidas devido a infestações bacteriológicas (GONÇALVES, 2014: 38); vários elementos decorativos de pedra desapareceram ou estão fragmentados; a maior parte das vidraças encontram-se partidas; as portas quer do exterior quer do interior do edifício encontram-se abertas e em mau estado de conservação; quase todas as paredes apresentam *graffiti*.

As telhas da cobertura apresentam-se cobertas por espécies vegetais e, em parte, enegrecidas o que “(...) [agrava] o estado geral do telhado (...)” (GONÇALVES, 2014:

---

<sup>68</sup>Devido à impossibilidade de entrar na propriedade, este subcapítulo foi elaborado com base nas informações recolhidas na Dissertação de Mestrado de Marta Alexandra Sereno Gonçalves (2014), *O Palácio como Matriz de Inscrição na Cidade. A propósito do Parque Natural no Rio Seco*; e nos seguintes vídeos disponibilizados no Youtube:

“Explorei um Palácio Abandonado com mais de 300 anos – URBEX”, 2018. Consultado a: 10/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Mt4Kma7zqQ>

“Palácio Quinta das Águias Abandonado – Palácio com mais de 300 anos!”, 2020. Consultado a: 10/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ccu7y7Tt-3g>

<sup>69</sup>Lisboa S.O.S. É esta a cidade onde quer viver?, 2008. Consultado a: 25/09/2020. Disponível em: <http://lisboasos.blogspot.com/2008/09/quinta-das-guias.html>

<sup>70</sup>*Ibidem*.

<sup>71</sup>Cidadania Lx, 2017. *Quinta das Águias, fotos fresquinhas*. Consultado a: 25/09/2020. Disponível em: <http://cidadanialx.blogspot.com/2017/01/quinta-das-aguias-fotos-fresquinhas.html>

39), sendo visível “(...) uma chaminé em ruína (...)” (GONÇALVES, 2014: 39). Relativamente às fachadas, o mais alarmante consiste na fachada poente apresentar “(...) uma estrutura de betão com as armaduras à vista oxidadas (...)” (GONÇALVES, 2014: 39); e a fachada virada a norte ter sido totalmente “(...) picada há anos até à estrutura (...)” (GONÇALVES, 2014: 39), o que poderá vir a prejudicar gravemente o edifício, facilitando, nomeadamente, a ocorrência de infiltrações.

O piso térreo, à semelhança das águas furtadas, tem algumas partes do tecto sem revestimento, e os pavimentos de madeira apresentam alguns sinais de apodrecimento, o que se deve às infiltrações “(...) de águas pluviais (...)” (GONÇALVES, 2014: 38) através da cobertura. Em geral, o interior do edifício apresenta diversos vestígios de vandalismo: os pavimentos estão repletos de resíduos, sendo profusos os casos em que os seus azulejos foram furtados ou destruídos; muitas das portas foram retiradas; vários painéis azulejares foram furtados; as paredes apresentam-se repletas de *graffiti*. Os sinais de humidade e de infiltrações nas paredes e tetos também são perceptíveis, assim como os sinais de ferrugem, nas peças de ferro.

A escadaria principal preserva ainda o mármore setecentista, mas os painéis azulejares do segundo piso foram furtados na sua totalidade. É perceptível quer a partir do exterior quer do interior do Palácio, que o lanternim “(...) ostenta sinais de afundamento” (GONÇALVES, 2014: 38), devido a infiltrações, que provocaram também a degradação do teto de estuque. Contudo, este ainda se encontra relativamente bem conservado.

Na Sala de Entrada os lambris azulejares foram removidos quase na sua totalidade, apesar de ainda se conservarem alguns painéis; as guardas interiores de ferro fundido das janelas ainda se mantêm intactas. A Sala Rústica mantém o seu tecto de estuque, apesar de serem visíveis as marcas da falta de manutenção ao longo das últimas décadas, apresentando uma das extremidades destruída. A Sala de Estar com teto em caixotões de estuque e madeira, ainda o apresenta bem conservado, apesar de serem evidentes os sinais de falta de manutenção e a madeira apresentar marcas de infestações, do que se arriscaria dizer, serem insetos xilófalos. A Sala de Jantar, com teto em caixotões de estuque, ainda apresenta as decorações, assim como o teto, bem conservados.

A Cozinha corresponde a uma das divisões do Palácio em que os vestígios de vandalismo são mais evidentes, apresentando paredes “picadas” até à sua estrutura. Estas marcas são também muito evidentes numa das casas de banho, em que o pavimento foi, inclusivamente, retirado, ostentando sinais de escavamento. A Capela corresponde a um outro compartimento muito degradado, em que as marcas de vandalismo são evidentes:

muitos dos painéis azulejares foram furtados, outros destruídos; o papel de parede foi parcialmente retirado; o retábulo apresenta *graffiti*; a ombreira da porta que permite o acesso à Capela através da galeria, foi “picada” até à sua estrutura; o pavimento de pedra está coberto de resíduos e de vestígios de azulejos partidos. Em 2001, a Capela funcionou como estaleiro de obras (sem licenciamento), quando o edifício anexo ao Palácio foi demolido e reconstruído; contudo, ainda preserva a decoração da cúpula e da sanca, assim como as madeiras da galeria e da balaustrada.

Em 2014, o Movimento Fórum Cidadania Lisboa alertava para a necessidade de, pelo menos até 2015, se fecharem as portas e as janelas do Palácio, de forma a impedir mais atos de vandalismo<sup>72</sup>. Tal ação também teria contribuído para diminuir a entrada de águas pluviais no interior do Palácio, nomeadamente através das janelas das mansardas e do lanternim.

Segundo o Parecer Patrimonial do Palácio das Águias pelo Núcleo Residente da Estrutura Consultiva do PDM, CML, a 31 de Julho de 2008, considerou-se que “(...) o palácio, se for objeto de obras urgentes, é recuperável” (GONÇALVES, 2014: 40). De 2008 até 2020 decorreram vários anos, pelo que seria indispensável um novo parecer técnico sobre o quão recuperável se encontra, ainda, o Palácio. No entanto, cremos que se a sua estrutura e a cobertura ainda se mantém, embora em não muito bom estado de conservação, a recuperação do edifício ainda será possível, se não decorrerem muitos mais anos até à sua reutilização.

### **3.4. Propostas de Reabilitação Anteriores: Reflexão Crítica**

Devido ao seu valor histórico e estético, o conjunto da Quinta e do Palácio das Águias tem sido alvo de propostas de reabilitação, desde o início do século XXI. Em 2007, foi apresentado um plano à Câmara Municipal de Lisboa, tendo como fito a transformação da Quinta das Águias num hotel de charme de cinco estrelas, com 42 unidades de alojamento. O objetivo deste projeto consistia em manter a traça original do Jardim e “(...) construir-se-iam novos edifícios, que estariam interligados, ampliando, dessa forma, o conjunto arquitetónico” (COELHO, 2016: 229).

Em 2014, na sua dissertação de mestrado, Marta Alexandra Gonçalves propunha o desenvolvimento de um parque natural na área do Rio Seco, no qual se integraria o

---

<sup>72</sup>Cidadania Lx, 2014. *Quinta das Águias, Rua da Junqueira, Lisboa 30/01/201*. Consultado a: 25/09/2020. Disponível em: <http://cidadanialx.blogspot.com/2014/12/quinta-das-aguias-rua-da-junqueira.html>

Palácio das Águias reabilitado, entretanto, como hotel. O objetivo deste projeto consistia na criação de um “corredor verde” entre o Parque Florestal de Monsanto e a zona ribeirinha do Tejo, no qual se insere a Rua da Junqueira e o Palácio das Águias. O Palácio integrar-se-ia no Parque Natural, “(...) dotando-o [assim] de valor patrimonial e histórico (...) e promove[ndo] a sua inserção no meio urbano, devolvendo o Palácio à cidade (...)” (GONÇALVES, 2014: 42). Segundo a autora, a reutilização do Palácio como Hotel de Charme “(...) sendo um programa mais aberto, permite uma maior abrangência de usuários, quer a nível nacional quer a nível internacional (...)” (GONÇALVES, 2014: 43). Esta transformação basear-se-ia num novo conceito de Hotel de Charme, “(...) em que as unidades de alojamento não são as usuais suítes, mas sim pequenas reinterpretações do Palácio, autónomas e auto-suficientes, que intitulámos de *Villas*” (GONÇALVES, 2014: 46). Já os anexos seriam demolidos, uma vez que não apresentam valor patrimonial, histórico ou artístico.

O seu projeto não pretendia alterar a estrutura original do edifício, baseando-se no respeito pela pré-existência; nesse sentido propunha as seguintes alterações: “(...) instalação de um elevador no seu interior (...) [;] alterações nas instalações sanitárias para que se cumpram os requisitos (...)”; “(...) restaurar os tectos, pavimentos e os revestimentos das paredes” assim como a reutilização dos materiais já existentes no Palácio, como o reboco, o azulejo e a pedra de Lioz (GONÇALVES, 2014: 47). A Capela iria manter a sua função original, correspondendo a Sala de Entrada à recepção do hotel; o primeiro piso dividir-se-ia em duas suítes; no piso da cave, na fachada Sul, situar-se-iam a lavandaria, o armazém e o estacionamento (GONÇALVES, 2014: 46). Paralelamente, de forma a integrar a paisagem, as coberturas seriam ajardinadas (GONÇALVES, 2014: 47). Relativamente ao jardim, o objetivo consistia na recuperação da sua traça original; “porém a área adjacente, de Natureza desordeira, permanece intacta, estando apenas previsto passadiços que conduzem às várias entradas da Unidade Hoteleira” (GONÇALVES, 2014: 47/48). No espaço correspondente ao “(...) antigo tabuleiro de horta (...)” (GONÇALVES, 2014: 46), construir-se-ia uma das *Villas*, segundo os princípios da arquitetura contemporânea, mas de forma a estabelecer uma relação com o Palácio.

Em 2016, António Sanches de Baêna, no seu projeto final de mestrado, propunha a reabilitação urbana da Rua da Junqueira, de forma a criar uma continuidade com a zona de Belém, complementada com a reabilitação do Palácio da Quinta das Águias como um hotel de cinco estrelas. O objetivo do seu projeto consistia na integração da Rua da

Junqueira e do Palácio das Águias, no circuito turístico de Belém e do Tejo, “(...) a fim [não só] de completar o conjunto de edifícios palacianos presentes na Rua (...)” (BAÊNA, 2016: 98), como também de evitar a continuação da sua degradação.

A transformação do Palácio em hotel iria implicar a demolição dos anexos e a construção de um novo edifício junto “(...) ao muro que está a oeste do Palácio no antigo Pomar” (BAÊNA, 2016: 98), com capacidade para quarenta quartos, e cuja altura não poderia ultrapassar a do Palácio que deverá “(...) manter sempre o seu destaque na leitura de todo o conjunto da propriedade” (BAÊNA, 2016: 99). Esta reabilitação teria como público-alvo os turistas que visitassem e quisessem “(...) permanecer na área de Belém-Alcântara” (BAÊNA, 2016: 99). As divisões do Palácio seriam organizadas da seguinte forma:

“As áreas públicas e sociais encontram-se no piso térreo e no piso -1 do Palácio e são compostas por salas (Estar, Leitura, Fumo), restaurante com esplanadas nas varandas viradas para o jardim, bar, a receção virada a este. Ainda na cave temos um ginásio e respetivos balneários masculinos e femininos de apoio ao hotel. No piso térreo dos antigos anexos do Palácio, situam-se os serviços de apoio ao cliente como SPA, piscina interior, sauna e banho turco. O primeiro piso é constituído pelas áreas administrativas, de contabilidade e de recursos humanos. As ligações entre os vários corpos que compõem o hotel são ligados por corredores de estrutura metálica, revestidos a vidro, que criam uma maior relação com os jardins do hotel” (BAÊNA, 2016: 99/100).

Os três projetos desenvolvidos até hoje com o objetivo de reutilizar o Palácio e Quinta das Águias tiveram sempre em comum a opção por um uso residencial/turístico: hotel de charme. No entanto, a opção por tal uso não se justifica uma vez que o Palácio dos Condes da Ribeira Grande, também na Rua da Junqueira, se encontra em obras de reabilitação para hotel. Acresce mencionar que a reutilização de Palácios Históricos como hotéis perpetua a excessiva promoção de habitação, tendo como público alvo turistas, na capital e nas suas zonas mais turísticas<sup>73</sup>. O Plano *Estratégia de Reabilitação*

---

<sup>73</sup>Ver subcapítulo 1.1., página 27.

*Urbana de Lisboa 2011-2024* também já referia a necessidade de combater o número de hotéis nos centros históricos e a consequente importância de procurar novos usos que se possam adaptar aos edifícios devolutos da cidade.

Contrariamente ao que Marta Alexandra Gonçalves referia na sua dissertação de mestrado, a opção por esse uso não garante o acesso do cidadão comum ao edifício histórico, não consistindo, como tal, num tipo de “programa mais aberto” que possibilite o acesso a um maior número de públicos<sup>74</sup>. Razão pela qual, na sequência da dissertação de Maria João Banha<sup>75</sup>, se considerou necessário contribuir para a investigação sobre novos usos a conferir a Palácios Históricos devolutos, que tenham em análise o respeito pela autenticidade do edifício.

No entanto, as propostas de reutilização da propriedade até hoje elaboradas, apesar de semelhantes e de não contribuírem para a investigação sobre novos usos a conferir a Palácios Históricos, respeitam as diretrizes da nova política da Câmara Municipal de Lisboa que valoriza as obras de reabilitação em detrimento de obras novas, tendo em conta a questão do incremento do número de edifícios devolutos a reabilitar<sup>76</sup>.

Por mais “bem intencionado” que seja o plano de transformação de um Palácio Histórico em hotel, esse projeto implica sempre a introdução de equipamentos modernos que “(...) colocam exigências impossíveis de satisfazer na preservação estrita da matéria, da forma e da tipologia dos antigos espaços (...) [condicionando] definitivamente a sua conservação” (CUSTÓDIO, 2010: 231); nesse sentido, é difícil conciliar tal plano com o respeito pela autenticidade do edifício. Exemplo disso, é a proposta de construir um elevador no interior do Palácio, uma vez que tal alteração não iria respeitar a integridade do edifício em causa; efetivamente, a autenticidade de um edifício consiste na preservação dos seus interiores, da sua estrutura e dos seus materiais originais. Sendo imprescindível assegurar o acesso dos edifícios a cidadãos de mobilidade reduzida, é necessário conciliar essa necessidade com uma solução que respeite a integridade do edifício e que se baseie na reversibilidade da obra e na intervenção mínima. Efetivamente, o próprio Plano *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024* propunha um programa de reabilitação que assentasse nos princípios de autenticidade, reversibilidade e compatibilidade; a refuncionalização de um edifício consiste apenas na

---

<sup>74</sup>Ver subcapítulo 1.1., página 33.

<sup>75</sup>BANHA, Maria João Marques Canelas Ferreira, 2017. *Palácios Perdidos no Tempo. Adaptação às exigências contemporâneas como estratégia de preservação*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Lisboa: Técnico.

<sup>76</sup>Tal como já se referiu no subcapítulo 1.2., do Capítulo I, na análise do Plano *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024*.

“(…) alteração da [sua] substância, do [seu] conteúdo, necessário para que um objeto/espço possa voltar a ser utilizado” (LACERDA, 2014: 158), através da manutenção da sua forma.

### 3.5. Novas Propostas: o Palácio da Quinta das Águias como Espaço Cultural

Como se referiu ao longo dos subcapítulos anteriores, o Palácio da Quinta das Águias encontra-se ao abandono, apesar da sua classificação como imóvel de Interesse Público; razão pela qual se torna necessário conhecer e compreender que legislação se aplica a estes casos.

Antes de mais, a classificação como imóvel de Interesse Público de um edifício particular implica restrições de direitos do proprietário, uma vez que este não poderá proceder a obras de cariz mais profundo como seja a sua ampliação ou, até, a sua demolição, com o fim de obter uma maior rentabilidade<sup>77</sup>. Já às Câmaras Municipais incumbe auxiliar o Estado na salvaguarda e vigilância dos edifícios classificados ou em vias de classificação, sendo responsáveis por lançar o alerta de bens que apresentem a sua integridade em risco<sup>78</sup>.

Tal como Paulo Pereira refere, os imóveis que não são propriedade do Estado “(…) encontram-se em condições bastante mais precárias de conservação, pese embora o facto de muitos deles se encontrarem classificados e dotados de zona de proteção (…)” (PEREIRA, 2001: 9). Nestes casos, no entanto, quando o risco de degradação do bem imóvel classificado (ou em vias de classificação) é manifesto, o Estado pode proceder à sua expropriação<sup>79</sup>: segundo a alínea a), do ponto 1, do artigo 50º., do Título II, da Lei 107/2001, de 8 de Setembro, “quando por responsabilidade do detentor, decorrente de violação grave dos seus deveres gerais, especiais ou contratualizados, se corra risco sério de degradação do bem (…)”<sup>80</sup>, a administração do património cultural poderá optar pela

---

<sup>77</sup>Segundo o Decreto-Lei nº. 116-B/76, in Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994. *Património Arquitectónico e Arqueológico: informar para proteger: legislação nacional*, Lisboa: IPPAR, p. 10.

<sup>78</sup>Segundo a Lei nº. 2: 032 – Criação da Categoria dos Valores Concelhios 11 de Junho de 1949, in Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994. *Património Arquitectónico e Arqueológico: informar para proteger: legislação nacional*, Lisboa: IPPAR, p. 21.

<sup>79</sup>Segundo o ponto 1, do artigo 16º., do Título II – Das formas e regime de proteção do património cultural. Subtítulo I – Dos bens materiais. Capítulo I – Disposições Comuns. Secção I – Da classificação e seu processo, in Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994. *Património Arquitectónico e Arqueológico: informar para proteger: legislação nacional*, Lisboa: IPPAR, p. 36.

<sup>80</sup>Lei 107/2001, de 8 de Setembro - Estabelece as bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, p. 5816. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>



expropriação dos bens imóveis classificados. Efetivamente, “a negligência é punível”<sup>81</sup> e, enquanto a “(...) cultura do “proprietário absentista” for dominante, não se consegue inverter a tendência de degradação”<sup>82</sup>, sendo por isso indispensável contrariar essa realidade. Nesse sentido, o Plano *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024* referia a necessidade de realizar um maior número de investimento nos edifícios particulares, considerando prioritária a reabilitação de Bairros Históricos e de Bairros Municipais<sup>83</sup>. Este Plano considerava também que caso a entidade privada não zele pela salvaguarda da sua propriedade e, caso não responda à notificação da Câmara Municipal de Lisboa, passados seis meses, o Município procede à venda do bem, sendo o novo proprietário obrigado a realizar as obras previstas, no prazo máximo de seis meses<sup>84</sup>. É necessário não esquecer que, “o Estado, as autarquias e os proprietários de parte de bens classificados gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda de bens classificados (...)”<sup>85</sup>.

Por sua vez os cidadãos têm o direito de participar na proteção e na conservação do seu Património Cultural<sup>86</sup>; inclusivamente “qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis, bem como qualquer ADP<sup>87</sup> legalmente constituída, tem, nos casos e nos termos definidos na lei, o direito de acção popular de defesa do património cultural”<sup>88</sup>.

Relativamente a apoios financeiros para a reabilitação de bens imóveis classificados, destaca-se o Programa de Recuperação do Património Classificado (PRPC), também denominado Programa Cheque-Obra, cujo objetivo consiste em “(...) implementar e executar um plano plurianual, (...) com vista ao restauro e à preservação

---

<sup>81</sup>Segundo o artigo 107º. relativo à questão da negligência, do Capítulo II – Da tutela contra-ordenacional, do Título XI – Da tutela penal e contra-ordenacional, in Lei 107/2001, de 8 de Setembro - Estabelece as bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, p. 5828. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>

<sup>82</sup>*Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2024*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 10. [em linha]. Disponível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1324397213U4nVZ1uw7Or33TP1.pdf>

<sup>83</sup>Como já se referiu no subcapítulo 1.2., do Capítulo I, p. 22.

<sup>84</sup>Como já se referiu no subcapítulo 1.2., do Capítulo I, p. 23.

<sup>85</sup>Segundo o ponto 2, do artigo 17º., do Título II – Das formas e regime de protecção do património cultural. Subtítulo I – Dos bens materiais. Capítulo I – Disposições Comuns. Secção I – Da classificação e seu processo, in Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994. *Património Arquitectónico e Arqueológico: informar para proteger: legislação nacional*, Lisboa: IPPAR, p. 36.

<sup>86</sup>Segundo o ponto 4, do Título I, da Lei nº. 13/85 – Património Cultural Português 6 de Julho de 1985, in Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994. *Património Arquitectónico e Arqueológico: informar para proteger: legislação nacional*, Lisboa: IPPAR, p. 33.

<sup>87</sup>Sigla que significa Associação de Defesa do Património.

<sup>88</sup>Segundo o artigo 59º., do Título IV – Das garantias e sanções, da Lei nº. 13/85 – Património Cultural Português 6 de Julho de 1985, in Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994. *Património Arquitectónico e Arqueológico: informar para proteger: legislação nacional*, Lisboa: IPPAR, p. 43.

do património cultural imóvel classificado português”<sup>89</sup>. A finalidade deste programa consiste em promover o património edificado português “(...) enquanto instrumento fundamental da fixação da memória e da identidade nacionais, de divulgação cultural a quem visita o País e de elo de ligação entre as comunidades portuguesas”<sup>90</sup>. Prevê, assim, uma parceria voluntária entre o Estado e o sector privado, de cariz mecenático<sup>91</sup>. O programa *Reabilite Primeiro, Pague Depois* também prevê um sistema de apoio entre a Câmara Municipal de Lisboa e a entidade privada<sup>92</sup>. Por fim, destaca-se o *Fundo de Salvaguarda do Património* que se destina a financiar medidas de proteção em relação a “(...) bens culturais classificados (...) como de interesse nacional ou de interesse público em risco de destruição, perda ou deterioração”<sup>93</sup>. Este fundo destina-se, ainda, a “acudir a situações de emergência ou de calamidade pública em relação a bens culturais classificados (...) como de interesse público”<sup>94</sup>; bem como a financiar não só obras de reabilitação, conservação ou restauro “(...) no âmbito do Programa de Gestão do Património Imóvel do Estado (...)”<sup>95</sup> como também a aquisição de bens classificados, nomeadamente, “(...) através do exercício do direito de preferência pelo Estado ou de expropriação (...)”<sup>96</sup>.

A salvaguarda do património só será possível através de uma correta articulação “(...) com os vários instrumentos de gestão territorial, (...) [quando se assumir] a relevância do planeamento, se potencie a participação ativa da Cultura no ordenamento do território e se promova o interesse público e o respeito pelo privado” (GONÇALVES; FORTES, 2014: 52).

Tendo em conta o conhecimento prévio do Plano *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024* e da legislação que se aplica ao presente caso de estudo, é necessário, antes de mais, investigar estratégias que possibilitem o alerta da atenção pública para o corrente estado de abandono e de degradação do Palácio da Quinta das Águias.

A ocupação temporária de edifícios devolutos, como forma de chamar a atenção

---

<sup>89</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2009, de 21 de Agosto - Cria Programa de Recuperação do Património Classificado (PRPC) - Programa Cheque-Obra, p. 5496. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/488303>

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 5497.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 5497.

<sup>92</sup> Consultar o subcapítulo 1.2., do Capítulo I, p. 23.

<sup>93</sup> Decreto-Lei 138/2009, de 15 de Junho - Criação do Fundo de Salvaguarda do Património, p. 3646. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2009/06/11300.pdf>

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 3646.

<sup>95</sup> *Ibidem*.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

da sociedade para o estado de degradação desses espaços e a consequente necessidade e importância da sua reutilização, consiste numa estratégia já existente em Portugal e que se deve fomentar cada vez mais. Tendo em conta o facto do Palácio da Quinta das Águias ser propriedade privada e pertencer a um fundo do antigo BES, não possuindo, como tal, um proprietário real, este projeto pode-se revelar de difícil concretização. No entanto, se a autorização de entrada na propriedade não for concedida pelo Banco, os cidadãos poderão valer-se do seu direito de ação popular de defesa do Património Popular, como já se referiu acima. Podemos ainda afirmar que, uma tal ação, deveria ser sempre do conhecimento da opinião pública, contando assim, com o importante papel dos *media*, nomeadamente da televisão. Como tal, se a RTP e a SIC já tiveram acesso à entrada na propriedade, aquando das suas reportagens sobre a necessidade de reutilização da propriedade, um projeto deste teor deveria contar sempre com o apoio dos *media* na sua difusão e concretização.

Por outro lado, se a propriedade se encontra à venda, tal ação pode ser entendida como uma estratégia de *marketing*, para que a sua venda se concretize mais rapidamente, estabelecendo já uma ideia relativa ao plano da sua reutilização. Efetivamente, a sua ocupação temporária deveria refletir a necessidade de atribuir um novo uso ao edifício, que reflita as necessidades do espaço geográfico em que se insere, especialmente as de cariz cultural. Deverá, também, refletir a sua capacidade de apropriação por parte dos habitantes, espelhando assim a realidade da ideia do Património Cultural como pertença de todos. Nesse sentido, a participação (voluntária) da população será sempre imprescindível num projeto deste teor.

O *Projeto Chão*, embora diga respeito a edifícios não classificados, revela-se importante e de carácter exemplar no que se refere a este tipo de programas de ocupação temporária de espaços urbanos devolutos. De forma a promover a revalorização dos espaços que ocupam, as mentoras deste Projeto têm como ponto de partida “(...) a investigação do sítio, nomeadamente os usos que já teve, as funções que serviu, como surgiu, as suas características físicas e arquitetónicas, etc” (ALVES COSTA, 2010: 38). As suas intervenções nos espaços que ocupam baseiam-se no respeito pela pré-existência, evitando a destruição dos vestígios do passado; razão pela qual a sua única “intervenção material” consiste na limpeza e na “(...) preparação de uma infra-estrutura mínima que permita a realização das atividades que promovemos” (ALVES COSTA, 2010: 38).

As atividades realizadas por este Projeto caracterizam-se pelo seu teor “imaterial”, consistindo em projeções, concertos, conversas e aulas; já os objetos necessários à sua

realização “(...) são sempre que possível reciclados a partir do que é encontrado no local” (ALVES COSTA, 2010: 38). Depois da ocorrência deste programa, os participantes tentam sempre deixar o espaço tal como o encontraram, uma vez que “(...) qualquer intervenção num contexto urbano deverá partir do que já existe, não no sentido de tentar congelar o passado e impedir a mudança, mas porque a nosso ver qualquer construção precisa de “fundações”, sejam elas físicas, sociais ou culturais” (ALVES COSTA, 2010: 38). Nesse sentido, a base do Projeto reside no aproveitamento de edifícios devolutos, de forma a converter espaços vazios em espaços com vida; efetivamente, ao conceberem “(...) programas que estão de acordo com a história do local, apelando à prática da memória, estamos a trabalhar para providenciar um *corpo a corpo* entre o espaço ocupado e o público” (ALVES COSTA, 2010: 39). Este projeto permite, assim, que as comunidades experienciem o seu Património, ao contribuir para um maior e melhor acesso ao mesmo:

“Em qualquer caso parece-nos importante que se passe a ideia de que aquele não é um espaço morto, de que ali estão a acontecer coisas, coisas novas ou repetidas mas coisas para serem vividas, experienciadas pela corporalização física, pelo contacto entre as pessoas e o local, para depois se incorporarem na memória e na história topológica e individual” (ALVES COSTA, 2010: 39).

Por outro lado, o carácter efêmero das ocupações e das atividades realizadas nesses espaços, leva a que a população se desloque com mais interesse às mesmas. Ao estabelecer uma ligação entre o Património e a comunidade contribui-se, também, para a afirmação da identidade sociocultural da comunidade da região, partindo da ligação entre *identidade* e *pertença*, “(...) tomada como facto sociológico de primeira importância que se manifesta através de um processo de “*auto-reconhecimento*” entre lugar e habitante” (AGUIAR, 2001: 121). Este tipo de iniciativas permite “(...) estimular a missão pessoal e coletiva de conhecer e identificar cada um dos bens patrimoniais que permitem que habitemos uma área cultural valorizada e protegida” (SAIZ MARTÍN, 2014: 22); apela, portanto, à memória da história dos espaços. Efetivamente, a identidade urbana pode ser “(...) lida como a materialização (...) de múltiplas memórias (...) resultantes de complexos processos de acréscimo e de transformação urbana, produzindo a grande pluralidade de formas, espessamente estratificadas e sedimentadas, a que hoje chamamos

“*cidade histórica*” (AGUIAR, 2001: 118). Nesse sentido, e como José Aguiar refere,

“No horizonte pós-indústria, tudo o que concorre para reforçar a identidade específica de um lugar, os seus bens não consumíveis, o seu ambiente, a sua cultura e os seus reflexos histórico-artísticos, pode ser fulcral para o futuro desenvolvimento de uma comunidade” (AGUIAR, 2001: 124).

O *Projeto Chão* funciona, assim, como uma iniciativa exemplar de como apelar à sensibilidade dos cidadãos e de divulgação de edifícios que se encontram devolutos e ao abandono. Nesse sentido, é um exemplo susceptível de se aplicar à difusão de informação sobre o estado de abandono e degradação do Palácio da Quinta das Águias, através do contacto direto entre os cidadãos e o espaço em análise. À semelhança das conversas e das aulas realizadas pelo *Projeto Chão* no interior de edifícios devolutos, poder-se-iam realizar visitas guiadas, durante o fim de semana, ao Palácio da Quinta das Águias, que funcionassem como uma interligação entre conversa e aula. Para tal, proceder-se-ia à limpeza do espaço o que iria contribuir, de certa forma, para a salvaguarda do Palácio, ao conceder-lhe uma aparência menos deteriorada. Paralelamente, seria uma forma de conhecer as opiniões e as necessidades culturais da população, especialmente da residente naquele espaço geográfico. Desta forma, contribuir-se-ia para a prioritização do interesse e do bem público, ao promover o contacto e o diálogo entre a população e um elemento do seu próprio Património Arquitectónico/Palaciano.

Uma outra ação de divulgação poderia consistir na realização de pequenas exposições artísticas, nomeadamente de artistas locais, no Jardim do Palácio da Quinta das Águias o que apresentaria a dupla vantagem de (1) contribuir para a limpeza do Jardim, durante a preparação da exposição e (2) desta ser visível a partir da Rua da Junqueira, chamando assim a atenção de um maior número de pessoas que se poderiam juntar à visita da exposição e, conseqüentemente, da propriedade.

Esta ideia vai ao encontro do que consideramos ser uma das melhores opções de reutilização do Palácio da Quinta das Águias – Centro Cultural – uma vez que oferece um maior número de serviços à população, apresentando assim a vantagem de poder interessar a um leque mais variado e amplo de público, factor indispensável à sua manutenção e rentabilidade a longo prazo. Segundo Maria João Banha, “bibliotecas, museus e usos afetos à educação (...) podem corresponder aos usos de âmbito cultural

com maior potencial de sucesso na adaptação funcional de palácios urbanos (para além dos espaços multifuncionais, cujo sucesso depende do tipo de funções que pretendam conjugar)” (BANHA, 2017: 31). A reutilização como Centro Cultural implica ou possibilita a junção desses diversos usos num mesmo edifício, apresentando-se assim como um *uso compatível* com o carácter de um palácio histórico.

Partindo do princípio de que este projeto de reutilização terá como principal grupo de interessados a comunidade nativa da região, considerada prioritária, ter-se-á também em conta o facto do turismo e do “(...) comércio [consistirem] (...) nas principais vias de canalização do consumo cultural” (PRIETO, 2014: 89); como já se referiu no Capítulo II, aliado ao valor cultural, estará sempre o valor económico. Razão pela qual a reutilização do edifício em análise ter como o segundo grupo de interessados, os turistas. Efetivamente,

“A Cultura através da Visão e da Estratégia inerentes a uma correta gestão terão de contribuir para o desenvolvimento económico e social, para a salvaguarda da sustentabilidade ambiental e segurança das pessoas, para a redução das divergências regionais, potenciando a obtenção de benefícios e a concentração de sinergias, através da planificação, enquanto meio de antecipar um futuro desejável, marcado pela sustentabilidade e responsabilização social” (GONÇALVES; FORTES, 2014: 54).

Como Giullia Facelli referia na Conferência *Cultural Heritage leading Urban Futures* (ROCK, 2020), o Património Cultural deve ser encarado, todo ele, como um recurso sustentável para o ambiente e para as economias, desempenhando um importante papel na *green economy*. Nesse sentido, a sustentabilidade das cidades, ao implicar o reaproveitamento dos seus recursos, implica a reutilização e a readaptação de edifícios devolutos às necessidades contemporâneas. É importante aliar a essa reutilização, a noção de sustentabilidade económica definida por Luis César Herrero Prieto como “(...) a necessidade de procurar uma afinidade rigorosa com a natureza criativa e identitária do recurso cultural de forma, a evitar na medida do possível, os riscos de banalização (...)” (PRIETO, 2014: 91). Nesse sentido, é indispensável ter não só imaginação no que se refere às ofertas culturais como também transformar o “(...) turismo passivo (chegar e

ver) num turismo proativo, associado à educação, à participação e à criatividade” (PRIETO, 2014: 91). Mais uma vez segundo Luis Prieto, o valor económico do capital cultural corresponde ao nível de rendimentos gerado pelo mesmo, assim como ao fluxo de bens e de serviços que advém da sua existência (PRIETO, 2014: 88).

Como já se referiu sumariamente, aquando de um projeto deste teor é indispensável desenvolver uma correta análise dos seguintes factores: o valor cultural<sup>97</sup> do edifício; o impacto e a utilidade social da sua reutilização (implica conhecer as necessidades da região e da comunidade); a sua capacidade de auto-suficiência e de manutenção no futuro; “(...) a quantidade de obra nova necessária (...)” (BANHA, 2017: 31) e até que ponto a rentabilidade do edifício a longo prazo irá permitir o retorno desses custos; a “polivalência funcional – associada ao todo e a cada espaço interior – dado o potencial de reversibilidade e constante utilidade (embora limitada)” (BANHA, 2017: 31). Tal avaliação implica a junção de uma equipa multidisciplinar que possibilite uma análise efetivamente fidedigna da realidade do edifício.

A salvaguarda do Palácio da Quinta das Águias irá contribuir não só para a manutenção do já referido “espírito do lugar”, como também para a organização do planeamento urbano da Rua da Junqueira, uma vez que será mais uma propriedade dessa zona geográfica preservada e reutilizada. Evitar-se-á, assim, uma ruptura entre o passado e o presente, ruptura essa “(...) que nós chamamos *desordem*, mas que podemos igualmente chamar, usando mais bonitas e universais palavras, *fenómeno acelerado e generalizado de urbanização mundial*” (ALVES COSTA, 2010: 24). Efetivamente, o Património “(...) pode ser encarado como qualquer coisa que confere memória a um sítio, como uma coisa que nos liga com a nossa própria experiência passada do urbano, através das estruturas que se tornaram uma referência para gerações passadas” (ALVES COSTA, 2010: 34). Acresce referir que o Palácio das Águias inclui-se numa área da cidade que ainda mantém o seu carácter histórico (que remete para os tempos em que foi residência da aristocracia), estabelecendo uma relação e um diálogo com os restantes Palácios Históricos dessa mesma rua: “os elementos patrimoniais individuais são adequadamente valorizados quando se estabelecem referências com o conjunto de outros bens – semelhantes ou distintos – com os quais se relacionam e complementam mediante vínculos de cariz cultural e histórico” (SAIZ MARTÍN, 2014: 19).

A reutilização do Palácio da Quinta das Águias irá possibilitar o resgate da

---

<sup>97</sup> Segundo Luis César Herrero Prieto, o valor cultural corresponde ao carácter qualitativo do bem (patrimonial), “(...) pois refere-se à criação artística, à essência de significado da identidade social dos objetos que o integram” (PRIETO, 2014: 88).

memória coletiva e, conseqüentemente, da identidade cultural da comunidade. Dotará esta região de uma mais valia, geradora de benefícios económicos, sociais e culturais para a população.

### 3.5.1. Como Revitalizar cada um dos espaços do Palácio e Quinta das Águias

O projeto de reutilização do Palácio das Águias terá sempre de se basear na já mencionada *preservação sustentável*, assente no respeito pela autenticidade e integridade do edifício, que implica a procura de um uso compatível, fundamentado na intervenção mínima e na reversibilidade da obra de intervenção. Como também já se referiu, a sua transformação em Centro Cultural considera-se como um uso compatível com o caráter construtivo e histórico do edifício. Nesse sentido, resta-nos esboçar o que poderia ser um novo projeto de reutilização do Palácio, com base nos já mencionados conceitos de *preservação sustentável* e de *conservação participativa*.

Segundo Alexandra Aníbal (ROCK, 2020), qualquer projeto de conservação que inclua a participação da população, deve contar com a sua colaboração desde o início, nomeadamente na concepção do próprio projeto. A equipa de especialistas e a comunidade devem ter igual poder de decisão, uma vez que o projeto é não só *de* todos, como *para* todos. Como também Giullia Facelli referia na mesma Conferência, a chave consiste nos cidadãos porque são eles que constróiem e que habitam a cidade, tornando assim indispensável criar estratégias de participação. Nesse sentido, o próprio uso a conferir ao edifício deve ser discutido de forma a incluir a comunidade. Esse seria um dos objetivos da presente dissertação mas, devido à atual situação de pandemia, não foi possível realizar o Inquérito previsto à comunidade residente na Junqueira<sup>98</sup>. Razão pela qual se optou por definir o Centro Cultural como a melhor opção de reutilização, sem consultar a comunidade residente/mais próxima do Palácio da Quinta das Águias. No entanto, tal não impede que se investiguem/proponham estratégias que conduzam à participação da comunidade na sua salvaguarda.

No caso da propriedade em análise consideramos que a melhor estratégia de conservação participativa seria o que Pretonela Spiridon e Ion Sandu denominaram como *Interactive Participation, Participation for material or non-material incentives* e *Functional Participation*<sup>99</sup>. Estes três níveis de conservação participativa promovem o

---

<sup>98</sup>No entanto, o formulário do Inquérito foi incluído nos Anexos.

<sup>99</sup>Consultar subcapítulo 2.1., página 52, para uma definição mais detalhada e completa dos conceitos mencionados.



envolvimento direto da população nos projetos e o seu contacto direto com as equipas de trabalho profissionais responsáveis pelo mesmo. Assim, se *Interactive Participation* se refere à inclusão da comunidade nas equipas de trabalho profissionais, aquando dos processos de análise e de desenvolvimento de planos de ação sobre os bens patrimoniais, no caso específico do Palácio da Quinta das Águias, tal participação seria possível, através da organização de pequenos grupos de membros da comunidade que participassem na limpeza do interior do Palácio e dos espaços exteriores (Jardim e Quinta) e que assistissem ao diagnóstico das patologias do edifício. Este nível interliga-se com a *Participation for material or non-material incentives*, uma vez que a população recebe, em troca da sua participação neste projeto, acesso a um bem patrimonial que se lhes encontrava vedado até então, bem como à informação, à cultura e à educação sobre temáticas como Património Arquitetónico, Palácios oitocentistas, Conservação e Restauro. Apesar de constituírem *non-material incentives*, não deixam de ser um incentivo e uma afirmação do direito da população a participar na salvaguarda e no conhecimento do *seu* Património. Ao promover a realização de inquéritos sociais e culturais, de trabalhos de grupo e de reuniões que tenham como objetivo a discussão de problemas e políticas sobre o Património Cultural, a *Functional Participation* também consiste numa importante estratégia de apelo à atenção e à participação da comunidade na salvaguarda do Palácio da Quinta das Águias. Inclusivamente, o Inquérito, ao funcionar como uma troca de informações entre a pessoa inquirida e o edifício, pode consistir no primeiro passo para o estabelecimento de uma relação entre o bem patrimonial e a comunidade.

Efetivamente, a conservação participativa desempenha um papel indispensável no desenvolvimento do sentimento de identidade e de comunidade, entre a população. Tal como Roberto Falanga referiu na Conferência *Cultural Heritage leading Urban Futures* (ROCK, 2020), a sustentabilidade social assenta na inclusão e participação social, tendo como objetivo um aperfeiçoamento da vida e do bairro das comunidades. É nesse sentido que consideramos que a ideia de *work in progress*<sup>100</sup> se pode e deve aliar à de conservação participativa, funcionando como mais uma estratégia de divulgação do Património e de participação cívica. Iniciativas como o já referido *Projeto Chão* devem-se associar a pequenos grupos de cidadãos, interessados na salvaguarda do seu Património, e que participem na transformação progressiva de edifícios históricos em espaços adaptados a novos usos.

---

<sup>100</sup> Como já se referiu no subcapítulo 2.3., *work in progress* consiste na adaptação gradual de um edifício à sua nova função.

Por outro lado, a educação e a escola desempenham um “(...) papel crescente e fundamental no combate pela “sociedade de cultura” (...) e pela defesa e salvaguarda de um património comum, da humanidade, dos povos e das pessoas” (OLIVEIRA MARTINS, 2014: 162). No caso do Palácio da Quinta das Águias e tendo em conta o atual contexto de pandemia, seria possível a organização de pequenos grupos de estudantes interessados em Património que, alternadamente, auxiliassem as equipas profissionais na limpeza do Jardim e da Quinta. Como referia Francesco Volta na Conferência *Cultural Heritage leading Urban Futures* (ROCK, 2020), a propósito da necessidade de repensar o espaço público no contexto da pandemia, torna-se indispensável procurar soluções flexíveis e criativas relativamente ao espaço ao ar livre. De igual forma se torna necessário repensar a salvaguarda dos edifícios históricos e a participação dos cidadãos nessa conservação. O espaço exterior do Jardim e da Quinta, sendo ao ar livre, e oferecendo espaço suficiente para um correto distanciamento social, permite que a comunidade participe na sua salvaguarda, ao auxiliar na sua limpeza, adquirindo também conhecimento sobre os azulejos setecentistas aí situados.

Relativamente à reutilização do edifício é necessário estabelecer que uso(s) conferir a cada um dos pisos do Palácio, tendo em consideração que “(...) as salas são ligadas por portas abertas alinhadas segundo um eixo junto às paredes exteriores ou centradas nas paredes que separam as salas” através de corredores longitudinais (GONÇALVES, 2014: 16). Nesse sentido, as divisões do Palácio não se caracterizam pela privacidade: “(...) tanto os empregados como os convidados passavam por várias salas para chegar às seguintes” (GONÇALVES, 2014: 17).

Segundo João Appleton, aquando de uma obra de reabilitação, pode sempre ocorrer a inevitabilidade de suprimir paredes interiores. Neste caso, tanto poderia ser necessário recorrer a essa opção como à substituição de portas por uma parede contínua, de forma a garantir a privacidade de cada sala. No entanto, e mais uma vez segundo Appleton, não é o edifício e as suas características que se devem adaptar ao projeto, mas sim o contrário, de forma a garantir a autenticidade do Palácio. Tomemos, assim, como caso exemplar o Centro Cultural de Guatemala, cujas características restringiam o destino de salas que, devido às suas dimensões, não poderam albergar exposições de grande formato; de forma semelhante, as limitações estruturais que o edifício apresentava implicaram a tomada de precauções face aos sistemas de montagem de obras de arte<sup>101</sup>. Este exemplo demonstra o

---

<sup>101</sup>In Espanha. Ministerio de Asuntos Exteriores. Programa de Patrimonio Cultural de la Cooperación Española, 2002. *Centro Cultural de Españã: Rehabilitación de la Casa de Guatemala 18, Ciudad de México*, Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores de España, Dirección General de Relaciones

quão importante é encarar um edifício histórico como a obra de arte que é, tal como defendia Antoni Navarro.

Se se observar a planta do Palácio das Águias é perceptível que essa “falta” de privacidade é uma característica comum a todo o edifício, à semelhança de outros Palácios da mesma época; consiste, portanto, numa particularidade histórica. Nesse sentido, consideramos que neste caso específico é indispensável preservar a organização dos seus interiores, de forma a respeitar parte do que consiste na sua autenticidade e carácter histórico: é o projeto de reutilização que se tem que adaptar ao edifício e não o contrário. Nesse sentido, consideramos que cada piso do Palácio se deve destinar a usos susceptíveis de se conjugarem: no primeiro piso situar-se-ia um café (possivelmente na antiga Cozinha do Palácio, que tem dois acessos) e uma galeria de arte aberta às coleções de arte de colecionadores privados e à exposição das obras de diversos artistas, desde os mais conhecidos até aos locais ou menos conhecidos; o segundo piso destinar-se-ia a *ateliers* dedicados ao ensino de várias artes, desde a pintura e dança à música, cujo funcionamento decorreria de forma alternada, dada a organização do interior do Palácio que não fomenta a privacidade. Desta forma, o primeiro piso destinar-se-ia a atividades de carácter mais interativo e de grupo, enquanto o segundo piso dedicar-se-ia a atividades de teor mais privado e individual. A Capela seria também restaurada, funcionando como o núcleo museológico do Palácio.

O acesso à galeria de arte e à Capela seria possível mediante o pagamento de um ingresso; já o acesso ao café seria público. Relativamente aos *ateliers*, o acesso seria possível mediante a inscrição e o pagamento de uma mensalidade.

Relativamente à reabilitação do Palácio deve assentar no conceito de intervenção mínima, privilegiando-se reparações pontuais e mínimas, em detrimento de grandes alterações, de forma a garantir a reversibilidade das alterações. Acresce referir que aquando da intervenção propriamente dita, é necessária uma efetiva compatibilidade entre os materiais novos e os originais. Em primeiro lugar, e tendo em conta o estado do seu interior repleto de entulho e de detritos, deve-se proceder à sua limpeza. Em segundo lugar, devido ao problema da humidade e das infiltrações é indispensável a realização de sondagens às paredes do edifício, que permitam uma melhor análise e compreensão das áreas a intervencionar. A avaliação da cobertura do Palácio também se revela de extrema e prioritária importância, uma vez que o lanternim já apresenta sinais de afundamento. A nível do exterior do Palácio, as fachadas poente e norte são as menos bem conservadas,

tendo sido “picadas” até à sua estrutura; nesse sentido, é clara a necessidade de intervenção nessas duas áreas.

Relativamente aos seus elementos decorativos é indispensável o levantamento, etiquetagem e tratamento dos painéis azulejares que ainda subsistem. Quanto aos painéis que foram furtados devem-se realizar réplicas, tendo como base a documentação existente quanto aos mesmos, que consiste essencialmente em fotografias. Caso necessário, poder-se-á contactar a família Lopo de Carvalho, cujas fotografias de família poderão auxiliar na reconstituição de alguns painéis azulejares. Deve-se também proceder à limpeza e tratamento dos restantes elementos e revestimentos decorativos, nomeadamente à desinfestação dos materiais de madeira. No caso de elementos que tenham desaparecido ou que se apresentem muito danificados, também se devem realizar réplicas; como Navarro referia, quando o edifício apresenta elementos irreversivelmente danificados pode-se recorrer à sua substituição ou à sua recuperação (NAVARRO, 1999: 37)<sup>102</sup>.

Já o Jardim seria preservado, mantendo o quanto possível o desenho original, de forma a preservar o seu carácter histórico. Relativamente à zona da quinta poder-se-ia destinar a dois tipos de atividade: (1) centro de arte urbana ao ar livre, onde os artistas contemporâneos poderiam expôr e/ou elaborar as suas obras e (2) zona de espetáculos musicais/teatrais, sendo possível a construção de um palco permanente, e de reduzidas dimensões, nessa zona. O acesso tanto ao jardim como à quinta far-se-ia mediante o pagamento de um ingresso; nesse sentido, o acesso ao jardim seria possível apenas através do Portão virado a Sul, e a entrada no espaço da quinta através do Portão virado a Nascente.

Relativamente aos dois edifícios anexos, e à semelhança das propostas de Marta Alexandra Gonçalves e de António Sanches de Baêna, proceder-se-ia à sua demolição, uma vez que não apresentam qualquer valor histórico ou artístico; a sua demolição iria permitir o aumento do espaço da Quinta.

O objetivo desta proposta de reutilização consiste, assim, em transformar a Quinta das Águias num centro cultural vivo e ativo, onde se estabeleçam diálogos entre os artistas/público, entre a arte do passado/arte do presente. Por um lado, preservar-se-á e salvaguardar-se-á um importante exemplar da arquitetura setecentista e, por outro lado, possibilitar-se-á o usufruto do monumento pelos cidadãos nacionais e estrangeiros, ao

---

<sup>102</sup> Resta a questão da possibilidade de realizar uma réplica da porta de ferro forjado de Vasco Regaleira, que se situava na Sala de Entrada.

integrá-lo no tempo presente e futuro. A Quinta das Águias transformar-se-á, assim, num organismo vivo, em que se sucedem as exposições de arte temporárias e diversificadas assim como os espetáculos musicais/teatrais, implicando um diálogo permanente entre os cidadãos e o edifício/quinta históricos. Por outro lado, esta proposta permitiu demonstrar que a conservação participativa aliada à preservação sustentável de um edifício histórico, que se caracterize pela sua interdisciplinaridade, irá possibilitar uma conservação correta e sustentável do edifício, permitindo aliar o interesse público (a população nativa) ao interesse privado (turismo).

Como já se referiu, o Palácio dos Condes da Ribeira Grande, também na rua da Junqueira, encontra-se em obras de reabilitação para hotel, o que reforça a importância da reutilização do Palácio da Quinta das Águias como centro cultural, uma vez que iria atrair não só os cidadãos nacionais, como também turistas: não é frequente existir um centro cultural que oferece um diverso número de distrações e espetáculos a poucos metros de um hotel.

Se se procede à reabilitação de um edifício como hotel, torna-se necessário tomar medidas quanto ao seu ambiente circundante – o facto de a poucos metros do mesmo se encontrar um palácio e a respetiva quinta abandonados, contribui para conferir uma aura de degradação à Rua da Junqueira. Ora, à partida, esse factor não será atrativo para os visitantes/hóspedes do hotel, e também não irá transmitir uma boa imagem de Portugal ao estrangeiro. E o turismo vive da imagem.

## **Conclusão**

A investigação desenvolvida ao longo desta dissertação guiou-se por uma organização temporal, sem a qual não teria sido possível contextualizar ou compreender o que entendemos como um contributo para a salvaguarda e proteção sustentável do Património Palaciano português e lisboeta. Contribuição essa que não se caracteriza pela originalidade das ideias, mas sim pelo que cremos ser o teor de novidade na junção das mesmas.

Considerou-se imprescindível, numa primeira fase, contextualizar no tempo e no espaço o surgimento do fenómeno da Patrimonialização, ao qual se associou a valorização de um reduzido número de Palácios Históricos, classificados como Monumentos Nacionais, e a subvalorização do restante Património Palaciano, alvo de classificações “menores” ou inexistentes.

Detetou-se, assim, um primeiro problema: a quantidade de Património Palaciano degradado e ao abandono, apesar da sua importância como testemunho arquitetónico do período pré-industrial. A razão de tal procedimento consiste na perda de funcionalidade dos Palácios Históricos – como habitação de uma elite da sociedade –, que conduz ao seu consequente abandono, vandalismo, ruína e, em alguns casos, demolição.

Detetou-se, ainda, um segundo problema: a realidade atual, que consiste num número cada vez mais crescente de Palácios Históricos reabilitados como hotéis, com base na técnica do Fachadismo. Técnica esta que se caracteriza pelo desrespeito da autenticidade e materialidade dos Palácios Históricos, optando por práticas e usos não compatíveis com a sua conservação.

O reconhecimento destes dois problemas conduziu-nos à constatação do óbvio: a necessidade e a importância de conferir uma nova vida a Palácios Históricos correntemente ao abandono, com base numa preservação sustentável dos mesmos. Para uma correta compreensão das teorias e conceitos associados ao restauro/reutilização/reabilitação, revelou-se indispensável recuar na linha do tempo, de forma a perceber a evolução destas preocupações em Portugal, que remontam ao século XIX, e as ideias de alguns dos principais teóricos sobre o tema (nacionais e estrangeiros).

Essa análise permitiu verificar duas características da atual realidade portuguesa: por um lado, as intervenções sobre Palácios Históricos só ocorrem quando se lhes atribui um uso que garanta o retorno do investimento dispendido na obra de reabilitação – ou

seja, na área da hotelaria<sup>103</sup> –; por outro lado, as intervenções caracterizam-se geralmente pelo seu cariz maximalista, contrariando as recomendações internacionais<sup>104</sup>.

Paralelamente, a análise da *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024* e do *Pilar Estratégico Património – Onde o Futuro encontra o Passado. Para a Estratégia 2030 da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, possibilitou-nos compreender o quão importante e atual é o tema desta dissertação, uma vez que ambos alertam para uma determinada realidade que é necessário alterar.

A *Estratégia de Reabilitação Urbana* constatou as seguintes questões: o progressivo aumento de hotéis nos centros históricos e a consequente necessidade de procurar novos usos; a dificuldade em reabilitar edifícios que sejam propriedade privada, elaborando como tal um plano de atuação para esses casos; o incremento do número de propriedades privadas que é necessário conservar e reabilitar; a importância de encarar a reabilitação como sinónimo de salvaguarda; a necessidade de promover a participação cívica nessa salvaguarda, ideia que vai ao encontro do defendido pela União Europeia e que faz parte do caminho para o desenvolvimento sustentável. Por fim, o plano de reabilitação proposto por esta *Estratégia* assentava nos princípios de autenticidade, compatibilidade e reversibilidade, respeitando assim as normas internacionais. Por seu lado, o *Pilar Estratégico Património* não só repetia algumas das ideias acima mencionadas, como também definia a necessidade de promover Património como o elemento agregador da identidade regional/nacional, alertando para a importância de viabilizar novos pontos de interesse patrimonial.

Com base nas questões descritas pelos referidos Planos e na ideia de Património Palaciano como recurso cultural não renovável, portador de uma História e Memória a salvaguardar, definimos as noções de *Conservação Participativa* e de *Preservação Sustentável*, como um dos meios de alcançar a salvaguarda e proteção sustentável não só do Património Palaciano, como do Património Arquitetónico em geral. O desenvolvimento de ambas as noções implica a transformação de mentalidades: é indispensável definir o valor do Património como bem público, cujo acesso deve ser facilitado à comunidade nativa, encarada como o grupo interessado prioritário.

Efetivamente, só assim se poderá avançar no caminho para o desenvolvimento sustentável: aliando a reutilização dos recursos patrimoniais já existentes à participação

---

<sup>103</sup> Uma vez que atualmente o Património é encarado como um mero produto de mercado.

<sup>104</sup> Em contrapartida, e como se constatou no subcapítulo 1.1. desta dissertação, a Legislação portuguesa estabelece, de forma clara, a necessidade de respeitar a aparência exterior dos edifícios, mas não o seu interior, abrindo assim livre espaço à técnica do Fachadismo.

da comunidade na salvaguarda e conservação dos mesmos.

De forma a possibilitar uma melhor compreensão do conceito de *Conservação Participativa*, assim como o seu alcance a nível prático, considerou-se indispensável descrever o que Petronela Spiridon e Ion Sandu definiram como os seus diversos níveis. Elemento que nos permitiu, por um lado, constatar quais os níveis que melhor se adaptariam ao caso de estudo e, por outro lado, concluir que esta estratégia viabiliza o exercício dos direitos culturais de acesso, conhecimento e participação dos cidadãos na vida cultural. Propicia, ainda, a recuperação do espírito de comunidade, indispensável para a criação de laços afetivos e da noção de pertença, entre a população e o seu Património.

Por sua vez, a noção de *Preservação Sustentável* implicou a análise da teoria de *Restauro Objetivo* de Navarro. Ambos os conceitos pressupõem o respeito dos princípios fundamentais de autenticidade, integridade, uso compatível, intervenção mínima e reversibilidade, defendidos pelas normas e cartas internacionais sobre restauro/reabilitação. Cada Palácio Histórico deve ser encarado como uma obra única e irreprodutível, não esquecendo a importância de valorizar o ambiente que o circunda e que lhe confere significado. Esta análise permitiu-nos concluir que sendo os Palácios Históricos uma obra de arte, incluída no Património Cultural do país, faria sentido associá-los a um uso cultural. Por outro lado, encarámos a sua reutilização como centro cultural, como a opção que melhor iria possibilitar o nível de autossuficiência do edifício, uma vez que teria uma maior probabilidade de transformar o Palácio Histórico num pólo de desenvolvimento da região, tendo em conta a quantidade de atividades que poderá oferecer à comunidade e a turistas (nacionais e estrangeiros). A enumeração de alguns casos em Lisboa, que considerámos exemplares, em que se pôs em prática a *Conservação Participativa* ou a *Preservação Sustentável*, permitiu-nos constatar que essas ideias ocorrem já em contexto nacional, e que se torna necessário desenvolvê-las e, acima de tudo, aliar a *Conservação Participativa* à *Preservação Sustentável*, uma vez que ambas as noções se encontram interligadas e consistem no caminho para o desenvolvimento sustentável.

As teorias, planos políticos e conceitos alvo de análise ao longo desta dissertação possibilitaram-nos desenvolver uma proposta de reutilização do Palácio da Quinta das Águias, em Lisboa. Através da análise do espaço geográfico em que a propriedade se encontra constatámos que a sua salvaguarda contribuirá para a conservação do chamado “espírito” do lugar, isto é, da memória da história da Rua da Junqueira como local de



habitação da aristocracia setecentista. Efetivamente, é necessário evitar rupturas desnecessárias entre o passado e o presente, o que implica encarar o Património Palaciano como testemunho histórico do passado e da identidade da cidade.

O estado de abandono e degradação do Palácio da Quinta das Águias consiste apenas em mais um exemplo, entre diversos outros, da falta de manutenção de muitas propriedades privadas no país. Factor que indica a necessidade de reavaliar o papel do Estado e das Câmaras Municipais no que se refere a expropriações e a intervenções em propriedades privadas.

Relativamente ao nosso caso de estudo demonstrou-se que a sua classificação como imóvel de Interesse Público se deve ao seu valor arquitetónico, histórico/documental, simbólico e identitário, comprovativos do seu valor patrimonial. As obras de intervenção sobre edifícios classificados encontram-se sujeitas a diversas limitações que, frequentemente, não são respeitadas, mas cujo cumprimento se torna vital tornar regra. A preservação sustentável pressupõe, precisamente, o respeito dessas limitações e regras. Contudo, antes da intervenção propriamente dita, é indispensável elaborar uma investigação detalhada sobre o valor cultural do edifício; o impacto e a utilidade social da sua reutilização; a sua capacidade de auto-suficiência e de manutenção no futuro.

Torna-se, também, imprescindível criar estratégias não só de alerta da atenção pública e de divulgação do estado de abandono de vários Palácios Históricos (de que foi exemplo o *Projeto Chão*, em 2010), como também criar planos de *Conservação Participativa*, uma vez que são os cidadãos que constróiem e habitam a cidade. Nesse sentido, o próprio uso a conferir ao edifício histórico deve ser discutido de forma a incluir a comunidade e as suas necessidades; tendo sempre em conta a necessidade de atribuir um uso compatível, reflexo das necessidades contemporâneas e respeitador da autenticidade, materialidade e memória do edifício.

Como o *Estudo Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social* (2020) também referia: é indispensável difundir a noção de que “(...) a participação dos cidadãos na esfera do património cultural (...) [fomenta] o seu sentimento de pertença e de identidade” em relação ao mesmo (GONÇALVES; CARVALHO; TAVARES, 2020: 199/200). Por outro lado, o Estado tem que ser o responsável pela salvaguarda desse Património, promovendo diferentes modelos de financiamento uma vez que “(...) “o mecenato cultural, tem demonstrado reduzida eficácia e a venda de imóveis históricos tem servido sobretudo para financiar o défice do

Estado Central”<sup>105</sup>.

---

<sup>105</sup> ALMEIDA, Manuel de, 2020. *Estudo conclui que património cultural pode ter dobro de visitantes e triplo da receita*, Observador. Consultado a: 12/12/2020. Disponível em: <https://observador.pt/2020/12/09/estudo-conclui-que-patrimonio-cultural-pode-ter-dobro-de-visitantes-e-triplo-da-receita/>

## **Bibliografia:**

APPLETON, João, 2003. *Reabilitação de Edifícios Antigos: patologias e tecnologias de intervenção*, Amadora, Edições Orion.

ARAÚJO, Ilídio, 1974. *Quintas de Recreio* in *Separata Bracara Augusta*, vol. XXVII, fasc. 63, Braga: Ofic. Gráf. da Livraria Cruz.

ARAÚJO, Norberto de, 1939. *Inventário de Lisboa*, Lisboa: Câmara Municipal.

BALSA, Casimiro, 2006. *Relações Sociais de Espaço: homenagem a Jean Remy*, Lisboa: Colibri: CEOS - Investigações Sociológicas, FCSH-UNL, pp. 7-11; 36-52; 83-91; 93-119; 137-151; 157-167; 185-195; 219-229.

BÉGHAIN, Patrice, 2012. *Patrimoine, Politique et Société*, Paris: Presses de Sciences Po, pp. 22-30.

BERNARDES, João Pedro, OLIVEIRA, Luís Filipe, MOREIRA, Ricardo, 2014. *Património e Território - Relatório Final*, Universidade do Algarve.

BRANDI, Cesare, 2006. *Teoria do Restauro*, Amadora: Edições Orion, pp. 1-94.

CÂMARA, Alexandra Gago da; COELHO, Teresa de Campos; NAPOLEÃO, Maria Eduarda; MATOS, José Sarmiento de, 2018. *Quinta Alegre*, Coleção Património da Sta. Casa, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

CARDOSO, Isabel Lopes (coord.), 2013. *Paisagem e Património. Aproximações Pluridisciplinares*, Dafne Editora Chaia, Universidade de Évora, pp. 7-15; 57-81.

CARVALHO, José Silva; FERREIRA, Fátima Cordeiro G.; PONTE, Teresa Nunes de (coord.), 1987. *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*, Lisboa: Associação dos Arquitetos Portugueses.

CHOAY, Françoise, 1965. *L'Urbanisme - Utopies et Réalités une anthologie*, Paris: Éditions du Seuil.

CHOAY, Françoise, 2015. *As Questões do Património - Antologia para um Combate*, Edições 70.

CUSTÓDIO, Jorge (coord.), 2010. *100 Anos de Património. Memória e Identidade:*

*Portugal 1910-2010*, Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico, pp. 41-46; 57-62; 68; 85-104; 131-135; 157-166; 167-174; 199-200; 219-235; 237-241; 261-280; 281-293; 295-302; 323-355; 341-343; 346-348; 349-352; 369-371.

Espanha. Ministerio de Asuntos Exteriores. Programa de Patrimonio Cultural de la Cooperación Española, 2002. *Centro Cultural de Españã: Rehabilitación de la Casa de Guatemala 18, Ciudad de México*, Madrid: Ministerio de Asuntos Exteriores de España, Dirección General de Relaciones Culturales y Científicas.

FERREIRA, Carlos Antero, 1992. *Valorizar e Desenvolver as Áreas de Património Classificado*, Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

FRANÇA, José-Augusto, 1980. *Lisboa: Urbanismo e Arquitetura*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação e Ciência, pp. 55-120.

GONÇALVES, António Costa, 2002. *O Recreio e Lazer na Reabilitação Urbana: Almada Velha*, Lisboa: Gabinete de Estudos e Prospetiva Económica: Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo.

Instituto Nacional de Estatística, 2018. *Estatísticas da Construção e Habitação 2017*, I. N. E, I. P., Lisboa - Portugal.

LAMAS, Arthur, 1924. *A Quinta de Diogo de Mendonça no Sítio da Junqueira: extra-muros da antiga Lisboa*, Lisboa: Tipografia do Comércio.

LIPOVETSKY, Gilles, 1989. *O Império do Efêmero. A Moda e o seu Destino nas Sociedades Modernas*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, 2004. *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 11-39; 43-47; 49-50; 51-53; 95-102; 103-107; 109-114; 125-139; 141-153; 155-159; 161-169; 171-173; 175-188; 205-214; 215-218; 247-250; 263-267; 277-284; 289-295.

MCGUIGAN, Jim, 2004. *Rethinking cultural Policy*, Mainhead: Open University Press.

MORIN, Richard, 1987. *Réanimation Urbaine et Pouvoir Local: les Stratégies des Municipalités de Montréal, Sherbrooke, et Grenoble en Quartiers Anciens*, Québec:

Presses de l'Université.

NAPOLEÃO, Maria Eduarda (coord. Geral), s/dt. *Palácio Portugal da Gama/S. Roque*, Coleção Património da S<sup>ta</sup>. Casa.

NAVARRO, Antoni, 1999. *La Restauración Objetiva (Método SCCM de restauración monumental): memoria SPAL 1993-1998*, Barcelona: Diputación de Barcelona.

ORTIGÃO, Ramalho, 1896. *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa: António Maria Pereira Livreiro-Editor.

PAPAGEORGIOU, Alexandre, 1971. *Intégration Urbaine: Essai sur la Réhabilitation des Centres Urbaines Historiques et Leur Rôle dans l'espace Structuré de l'avenir*, Paris: Vincent, Fréal.

PASSOS, José Manuel da Silva, 1989. *Estudos de Integração do Património Histórico-Urbânico para a Reabilitação Urbana*, Lisboa: IPPC, Direção Geral Ordenamento do Território.

PEREIRA, Paulo (coord.), 1997. *Intervenções no Património 1995-2000. Nova Política*, Lisboa: IPPAR, pp. 11-23.

PETERS, Paulhans, 1977. *Reutilización de edificios: renovación y nuevas funciones*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1994. *Património Arquitectónico e Arqueológico: informar para proteger: legislação nacional*, Lisboa: IPPAR.

RIBEIRO, Luís Paulo A. Faria, 1992. *Quintas do Concelho de Lisboa. Inventário, Caracterização e Salvaguarda*.

RODRIGUES, Jorge, s/d. *A transformação da realidade: os monumentos nacionais*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, Museu Calouste Gulbenkian.

RUSKIN, John; ELWALL, George; PROUST, Marcel, 1980. *Les Sept Lampes de l'architecture*, Paris: Presses d'aujourd'hui.

SILVA, Gastão de Brito e, 2014. *Portugal em Ruínas*, Fundação Francisco Manuel dos

Santos, pp. 11-46.

SMITH, Laurajane, 2006. *Uses of Heritage*, London: Routledge.

STOOP, Anne de, 1968. *Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa*, Porto: Civilização.

VALE, Teresa Leonor M., 1992. *O Beau Séjour: uma Quinta Romântica de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte.

ZUMTHOR, Peter, 2005. *Pensar a Arquitetura*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

### **Dissertações de Mestrado:**

BAÊNA, António Pereira Coutinho Sanches de, 2016. *Reabilitação de Edifícios Patrimoniais como Estratégia de Requalificação Urbana da Rua da Junqueira. A Cordoaria Nacional como espaço alternativo ao Museu dos Coches*, Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Urbanismo, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, pp. 97-104.

BALSINHA, Ângela Cristina Faustino, 2014. *Património Arquitetónico e Arte Contemporânea: o caso do Carpe Diem, em Lisboa*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, Lisboa: Técnico, pp. 3-7; 13-30; 34-71; 83-100; 117-120.

BANHA, Maria João Marques Canelas Ferreira, 2017. *Palácios Perdidos no Tempo. Adaptação às exigências contemporâneas como estratégia de preservação*. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Lisboa: Técnico, pp. 1-33.

DELGADO, Maria Joana F. C. Sardoeira, 2008. *A Requalificação Arquitetónica na Reabilitação de Edifícios. Critérios Exigenciais de Qualidade; Casos de Estudo*, Tese de Mestrado em Arquitetura, Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, pp. 4-20.

FIGUEIRAS, Ana Catarina Neves, 2015. *Intervenções Contemporâneas em Património Architectónico*, Mestrado Integrado em Architectura, Faculdade de Architectura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa, pp. 21-78, 175-16.

GONÇALVES, Catarina Telo, 2012. *Transformação na Configuração e Apropriação da Casa: Estudo de um Edifício da transição para o Século XX do Bairro Camões, em Lisboa*, Dissertação de Mestrado, IST, Universidade de Lisboa.

GONÇALVES, Marta Alexandre Sereno, 2014. *O Palácio como Matriz de Inscrição na Cidade. A propósito do Parque Natural no Rio Seco*, Projeto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, pp. 21-48.

LUÍS, Nácia Pais Antunes de Almeida, 2016. *Refuncionalização da Arquitectura - Abordagens Patrimoniais na Cidade*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura - ramo de especialização Gestão Cultural, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, pp. 73-82.

MARQUES, Beatriz Rosa de Abreu Pereira, 2009. *O Vale de Alcântara como Caso de Estudo: Evolução da Morfologia Urbana*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura - Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, pp. 6-13; 45-53; 60-64.

PINTO, Leonor Maria Santiago, 2017. *Adaptação de Património a Museus em Lisboa, entre 1994 e 2014*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura, Lisboa: Técnico.

#### **Publicações em Série (revistas, jornais):**

ALAIX, Manel Miró, 2001. *Patrimonio y Territorio: una reflexión sobre los proyectos de puesta en valor del patrimonio*, in CALADO, Luís Ferreira; Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001. *Património: estudos*, Nº. 1, Lisboa: IPPAR, pp. 38-41.

ALMEIDA, Sebastião de, 2014. *Ruína como Resistência: um Lugar Estranho num Promontório de Desejos* in *Arquitetura*, A. 14, Nº. 112, pp. 108-111.

AMENDOEIRA, Ana Paula, 2013. *Património Mundial e Turismo: uma reflexão a propósito dos 40 anos da convenção*, in *Revista Património*, (1), pp. 54-59.

AGUIAR, José, 2001. *Património Urbano e Identidade Urbana: para uma definição conceptual*, in *Margens e Confluências*, Nº. 3 (Dez. 2001), Guimarães, pp. 117-124.

AGUIAR, José, 2014. *Reabilitação ou Fraude?*, in *Revista Património* (nº2), Lisboa, pp. 56-69.

APPLETON, João, 2000. *Reabilitação Urbana em Lisboa Intervenção Construtiva* in *Revista Architecti* (nº 52), Lisboa, Out.-Dez. 2000, pp. 20-21.

APPLETON, João, 2013. *Património Urbano: Boas Práticas de Conservação e Reabilitação de Edifícios*, in *Revista Património* (nº 1) Lisboa, pp. 30-35.

BAPTISTA, Maria João, 2002. *Carta de Cracóvia 2000. Os Princípios de Restauro para uma nova Europa*, in *Estudos/Património* (nº3), IPPAR - Departamento de Estudos, pp. 93-99.

BARATA, Maria Filomena, 2002. *Algumas Reflexões sobre Património*, in *Estudos/Património* (nº3), IPPAR - Departamento de Estudos, pp. 100-105.

BRANDÃO, Pedro, 2014. *Memória e Duração: o espaço público da cidade, que se sustém no tempo, mudando*, in *Revista Património*, Nº. 2 (Nov. 2014), pp. 34-41.

BRIGOLA, João Carlos, 2005. *O Património Cultural e o Território*, in *Revista Portefólio* (nº 1), Évora, pp. 28-31.

CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; Passos, Joaquim, 2001. *Falando com franqueza: a Salvaguarda do Património e os seus (enormes) problemas*, in CALADO, Luís Ferreira; Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001. *Património: estudos*, Nº. 1, Lisboa: IPPAR, pp. 103-107.

COELHO, Teresa de Campos, 2000. *Intervir no Centro Histórico*, in *Architècti*, Nº. 52, Lisboa (Out. - Dez. 2000), pp. 26-29.

COSTA, Alexandre Alves, 2002. *A Arte de Construir a Transformação*, in *Estudos/Património* (nº3), IPPAR - Departamento de Estudos, pp. 124-128.

COSTA, Alexandre Alves, 2003. *O Património entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade*, in *Jornal de Arquitetos* (213), pp. 7-13.

COSTA, António Ricardo da, 2003. *Cidade, Ideologia e Património*, in *Jornal de Arquitetos* (213), pp. 22-26.

COSTA, Alexandre Alves, 2010. *Acções Patrimoniais - Perspectivas Críticas. Entrevista a Alves Costa*, in *Revista Arqa*, Nº. 82-83 (Jul.-Ago. 2010), pp. 24-39.

COSTA, Alexandre Alves, 2013. *Lugares Praticados versus Lugares de Memória*, in *Revista Património* (nº1) pp.6-15.

DIAS, Joaquim Mendonça, 2000. *Bairros Históricos*, in *Architècti*, Nº. 52, Lisboa (Out. -



Dez. 2000), pp. 30-33.

DOMINGUES, Álvaro, 2014. *Patrimónios Desamparados*, in *Revista Património*, Lisboa, Nº. 2 (Nov. 2014), pp. 6-15.

EDWARDS, Richard, 2001. *Mémoire et Nouvel Usage: du monument au projet*, in CALADO, Luís Ferreira; Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001. *Património: estudos*, Nº. 1, Lisboa: IPPAR, pp. 17-24.

FERNANDES, José Manuel, 2000. *Arquitectura, Paisagem e Espaço Urbano*, in *Architècti*, Nº. 52, Lisboa (Out. - Dez. 2000), pp. 16-19.

FIGUEIRA, Jorge, 2013. *Do Românico ao Minimalismo: os Caminhos da Intervenção Patrimonial em Portugal*, in *Revista Património* (nº1) pp. 16-23.

FOLGADO, Deolinda, 2014. *Património Cultural: entre o acontecimento e a comunicação*, in *RP - Revista Património*, Nº. 2 (Nov. 2014), pp. 170-175.

GESTA, Alexandra, 2001. *Planeamento, Arquitectura, Construção, História da Cidade: uma interdisciplinaridade dentro da disciplina*, in *Margens e Confluências*, Nº. 3 (Jul. 2001), Guimarães, pp. 91-99.

GONÇALVES, Lúcia Saldanha; FORTES, Mário, 2014. *O Bom e o Mau Governo*, in *Revista Arqa./a*, Nº. 2 (Nov. 2014), Lisboa, pp. 42-55.

GUERREIRO, António, 2015. *O Tempo do Património e Tempo dos Media*, in *Revista Património* (nº 3), Lisboa, pp. 25-31.

GUIMARÃES, Carlos, *Arquitectura e Espaços de Cultura* in *Arquitetura Ibérica*, nº 34, Abril 2010, pp. 8-15.

HABERT, Jean, *L'Ambiguïté d'une Vanité Mystique*, Paris, nº 489, Nov. 1992, pp. 74-78.

LACERDA, Manuel, 2014. *Entre a Memória e a Criação: seis questões*, in *Revista Património*, Nº. 2 (Nov. 2014), pp. 154-159.

MARTÍN, Enrique Saiz, 2014. *Hacia un nuevo modelo – sostenible y social – de gestión del patrimonio cultural*, in *Revista Património*, Nº. 2 (Nov. 2014), pp.16-25.

MARTINS, Marcelo, 2001. *Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la*

sociedade. *Reflexiones críticas sobre la interpretacion del Patrimonio*, in CALADO, Luís Ferreira; Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001. *Património: estudos*, Nº. 1, Lisboa: IPPAR, pp. 25-37.

MARTINS, Guilherme d' Oliveira, 2014. *Património Cultural ao serviço da Sociedade*, in *Revista Património*, Nº. 2 (Nov. 2014), pp. 160-163.

MORALES, Ignasi de Solà, 2003. *Do Contraste à Analogia. Desenvolvimento do Conceito de Intervenção Arquitetónica*, in *Jornal de Arquitetos* (213), pp. 68-75.

PEREIRA, António Nunes, Nov./Dez. 2003. *Para uma Terminologia da Disciplina de Proteção do Património Construído*, in *Jornal de Arquitetos* (213), pp. 27-32.

PEREIRA, Paulo, 2001. *"Lugares de Passagem" e o resgate do tempo*, in CALADO, Luís Ferreira; Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001. *Património: estudos*, Nº. 1, Lisboa: IPPAR, pp. 6-15.

PEREIRA, Paulo, 2003. *Intervenções Arquitectónicas recentes no Património Edificado*, in *Jornal de Arquitetos* (213), pp. 14-21.

PEREIRA, Paulo, 2014. *Património e Intimidade*, in *Revista Património*, Nº. 2 (Nov. 2014), pp. 82-85.

PRIETO, Luís César Herrero, 2014. *La Sostenibilidad del Patrimonio Cultural: reflexiones y desafíos*, in *Revista Património*, Nº. 2 (Nov. 2014), pp. 86-91.

RAMALHO, José Filipe Cardoso, 2005. *Património e Turismo ou Turismo e Património*, in *Revista Portefólio* (nº 1), Évora, pp. 62-67.

REBELO, Elvira, 2001. *A pessoa, as comunidades e os patrimónios: reflexões em torno da história de uma necessidade*, in CALADO, Luís Ferreira; Portugal. Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001. *Património: estudos*, Nº. 1, Lisboa: IPPAR, pp. 116-120.

SAIZ MARTIN, Enrique, 2014. *Hacia un Nuevo Modelo-Sostenible y Social – de gestión del Patrimonio Cultural*, in *RP – Revista Património*, Lisboa, Nº. 2 (Nov. 2014), p. 16-25.

SILVA, Vítor Córias e, 2005. *Opções Intrusivas de Reabilitação Estrutural de Edifícios*

*Antigos* in *Revista Portefólio* (nº 1), Évora, pp. 32-39.

TAMEN, Pedro, 2003. *Proust, Tempo, Arquitectura*, in *Jornal de Arquitetos* (213), pp. 5-6.

TOSTÕES, Ana, 2013. *Património Moderno: Conservação e Reutilização como um Recurso*, in *Revista Património* (nº1) pp. 44-53.

VIEIRA, Clara, 2000. *Bairros Históricos de Lisboa*, in *Architécti*, Nº. 52, Lisboa (Out. - Dez. 2000), pp. 22-25.

### **Legislação:**

Lei 107/2001, de 8 de Setembro - Estabelece as bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>

Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2009, de 21 de Agosto - Cria Programa de Recuperação do Património Classificado (PRPC) - Programa Cheque-Obra. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/488303>

Decreto-Lei 138/2009, de 15 de Junho - Criação do Fundo de Salvaguarda do Património. Consultado a: 08/03/2020. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/2009/06/11300.pdf>

### **Documentos Eletrónicos:**

COELHO, Ana Cláudia Pérez, 2016. *O Palácio da Quinta das Águias na Junqueira - Histórias e Memórias* [em linha] Disponível em: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/cad5/artigo06.pdf>

COUTINHO, Maria João Pereira, 2017. *AA. VV. Palácio Portugal da Gama/S. Roque*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, Nº. 7, pp. 363-365. Consultado a: 20/08/2020. Disponível em: [http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/7/cad07\\_21.pdf](http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/7/cad07_21.pdf)

BARRANHA, Helena (org.), 2016. *Património Cultural: conceitos e critérios fundamentais*. Lisboa: IST Press e ICOMOS - Portugal (e-book). Disponível em: <http://istpress.tecnico.ulisboa.pt/files/E-book-patrimonio.pdf>

*Carta de Cracóvia*. Consultado a: 05/04/2020. Disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

DGEMN - Inventário do Património Arquitetónico.

*Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011/2024*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa [em linha]. Disponível em:

<http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1324397213U4nVZ1uw7Or33TP1.pdf>

*Estratégias para a Cultura da Cidade de Lisboa 2017*. Disponível em:

[https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade\\_temas/cultura/documentos/ESTRATEGIA\\_CULTURA\\_LISBOA\\_2017.pdf](https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/cultura/documentos/ESTRATEGIA_CULTURA_LISBOA_2017.pdf)

GALANTE, Zaida, s/d. *Os Palácios de Lisboa: da propriedade privada ao edifício municipal* [em linha]. Disponível em:

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/cad3/39.pdf>

GONÇALVES, Catarina Valença; CARVALHO, José Maria Lobo de; TAVARES, José, 2020. *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*, Fundação Millennium Bcp [em linha]. Disponível em:

<https://www.patrimonio.pt/post/estudo-patrim%C3%B3nio-cultural-em-portugal-avalia%C3%A7%C3%A3o-do-valor-econ%C3%B3mico-e-social>

HRISTOVA, Svetlana, 2017. *The European Model of Cultural Heritage Policy* [em linha]. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/316858015\\_The\\_European\\_Model\\_of\\_Cultural\\_Heritage\\_Policy](https://www.researchgate.net/publication/316858015_The_European_Model_of_Cultural_Heritage_Policy)

*ICOMOS-ISC20C (2011) Documento de Madrid Critérios para a Conservação do Património Arquitectónico do Século XX*, p. 8. Consultado a: 19/08/20120. Disponível em:

<https://patrimonioeconservacao.files.wordpress.com/2017/11/icomos-critic3a9rios-para-a-conservac3a7c3a3o-do-patrimc3b4nio-arquitc3b4nico-do-sc3a9culo-xx-documento-de-madrid-2011.pdf>

LOPES, Nuno Valentim, 2018. *RcR, Reabilitar como Regra*, Lisboa: Colégio do Património-da Ordem dos Arquitectos [em linha]. Disponível em:

<https://www.arquitectos.pt/documentos/1523434773D1dXD2vn3Xd40JF4.pdf>

LUCAS, Helena do Canto, s/d. *Património de Pessoas para Pessoas*. Consultado a: 20/08/2020. Disponível em:

[http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2015-11/2015-11-17110325\\_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33\\$72f445d4-8e31-416a-bd01-d7b980134d0f\\$8E9E6EE5-69B8-4076-BEA3-C50FA754F5DE\\$storage\\_image\\$pt\\$1.pdf](http://imgs.santacasa.viatecla.com/share/2015-11/2015-11-17110325_f7664ca7-3a1a-4b25-9f46-2056eef44c33$72f445d4-8e31-416a-bd01-d7b980134d0f$8E9E6EE5-69B8-4076-BEA3-C50FA754F5DE$storage_image$pt$1.pdf)

*Por Lisboa 2014-2020 [mapeamento do património cultural]*, Governo de Portugal, 2015. [em linha]. Disponível em:

[https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=428&fileName=PORL2020\\_Mapeamento\\_Patrimonio\\_Cultural\\_.pdf](https://lisboa.portugal2020.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=428&fileName=PORL2020_Mapeamento_Patrimonio_Cultural_.pdf)

PORTAS, Nuno; TRAVASSO, Nuno, 2011. *As Transformações do Espaço Urbano. Estruturas e Fragmentos in Políticas Urbanas II: Transformações, Regulações e Projectos*, Fundação Calouste Gulbenkian [em linha]. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/282157313\\_As\\_Transformacoes\\_do\\_Espaco\\_Urbano\\_Estruturas\\_e\\_Fragmentos](https://www.researchgate.net/publication/282157313_As_Transformacoes_do_Espaco_Urbano_Estruturas_e_Fragmentos)

QUEIRÓ, José Luís, 2019. *Estratégia de Reabilitação Urbana em Lisboa: não será o momento de reabilitá-la?* [em linha]. Disponível em:

[https://www.sbcm.pt/xms/files/NOTICIAS/Construir\\_Jose\\_Luis\\_Queiro.pdf](https://www.sbcm.pt/xms/files/NOTICIAS/Construir_Jose_Luis_Queiro.pdf)

SPIRIDON, Petronela; SANDU, Ion, *Conservation of Cultural Heritage: from participation to collaboration*, in *Encate Journal of Cultural Management and Policy*, volume 5. [em linha] Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/305490271\\_Conservation\\_of\\_the\\_Cultural\\_Heritage\\_From\\_participation\\_to\\_collaboration](https://www.researchgate.net/publication/305490271_Conservation_of_the_Cultural_Heritage_From_participation_to_collaboration)

TEIXEIRA, João Pereira (coord.), 2019. *Pilar Estratégico Património. Onde o Futuro Encontra o Passado*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Disponível em:

<http://www.ccdr-lvt.pt/files/40005caab6f61693e1f2ff8e14458351a22fa74c.pdf>

VELDPAUS, Loes; RODERS, Ana Pereira, 2013. *Urban Heritage: Putting the Past into the Future* [em linha]. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/256845628\\_Urban\\_Heritage\\_Putting\\_the\\_Past\\_](https://www.researchgate.net/publication/256845628_Urban_Heritage_Putting_the_Past_)

into\_the\_Future

VELDPAUS, Loes, 2015. *Heritage management and sustainable development in perspective: theory, law and practice*, in *Journal of Cultural Management and Sustainable Development* [em linha]. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/284155810\\_Heritage\\_management\\_and\\_sustainable\\_development\\_in\\_perspective\\_theory\\_law\\_and\\_practice\\_-\\_a\\_book\\_review](https://www.researchgate.net/publication/284155810_Heritage_management_and_sustainable_development_in_perspective_theory_law_and_practice_-_a_book_review)

ZAGATO, Lauso, 2015. *The Notion of "Heritage Community" in the Council of Europe's Faro Convention. Its Impact on the European Legal Framework*, in *Between Imagined Communities of Practice: Participation, Territory and the Making of Heritage*, Göttingen: Göttingen University Press [em linha]. Disponível em:

<https://www.semanticscholar.org/paper/The-Notion-of-%E2%80%9CHeritage-Community%E2%80%9D-in-the-Council-Zagato/3e2fd2f74f9465f38aaf59634495f71ebf8622be>

#### **Vídeos e Referências Online:**

ALMEIDA, Manuel de, 2020. *Estudo conclui que património cultural pode ter dobro de visitantes e triplo da receita*, Observador. Consultado a: 12/12/2020. Disponível em: <https://observador.pt/2020/12/09/estudo-conclui-que-patrimonio-cultural-pode-ter-dobro-de-visitantes-e-triplo-da-receita/>

ANTUNES, Conceição, 2019. *Grupo Israelita transforma Palácio em Hotel*, Expresso. Consultado a: 07/03/2020. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2019-03-31-Grupo-israelita-transforma-palacio-em-hotel>

Benfica, Junta de Freguesia. Palácio Baldaya. Consultado a 20/08/2020. Disponível em: <https://www.jf-benfica.pt/palacio-baldaya/edificio/>

CANELAS, Lucinda, 2019. *Com mais 15 edifícios ao dispor dos investidores, “o Revive está completamente em velocidade de cruzeiro”*, Jornal o Público. Consultado a: 27/09/2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/07/25/culturaipsilon/noticia/revive-completamente-velocidade-cruzeiro-1881281>

CARVALHO, Mário de, *O Corvo sítio de Lisboa*. Consultado a: 25/10/2019. Disponível

em: <https://ocorvo.pt/palacios-historicos-de-lisboa-na-penuria/>

DGPC – Quinta das Águias, também denominada “Quinta de Diogo de Mendonça”, “Quinta do Visconde da Junqueira”, “Quinta do Prof. Lopo de Carvalho” ou “Quinta dos Côrte-Real”. Consultado a: 18/08/2020. Disponível em:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74413>

*Explorei um Palácio Abandonado com mais de 300 anos – URBEX*, 2018. Consultado a: 10/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Mt4Kma7zqQ>

LARANJEIRO, Ana, 2018. *Portugal vai ter mais 65 hotéis em 2019*, Diário de Notícias. Consultado a: 27/02/2020. Disponível em:

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/07-dez-2018/portugal-vai-ter-mais-65-hoteis-em-2019-10288417.html>

*Lisboa tem 20 Palácios Abandonados e em Ruínas*, 2015. Consultado a: 25/10/2019. Disponível em:

<https://ionline.sapo.pt/artigo/268418/lisboa-tem-20-palacios-abandonados-e-em-ruinas-?seccao=isAdmin>

*Palácio Portugal da Gama (de S. Roque) - parabéns à SCML e pedido de não cobrimento do chão do hall*, 2018. Cidadania Lx. Consultado a: 20/08/2020. Disponível em:

<http://cidadanialx.blogspot.com/2018/10/palacio-portugal-da-gama-de-sao-roque.html>

*Palácio que foi prenda de casamento dado aos munícipes como polo cultural*, 2017. Diário de Notícias. Consultado a: 20/08/2020. Disponível em:

<https://www.dn.pt/artes/reportagem-palacio-de-lisboa-que-foi-prenda-de-casamento-dado-aos-municipes-como-polo-cultural-8741826.html>

*Palácio Quinta das Águias Abandonado – Palácio com mais de 300 anos!*, 2020.

Consultado a: 10/09/2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=ccu7y7Tt3g>

PEREIRA, Sónia Santos, 2019. *Portugal atrai 166 novos projetos de hotéis em meio ano*, Jornal de Notícias. Consultado a: 27/02/2020. Disponível em:

<https://www.jn.pt/economia/portugal-atrai-166-novos-projetos-de-hoteis-em-meio-ano->

11375379.html

PINHEIRO, Ana Margarida, 2020. *2020 com 51 novos hotéis e 9 remodelações*, Dinheiro Vivo. Consultado a: 27/02/2020. Disponível em:

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/2020-com-51-novos-hoteis-e-9-remodelacoes/>

RAMALHO, André, 2019. *Palácio das Águias*. Consultado a: 19/09/2020. Disponível em: <https://www.abandonados.pt/palacio-das-aguias/>

REVIVE – Reabilitação, Património e Turismo. Consultado a: 27/09/2020. Disponível em: <https://revive.turismodeportugal.pt/pt-pt/guiao-tecnico>

SANTANA, Maria José, 2020. *Portugueses desafiados a descobrir o património esquecido*, Jornal o Público. Consultado a: 27/09/2020. Disponível em:

<https://www.publico.pt/2020/09/20/local/noticia/portugueses-desafiados-descobrir-patrimonio-esquecido-1932046>

SILVA, Hugo Tavares, 2016. *Muito turismo em Lisboa? O que podemos aprender com o que foi feito lá fora*, Observador. Consultado a: 27/02/2020. Disponível em:

<https://observador.pt/especiais/turismo-lisboa-podemos-aprender-feito-la/>

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Disponível em:

[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4072)

TEIXEIRA, Paula, 2018. *Os Palácios da Junqueira. Itinerários de Lisboa – Reportagem*. Consultado a: 15/09/2019. Disponível em:

<https://www.agendalx.pt/2018/09/05/os-palacios-da-junqueira/>



## Anexo I – Imagens



Figura 1 – Fachada Sul do Palácio, século XVIII/XIX (?) (Google Imagens, 2020).



Figura 2 – Fachada Sul ainda bem conservada (Google Imagens, 2020).



Figura 3 – Fachada Sul, vista da Rua da Junqueira, e respetivo Jardim (Copyright da autora, 2020).

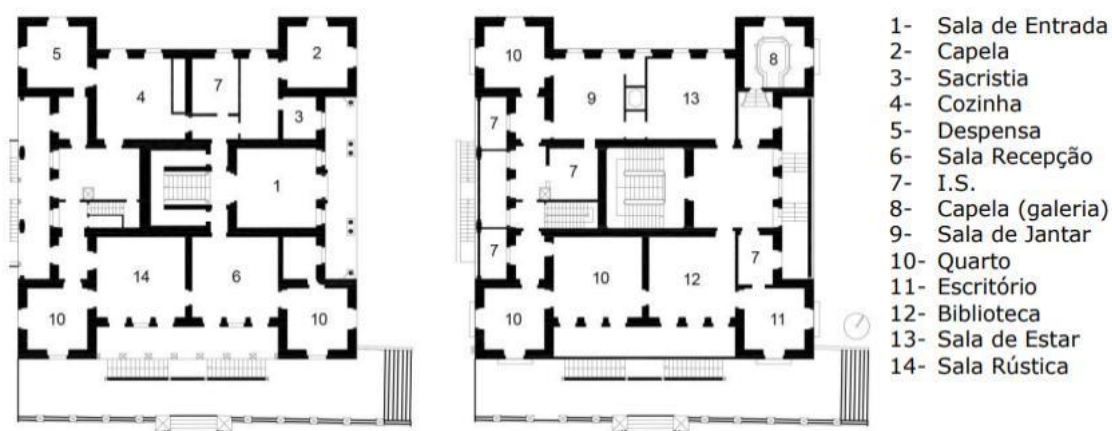


Figura 4 – Plantas do Primeiro e Segundo Pisos do Palácio (GONÇALVES, Marta Alexandre Sereno, 2014. *O Palácio como Matriz de Inscrição na Cidade. A propósito do Parque Natural do Rio Seco*, Projeto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, p. 29).

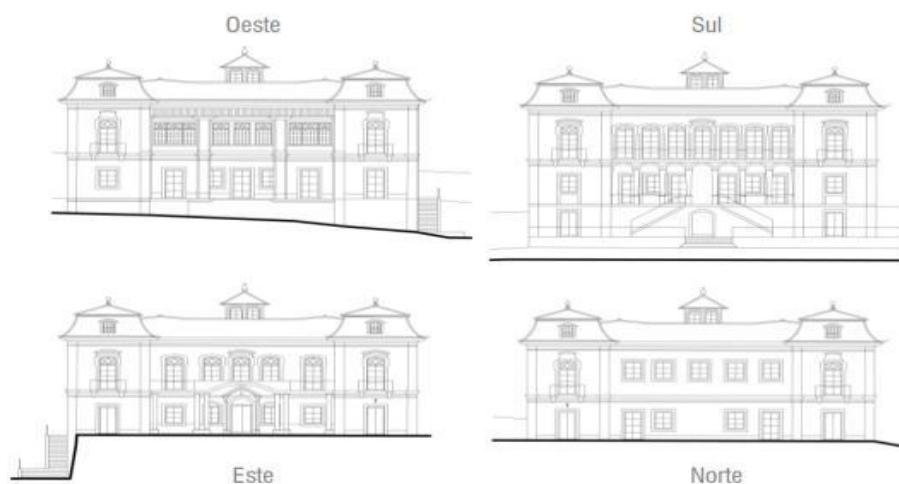


Figura 5 – Desenhos das Fachadas do Palácio (BAÊNA, António Pereira Coutinho Sanches de, 2016. *Reabilitação de Edifícios Patrimoniais como Estratégia de Requalificação Urbana da Rua da Junqueira. A Cordoaria Nacional como espaço alternativo ao Museu dos Coches*, Projeto Final de Mestrado para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura, especialização em Urbanismo, Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, p. 97).



Figura 6 – Imagem aérea da cobertura do Palácio (Google Imagens, 2020).



Figura 7 – Fachada Principal/Nascente do Palácio (Google Imagens, 2020).



Figura 8 – Fachada Principal do Palácio com mais detalhe (SIPA, 1993<sup>106</sup>).



Figura 9 – Fachada Principal do Palácio (Copyright da autora, 2020).

<sup>106</sup> In [http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/sipa.aspx?id=4072](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=4072)





Figura 10 – Fachada Principal e Anexo (SIPA 1993).      Figura 11 – Anexo do Palácio (SIPA, 1993).



Figura 12 – Fachada Principal e Anexo atualmente<sup>107</sup>.



Figura 13 – Fachada Norte (SIPA, 1993).



Figura 14 – Fachada Norte e pormenor do poço (SIPA, 1993).



Figuras 15, 16, 17 – Fachada Norte atualmente<sup>108</sup>.

<sup>107</sup> Print Screen do vídeo: *Palácio Quinta das Águias Abandonado – Palácio com mais de 300 anos!*, 2020. Consultado a: 10/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ccu7y7Tt-3g>



Figuras 18, 19 – Jardim Formal, defronte da Fachada Sul (esq.: SIPA, 1993/dir.: GONÇALVES, 2014: 36).



Figura 20 – Estátuas da escadaria do terraço do Jardim (Google Imagens, 2020).



Figura 21 – Lago (GONÇALVES, 2014: 36).



Figura 22 – Lago, pormenor do estado atual; Daniel Pereira, 2018<sup>109</sup>.

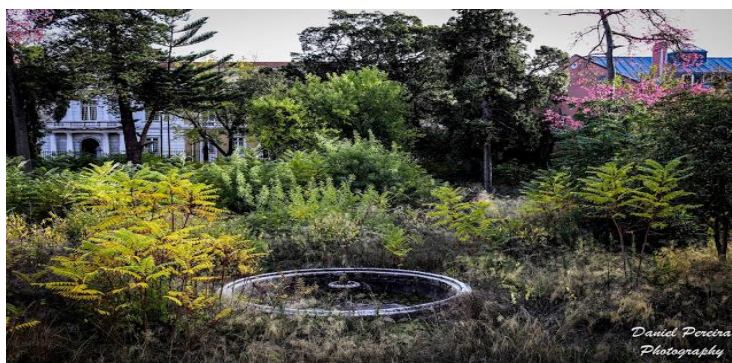


Figura 23 – Lago e Jardim atualmente; Daniel Pereira, 2018  
(<http://lugares-esquecidos.blogspot.com/2018/11/a-quinta-das-aguias.html>).

<sup>108</sup> Print Screen do vídeo: *Explorei um Palácio Abandonado com mais de 300 anos – URBEX*, 2018.  
Consultado a: 10/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Mt4Kma7zqQ>

<sup>109</sup> In <http://lugares-esquecidos.blogspot.com/2018/11/a-quinta-das-aguias.html>





Figuras 24, 25 – Pormenor de Painéis Azulejares nos muros do Jardim; Daniel Pereira, 2018 (<http://lugares-esquecidos.blogspot.com/2018/11/a-quinta-das-aguias.html>).



Figura 26 – Paineis Azulejar que já não existe, junto das escadas do terraço que dão acesso ao jardim (Lisboa, S.O.S., 2008<sup>111</sup>).



Figura 27 – Paineis Azulejar junto do da Figura 26<sup>110</sup>.



Figuras 28, 29, 30 – Pormenor de Painéis Azulejares nos muros do Jardim (Lisboa, S.O.S., 2008).

<sup>110</sup> Print Screen do vídeo: *Explorei um Palácio Abandonado com mais de 300 anos – URBEX*, 2018. Consultado a: 10/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Mt4Kma7zqQ>

<sup>111</sup> In <http://lisboasos.blogspot.com/2008/09/quinta-das-guias.html>





Figuras 31, 32 – Painéis Azulejares nos muros e bancos do Jardim (Lisboa, S.O.S., 2008).



Figura 33 – Painéis Azulejares do Jardim, (SIPA, 1993).



Figura 34 – Pormenor de Paineis Azulejares no Jardim (Lisboa, S.O.S., 2008).



Figuras 35, 36 – Conjunto de Painéis Azulejares que se encontram intactos, no Jardim.

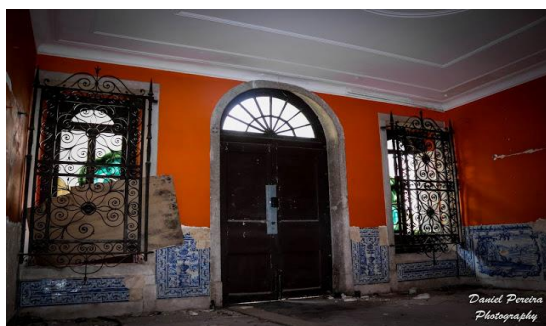


Figuras 37, 38 – Continuação do Conjunto de Painéis Azulejares das Figuras 35 e 36<sup>112</sup>.

<sup>112</sup> Figuras 35-38 – *print screens* do vídeo: *Explorei um Palácio Abandonado com mais de 300 anos – URBEX*, 2018. Consultado a: 10/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Mt4Kma7zqQ>



Figuras 39, 40 – Sala de Entrada com Porta de Ferro Forjado da autoria de Vasco Regaleira (GONÇALVES, 2014: s/pág.).



Figuras 41, 42 – Sala de Entrada atualmente; Daniel Pereira, 2018 (<http://lugares-esquecidos.blogspot.com/2018/11/a-quinta-das-aguias.html>).



Figura 43 – Sala de Estar (GONÇALVES, 2014: s/pág.).



Figura 44 – Sala de Estar: estado atual do teto<sup>113</sup>.

<sup>113</sup> Print Screen do vídeo: *Explorei um Palácio Abandonado com mais de 300 anos – URBEX*, 2018. Consultado a: 10/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Mt4Kma7zqQ>

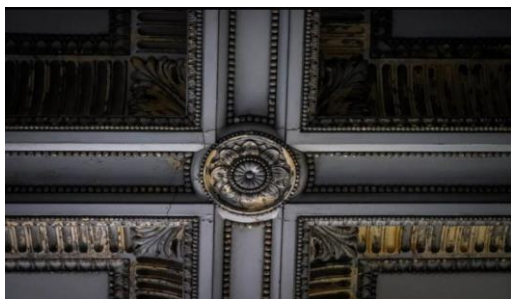




Figura 45 – Sala de Jantar (GONÇALVES, 2014: s/pág.).



Figura 46 – Estado atual da Sala de Jantar; Daniel Pereira, 2018<sup>114</sup>.



Figuras 47, 48 – Pormenores do estado atual dos elementos decorativos no teto e nas paredes da Sala de Jantar; Daniel Pereira, 2018.



Figura 49 – Teto da Sala Rústica (GONÇALVES, 2014: 33).



Figura 50 – Sala Rústica atualmente; Daniel Pereira, 2018.

<sup>114</sup> In <http://lugares-esquecidos.blogspot.com/2018/11/a-quinta-das-aguias.html>





Figura 51 – Cozinha do Palácio atualmente; Daniel Pereira, 2018  
(<http://lugares-esquecidos.blogspot.com/2018/11/a-quinta-das-aguias.html>).

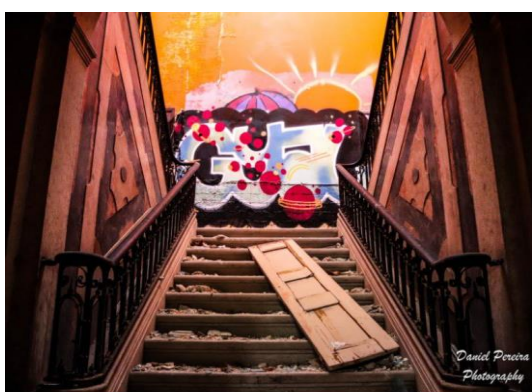


Figura 52 – Escadaria principal do Palácio, vista da Sala de Entrada; Daniel Pereira, 2018<sup>115</sup>.

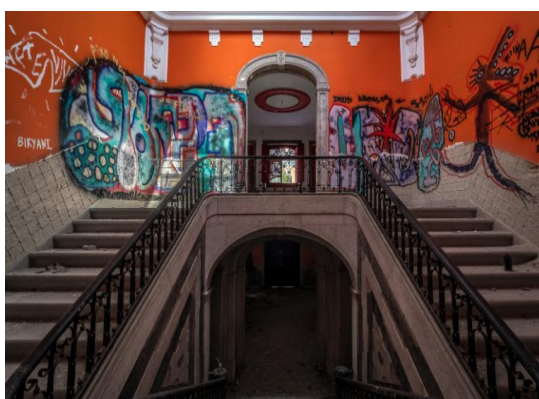


Figura 53 – Escadaria principal vista a partir do 1º piso da escadaria; André Ramalho, 2019<sup>116</sup>.



Figura 54 – Lanternim, estado atual; André Ramalho, 2019.



Figura 55 – Imagem mais detalhada do Lanternim<sup>117</sup>.

<sup>115</sup> In <http://lugares-esquecidos.blogspot.com/2018/11/a-quinta-das-aguias.html>

<sup>116</sup> In <https://www.abandonados.pt/palacio-das-aguias/>

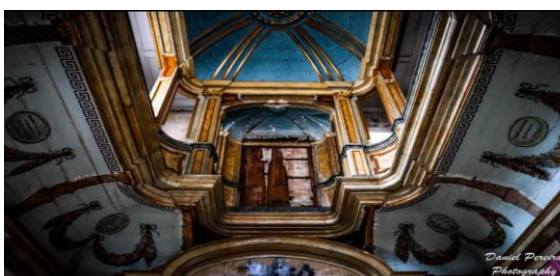
<sup>117</sup> Print Screen do vídeo: *Explorei um Palácio Abandonado com mais de 300 anos – URBEX*, 2018. Consultado a: 10/09/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Mt4Kma7zqQ>



Figura 56 – Capela do Palácio (Google Imagens, 2020).



Figura 57 – Capela do Palácio (GONÇALVES, 2014: 34).



Figuras 58, 59, 60 – Capela, estado atual; Daniel Pereira, 2018  
(<http://lugares-esquecidos.blogspot.com/2018/11/a-quinta-das-aguias.html>).

## Anexo II – Inquérito e Entrevistas

### Formulário do Inquérito à População da Junqueira:

Nacionalidade: Portuguesa \_\_\_ Estrangeira \_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

Sexo: F \_\_\_ M \_\_\_ Idade \_\_\_

Habilitações Escolares: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

1) Interessa-se por questões relacionadas com História da Arte, História e/ou Património Cultural? Sim \_\_\_ Não \_\_\_

2) Como residente nas imediações da Rua da Junqueira já reparou na existência de um Palácio junto do Hospital Egas Moniz? Sim \_\_\_ Não \_\_\_

3) Se dependesse de si, que uso atribuiria ao Palácio e Quinta das Águias aquando da sua reutilização?

4) Qual a tipologia de edifício cultural que considera ser mais necessária nesta região?

5) Tem conhecimento do conceito de *Conservação Participativa*? Sim \_\_\_ Não \_\_\_

6) Tem conhecimento do facto da legislação portuguesa prever o direito e o dever dos cidadãos participarem na salvaguarda do Património Cultural, neste caso Arquitetónico, uma vez que é de todos *nós*? Sim \_\_\_ Não \_\_\_

7) Estaria disposto(a) a participar na salvaguarda do Palácio da Quinta das Águias de forma voluntária, tendo como única “recompensa” o conhecimento de práticas de conservação & restauro e da História da propriedade? Sim \_\_\_ Não \_\_\_

8) Caso a resposta da questão 7) seja negativa, proponha um cenário alternativo que o levasse a participar na salvaguarda da propriedade:

9) Caso a resposta da questão 8) seja positiva, quais as atividades que mais gostaria de desenvolver ou de ter conhecimento durante o processo de participação na salvaguarda da Quinta e Palácio?

## **Formulário da Entrevista à Câmara Municipal de Lisboa:**

Esta entrevista realiza-se no âmbito da dissertação de mestrado da aluna Salomé Pais Gonçalves Castro Pereira, da FCSH-UNL, intitulada *Contributos para a Salvaguarda e Proteção Sustentável do Património Palaciano em Portugal: o caso da Quinta e Palácio das Águias, em Lisboa*. O objetivo consiste em encontrar respostas para questões que foram surgindo ao longo da redação da tese, de forma a permitir uma melhor compreensão não só da Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024 como também do caso de estudo.

1) Considera que a cidade de Lisboa tem um número equilibrado, deficiente ou excessivo de centros culturais e edifícios afins?

2) Na última década foram mais os Palácios Históricos reabilitados como hotéis (ou qualquer outro tipo de instalação turística) ou os reabilitados para um uso cultural (museus, centros culturais, galerias de arte, etc.)?

3) A Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024 refere que devido ao progressivo aumento de hotéis no centro é necessário procurar novos usos. Nesse sentido, qual tem sido a estratégia da CML quanto a novos usos a conferir a Palácios Históricos, de forma a garantir, simultaneamente, o seu futuro a longo prazo?

4) Segundo a Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024 valorizar-se-iam as obras de reabilitação em detrimento das obras novas, face ao grande número de edifícios devolutos na capital. Nesse sentido, se até 2024, 75% desses edifícios estivessem reabilitados, ter-se-ia alcançado um bom resultado; considera que será possível chegar a essa percentagem final até 2024?

5) À semelhança dos apelos da União Europeia, a Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024 aludia à necessidade e à importância da participação dos cidadãos na salvaguarda do Património Arquitetónico do país. A CML criou ou tem conhecimento de alguma estratégia que leve os cidadãos a participar voluntariamente nessa salvaguarda?

6) Tendo em conta que segundo a legislação portuguesa, “qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis, bem como qualquer ADP legalmente constituída, tem (...) o

direito de acção de defesa do Património Cultural” (artigo 59º, do Título IV, da lei nº. 13/85 de 6 de Julho de 1985), seria possível proceder a uma tal acção relativamente ao Palácio da Quinta das Águias?

7) O Palácio da Quinta das Águias, classificada como bem de Interesse Público, encontra-se à venda, sendo pertença de um fundo do antigo BES, e apresentando um grave estado de deterioração. Segundo a legislação portuguesa, quando se corre o risco sério de degradação de um bem imóvel classificado, e tendo em conta que a negligência é punível, a administração do Património Cultural poderá optar pela expropriação desse mesmo bem. Por outro lado, segundo a Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024, nos casos em que a entidade privada não zeze pela salvaguarda da sua propriedade e, caso não responda à notificação da CML, passados 6 meses, o Município procede à venda do bem, sendo o novo proprietário obrigado a realizar as obras previstas, no prazo máximo de 6 meses. Nesse sentido, seria possível uma das duas opções acima referidas, acontecer, de forma a garantir a salvaguarda da propriedade?

8) Em Portugal, já se tem assistido à ocupação temporária de edifícios devolutos, com atividades variadas (concertos, peças de teatro, conversas, etc.), de forma a alertar a opinião pública para a necessidade de salvaguarda e da revalorização dos mesmos. Nomeadamente, em 2010, o Projeto Chão foi criado com esse mesmo objetivo. A CML alguma vez realizou uma parceria com este tipo de projetos ou considerou fazê-lo?

### **Formulário da Entrevista à Junta de Freguesia de Alcântara:**

Esta entrevista realiza-se no âmbito da dissertação de mestrado da aluna Salomé Pais Gonçalves Castro Pereira, da FCSH-UNL, intitulada *Contributos para a Salvaguarda e Proteção Sustentável do Património Palaciano em Portugal: o caso da Quinta e Palácio das Águias, em Lisboa*. O objetivo consiste em encontrar respostas para questões que foram surgindo ao longo da redação da tese, de forma a permitir uma melhor compreensão não só da Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011-2024 como também do caso de estudo.

1) Considera que existe um número suficiente de Centros Culturais em Alcântara?

2) A nível cultural, qual a tipologia de edifícios considerada mais necessária na Freguesia? Alguma vez realizaram um Inquérito à população residente em Alcântara sobre as suas necessidades culturais?

3) A Freguesia tem conhecimento ou já alertou para a necessidade da comunidade participar na salvaguarda do Património Arquitetónico de Alcântara? Já foi lançada alguma iniciativa que promovesse a aproximação entre a comunidade de Alcântara e o seu Património Cultural, em especial, o Arquitetónico?

4) A Freguesia já realizou parcerias com projetos que apelem à salvaguarda de edifícios devolutos? Como, por exemplo, em 2010, o *Projeto Chão* foi criado com o objetivo de alertar a opinião pública para a necessidade da salvaguarda e da revalorização de certos edifícios, através da sua ocupação temporária, com múltiplas atividades (concertos, peças de teatro, conversas, etc).

5) Segundo a sua opinião, a reabilitação do Palácio da Quinta das Águias como um centro cultural (constituído por uma galeria de arte e diversos *ateliers* destinados ao ensino de várias artes, desde a música à pintura) seria um bom projeto, com futuro?